

# RELATÓRIO DE REFLEXÃO CRÍTICA



Câmara Municipal de Monforte  
Janeiro 2020



## ÍNDICE

Glossário.....	4
Introdução.....	5
1. Justificação Para a Revisão do Plano Diretor Municipal de Monforte.....	7
2. Enquadramento Territorial.....	16
3. Caraterização do Território do Concelho de Monforte.....	18
3.1. O que Mudou?.....	19
3.1.1. Demografia.....	20
3.1.2. Povoamento e Edificado.....	30
3.1.2.1. Povoamento.....	30
3.1.2.2. Edificado.....	32
3.1.3. Equipamentos Coletivos.....	43
3.1.4. Mobilidade e Transportes.....	45
3.1.4.1. Mobilidade.....	46
3.1.4.2. Rede de Transportes Públicos.....	49
3.1.5. Infraestruturas.....	55
3.1.6. Atividade Económica.....	57
3.1.7. Estrutura Urbana.....	60
3.1.8. Enquadramento na Estratégia de Desenvolvimento Urbano (EDU).....	62
3.1.9. Desenvolvimento Social: Educação, Ação social, Saúde e Emprego.....	71
3.1.10. Proteção Civil: Plano Municipal de Defesa da Florestas e Bombeiros.....	82
3.2. O Ambiente.....	87
3.2.1. Avaliação da Qualidade do Serviço de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Águas Residuais.....	89
3.2.2. Outras Variáveis.....	114
4. Avaliação da Execução do Planeamento Municipal.....	115
4.1. Solo Urbano.....	119
4.2. Solo Rural.....	131
4.3. Estrutura Ecológica.....	140
4.4. Avaliação dos Objetivos do Plano.....	145
5. Constrangimentos: Contributos para um Diagnóstico Prospetivo.....	149

6. Termos de referência.....	154
6.1 Objetivos.....	154
6.2. Metodologia.....	158
6.3. Cronograma de Execução.....	160
7. Anexos.....	161

## GLOSSÁRIO

ARU - Área de Reabilitação Urbana  
CAOP - Carta Administrativa Oficial de Portugal  
CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo  
EDU - Estrutura Desenvolvimento Urbano  
EIDT – Estratégia Integrada de Desenvolvimento  
IGT – Instrumento de Gestão Territorial  
LBGPPSOTU - Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo  
NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos  
PAICD – Plano de Ação Integrado Para as Comunidades Desfavorecidas  
PAMUS – Plano Ação Mobilidade Urbana Sustentável  
PARU – Plano De Ação de Regeneração Urbana  
PDMI - Plano Intermunicipal  
PDMM – Plano Diretor Municipal de Monforte  
PGU - Plano Geral de Urbanização  
PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território  
PROT - Programa Regional de Ordenamento do Território  
RAN – Reserva Agrícola Nacional  
REN – Reserva Ecológica Nacional  
RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

## INTRODUÇÃO

O presente **Relatório de reflexão crítica de execução do Plano Diretor Municipal de Monforte** vem justificar a necessidade de revisão do Plano Diretor Municipal de Monforte (PDMM) em vigor, publicado em DR. 2ª Série, nº171 e 2 Setembro de 2015, este Instrumento de Gestão Territorial foi publicado ao abrigo do regime transitório, art.º 82º da Lei nº31/2014 – Nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo (LBGPPSOTU.), no prazo máximo de 5 anos após a entrada em vigor do RJIGT, ou seja em 13 de Julho de 2020, os planos municipais e intermunicipais incluírem as regras de classificação e qualificação do solo previstas nesse diploma, nos termos do n.º 2<sup>1</sup> do seu artigo 199.º pelo que torna obrigatória a sua revisão.

O Relatório é composto por uma reflexão crítica sobre o território, que compreende:

1. JUSTIFICAÇÃO PARA A REVISÃO DO PDMM; onde serão abordados os enquadramentos legais em vigor e os constrangimentos existentes no PDMM que condicionam a sua aplicação a partir de 14 de julho de 2020
2. ENQUADRAMENTO DA UNIDADE TERRITORIAL DE MONFORTE NA REGIÃO NUTS II E NO PAÍS; identifica-se geograficamente a unidade territorial e os seus limites segundo a CAOP
3. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE TERRITORIAL DE MONFORTE; procede-se a uma avaliação da atual situação (ex-ante) do Concelho de Monforte, por diferentes domínios e intervalos de tempo determinando o impacto do PDMM na gestão do território
4. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PDMM MUNICIPAL; nível de execução das ações propostas na Estratégia e alterações aos instrumentos de planeamento e gestão.
5. CONSTRANGIMENTOS E CONTRIBUTOS PARA UM DIAGNÓSTICO PROSPETIVO; com base na avaliação efetuada no capítulo 3 procede-se a um diagnóstico que permita identificar os constrangimentos e

---

<sup>1</sup> - Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio

<sup>2</sup> - Sem prejuízo do disposto no número anterior, os planos municipais ou intermunicipais devem, no prazo máximo de cinco anos após a entrada em vigor do presente decreto -lei, incluir as regras de classificação e qualificação previstas no presente decreto -lei, sob pena de suspensão das normas do plano territorial que deveriam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo.

oportunidades para a sustentabilidade local e regional contribuindo para os objetivos de coesão territorial nos domínios económico e social.

6. TERMOS DE REFERÊNCIA: Onde se definem os objetivos estratégicos, metodologias e cronograma de execução para a revisão do PDMM; tendo como fundamentação a reflexão crítica efetuada no capítulo 4.

Salienta-se o que avaliação efetuada tem por base critérios de conectividade territorial e que se consideram como referência a sustentabilidade dos recursos e o impacto da tomada de decisão para uma estratégia local e regional prospetiva que potencie uma dinâmica territorial flexível e participativa.

A flexibilidade deve ser entendida como uma forma de capacitação e formação dos cidadãos e dos diferentes atores públicos e privados para uma cultura de ordenamento do território e planeamento, onde os recursos naturais são finitos, no intervalo de tempo da nossa expectativa de vida, e que a sua utilização não pode colocar em risco as gerações vindouras. Reconhecer as fragilidades de territórios de baixa densidade pelo seu posicionamento geográfico e fraca valoração dos seus recursos num mercado global. No entanto numa abordagem de médio e longo prazo face, a um contexto exterior desfavorável provocado pelas alterações climáticas e alterações de modelos de sustentabilidade e consequentes conceitos de desenvolvimento e consumo, poderão transformar os seus constrangimentos em oportunidades para estes territórios. Assim, a abordagem do domínio do ambiente considera-se transversal a todo o processo de planeamento e ordenamento do território, pelo que a avaliação e reflexão crítica efetuada terá como objetivo a sustentabilidade e a consequente estratégia de resiliência territorial e de coesão, tendo como base a valoração dos serviços dos ecossistemas.

## 1. Justificação Para a Revisão Do Plano Diretor Municipal de Monforte

O PDM constitui o principal Instrumento de Gestão Territorial (IGT) dos Municípios em que a sua relevância se justifica pelo facto de no Sistema de Gestão Territorial (SGT) ser o único que vincula os privados.

As sucessivas alterações ao longo dos anos dos instrumentos de políticas setoriais com impacto no território e a obrigatoriedade de os PDM estarem em conformidade com os IGT de nível superior, Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo de 1998, com o objetivo de “dotar o país de um instrumento competente para a definição de uma visão prospetiva, completa e integrada da organização e desenvolvimento do território e pela promoção da coordenação e articulação de políticas públicas numa base territorializada”. A lei posterior à elaboração dos primeiros Planos Diretores Municipais tendo os instrumentos de nível superior sido concluídos, de que são exemplo:

- PNPT em 2007 (Lei 58/2007 de 4 de setembro), que com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) que dotaram os Municípios de competências e atribuições que acrescem a sua responsabilidade em matéria de gestão do território;
- PROT do Alentejo **aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2010 publicada no DR nº148 I série em 2-8-2010**, dispõe no preâmbulo “...na sua qualidade de instrumento de desenvolvimento territorial, **afirma o Alentejo como território sustentável e de forte identidade regional**, sustentada por um sistema urbano policêntrico, garantindo adequados níveis de coesão territorial e integração reforçada com outros espaços nacionais e internacionais, **valorizando o seu posicionamento geoestratégico**”.

Se consideramos, ainda todas as alterações ao nível das condicionantes dos planos especiais e setoriais, os PDM de primeira geração foram sofrendo sucessivas alterações, de forma fragmentada que condicionaram a sua aplicação e se tornaram em instrumentos mais regulamentadores do uso e transformação do solo e menos prospetivo e estratégico para o desenvolvimento territorial. Assim, surge a necessidade de revisão dos Planos Diretores Municipais, os designados PDM de 2ª geração, cujo processo se prolonga no tempo face

a condicionantes externas de indefinição de legislação e regulamentos (ex.: REN e atualização cartográfica) que conduziram ao arrastamento no tempo da revisão dos PDM em vigor.

A nova Lei de Bases Gerais de Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU, Lei nº31 de 2014) e o novo RJIGT aceleram o processo de revisão dos PDM que se encontravam pendentes, permitindo aos que já tinham iniciado o período de discussão pública serem aprovados. No entanto, como já foi referido este regime transitório e de acordo com o RJIT obriga à sua adaptação num prazo de 5 anos, nomeadamente à adequação à nova classificação e qualificação do solo.<sup>2</sup>

Neste contexto é revisto o PDMM e aprovado em 2015 (Diário da República n.º 171/2015, Série II de 2015-09-02) com a obrigatoriedade de ser revisto até julho de 2020 por não cumprir o atual regime de classificação e qualificação do solo e por necessitar de atualização da sua cartografia. No entanto, a dinâmica e estratégia territorial alterou-se de forma significativa pelo que se torna necessário a atualização do diagnóstico<sup>3</sup> e a nova prospetiva que corresponda às dinâmicas territoriais existentes e prepare o Concelho de Monforte para uma política de planeamento e ordenamento adequada à realidade, mais flexível e colaborativa.

#### ▪ **Evolução do processo**

**PDM 1995:** RCM nº 176/95 de 20/12/95

**Com a entrada em vigor do PDM de Monforte são revogados os seguintes planos:**

PGU de Monforte – Diário da República, 2ª série, nº 62 (suplemento) de 14 de março de 1995;

PP da Zona Sudeste de Monforte – Diário da República, 2ª série, nº 218 (suplemento), de 20 de setembro de 1994;

PP da Zona Norte do Hospital – Diário da República, 2ª série, nº 230 (suplemento), de 4 de outubro de 1994;

PP de Santo Aleixo – Diário da República, 2ª série, nº 219 (suplemento), de 22 de setembro de 1992;

**Plano de Urbanização de Assumar – aprovado pela RCM nº 90/2004, DR 160, 1ª Série-B de 09/07/2004**

(Artigo 31º) – Alteração ao PDM

O Plano de Urbanização de Assumar revoga as disposições contidas no Plano Diretor Municipal de Monforte relativas ao aglomerado urbano de Assumar;

---

<sup>2</sup>- Artigo 199º do RJIGT “Classificação do solo 1 — As regras relativas à classificação dos solos são aplicáveis nos termos do artigo 82.º da lei bases de política pública de solos, do ordenamento do território e urbanismo. 2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, os planos municipais ou intermunicipais devem, no prazo máximo de cinco anos após a entrada em vigor do presente decreto -lei, incluir as regras de classificação e qualificação previstas no presente decreto -lei, sob pena de suspensão das normas do plano territorial que deveriam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo.

Decreto Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto: Estabelece o regime de classificação do solo e sua qualificação.

<sup>3</sup> - O diagnóstico do atual PDMM apenas se refere aos dados dos censos de 2001, não tendo sido atualizados de acordo com os censos de 2011



**Plano de Urbanização de Vaiamonte – aprovado pela RCM nº 117/2004., DR 178, 1ª Série-B de 30/07/2004**

(Artigo 30º) – Alteração ao PDM

O Plano de Urbanização de Vaiamonte revoga as disposições contidas no Plano Diretor Municipal de Monforte relativas ao aglomerado urbano de Vaiamonte;

**Plano Geral de Urbanização de Santo Aleixo – aprovado pela RCM nº67/2005, DR 53, 1ª Série -B de 16/03/2005**

(Artigo 30º) – Alteração ao PDM

O Plano de Urbanização de Santo Aleixo revoga as disposições contidas no Plano Diretor Municipal de Monforte relativas ao aglomerado urbano de Santo Aleixo.

**Plano Geral de Urbanização de Monforte – aprovado pela declaração da DGOTDU, DR 62, 2ª série – B de 09/07/2004**

**Plano de Urbanização de Monforte – aprovado pela RCM nº172/2004, DR 292, 1ª Série – B de 15/12/2004**

**(Artigo 35º) – Alteração ao PDM**

O Plano de Urbanização de Monforte revoga as disposições contidas no Plano Diretor Municipal de Monforte.

**Estudo Preliminar de Enquadramento de revisão do PDM de Monforte, que inicia o processo de revisão do PDM de 1995 – deliberação de Câmara 26-02-2003**

**Revisão do PDM de Monforte: Reunião da Comissão Mista da Coordenação (8 de setembro de 2006). – Apreciação da 1ª Fase do processo da Revisão do PDM – Diagnóstico e Caracterização. (R. 20/09/2006).**

**Alteração ao PDM – Campo de Tiro/ Inquérito Público. - Deliberação nº 104. – A CMM iniciou o projeto de alteração ao PDM, objetivando a instalação do Campo de Tiro onde inicialmente estava previsto construir o Aterro de Resíduos Sólidos. Em 2006 foram introduzidas alterações processuais de modo a viabilizar o objetivo municipal. (R. 18/04/2007).**

**Processo de Revisão do PDM/ Proposta Finalizada. – Conclusão da proposta de Revisão do PDM de Monforte. (R. 18/06/2008).**

**Proposta de Alteração ao PDM por Adaptação ao PROTA. – Deliberação nº 164.** - Apresentação de proposta de alteração aos artigos 32º., 33º. E 34º. ao PDM, de forma a dissipar as incompatibilidades existentes. **(R. 15/09/2010).**

**Revisão do PDM de Monforte – Deliberação nº 235.** – Proposta de áreas a excluir de solo com condicionantes REN, de forma a poderem contribuir para um desenvolvimento sustentado do concelho. **(R. 02/11/2011).**

**Alteração por Adaptação do PDM ao PROTA – Retificação. – Deliberação nº 236.** – Verificou-se que em alguns artigos alterados, o seu conteúdo não procede integralmente à compatibilização com o normativo do PROTA, designadamente o nº2 do artigo 32º; nº 3 e seguintes do mesmo artigo; alínea b) nº 3 do artigo 33º; nº 2 alínea f) do nº 3 do mesmo artigo e na alínea b) nº 3, artigo 34º. **(R. 02/11/2011).**

**Alteração à Proposta de Delimitação da REN relativamente à Revisão do PDM. – Deliberação nº 339.** – Correção dos vários aspetos cartográficos respeitantes a alterações da delimitação da REN, relativamente à Revisão do PDM. **(R. 21/11/2012).**

**Revisão do PDMM 2015- versão final-** deliberação nº135 em 25/06/2015 da Assembleia Municipal de Monforte. Aprovada por unanimidade.

**Alteração ao Regulamento do PDM de Monforte – Alínea 5), do Artigo 11º. – Deliberação nº 267.** – Proceder com urgência, a uma alteração imediata a um artigo deste regulamento, em benefício dos munícipes do concelho de Monforte e com o objetivo de resolver situações pendentes, que de momento não têm viabilidade no que respeita a obras de alterações e ampliações em edifícios existentes e situações de legalizações, nos termos do regulamento vigente. **(R. 02/08/2017).**

**Proposta – Alteração ao Regulamento do PDM de Monforte, - Deliberação nº 100.** – Para a alteração e ampliação de edifícios pré-existentes, assim como situações de legalizações, verificou-se que o respetivo regulamento não prevê de forma clara este tipo de situações, e que em alguns casos inviabiliza-as, por exceder os índices de utilização e ocupação previstos no Regulamento do PDM de Monforte. Proceder com urgência, à alteração imediata do artigo 11º nomeadamente no nº 5 e 6 deste Regulamento, em benefício dos munícipes do concelho de Monforte e com o objetivo de resolver situações pendentes, que de momento

não têm viabilidade no regulamento vigente, em relação às regras a observar na transformação de edifícios existentes, nomeadamente em obras de alteração e ampliação. **(R. 18/04/2018)**.

**Regulamento do PDM de Monforte. – Deliberação nº 102.** – Alteração do Artigo 11º no nº 5 e 6. E igualmente a alteração do artigo 23º, com inclusão da alínea I, nº 6 do artigo 23º. **(R. 02/05/2018)**.

**Alteração ao Regulamento do PDM de Monforte. – Deliberação nº 185.** – Foi proposto anteriormente a alteração do artigo 11º, nomeadamente no nº 5 e 6 deste Regulamento e a inclusão da alínea i), no nº 6, no artigo 23º em benefício dos munícipes do concelho de Monforte e com o objetivo de resolver situações pendentes, que de momento não têm viabilidade, nos termos do Regulamento vigente. Presentemente propõe-se uma nova alteração ao nº 5, do artigo 11º e alínea c) e i), do nº 6, do artigo 23º do respetivo diploma. **(R. 18/07/2018)**.

**Proposta de Alteração ao Regulamento do PDM de Monforte. – Deliberação nº 241.** – Foi proposto anteriormente a alteração do artigo 11º, nomeadamente ao nº 5 e 6 deste Regulamento e a inclusão da alínea i), no nº 6, do artigo 23º em benefício dos munícipes do concelho de Monforte e com o objetivo de resolver situações pendentes, que de momento não têm viabilidade, nos termos do Regulamento vigente. Presentemente propõe-se uma nova alteração ao nº 5, do artigo 11º, e alínea c) e introdução da alínea i), do nº 6, do artigo 23º do respetivo diploma. Pois a alteração anterior proposta não é suficientemente clara, não prevendo a aplicação de índices, podendo de alguma forma suscitar dúvidas de interpretação, propondo-se que seja mais transparente e mais objetivo. **(R. 03/10/2018)**.

**Alteração ao Regulamento do PDM de Monforte/ Discussão Pública. – Deliberação nº 259.** – Proceder à alteração do Regulamento do PDM de Monforte, tendo incidência unicamente regulamentar, nomeadamente nos artigos 11º e 23º, definindo e clarificando disposições que dificultam a sua aplicação em determinadas situações, não configurando qualquer alteração às classes e categorias de solo mencionadas nas plantas de ordenamento e condicionantes do território municipal. A proposta é feita autonomamente a um futuro procedimento de revisão do PDM. Deverá haver um período de discussão pública, de forma a os interessados poderem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões. **(R. 17/10/2018)**.

**Proposta da Versão Final para 1ª Alteração ao Regulamento do PDM de Monforte. – Deliberação nº 301.** – Proceder à alteração do Regulamento do PDM de Monforte, tendo incidência unicamente regulamentar, nomeadamente nos artigos 11º e 23º, definindo e clarificando disposições que dificultam a sua aplicação em

determinadas situações, não configurando qualquer alteração às classes e categorias de solo mencionadas nas plantas de ordenamento e condicionantes do território municipal. A proposta é feita autonomamente a um futuro procedimento de revisão do PDM. **(R. 28/12/2018).**

**2ª Alteração ao Regulamento do PDM de Monforte. – Deliberação nº 44.** – Foi proposto anteriormente a alteração do artigo 11º, nomeadamente no nº 5 e 6 deste Regulamento e a inclusão da alínea i), no nº 6, no artigo 23º em benefício dos munícipes do concelho de Monforte e com o objetivo de resolver situações pendentes, que de momento não têm viabilidade, nos termos do Regulamento vigente. Presentemente propõe-se uma nova alteração ao nº 5, do artigo 11º e alínea c), do nº 6. Do artigo 23º do respetivo diploma. **(R. 06/02/2019).**

**Alteração ao Regulamento do PDM de Monforte – Deliberação nº 201.** – Verificou-se que se encontra em falta na deliberação da Câmara Municipal nº 44, de 06/02/2019, a descrição da alínea i) no nº 6, no artigo 23º. **(R. 17/07/2019).**

**Daqui se conclui que têm existido sucessivas alterações e adequações do PDMM, mesmo após a sua revisão, por o mesmo se encontrar desadequado à realidade territorial e com omissões regulamentares que prejudicam a gestão territorial e que estão a ser remetidas para a necessidade da sua revisão.**

- O PDM em vigor encontra-se desadequado à legislação vigente pelo que se justifica a sua revisão de acordo com o novo regime jurídico. Ou seja, a deliberação de aprovação da revisão do PDMM realizou-se em junho de 2015, quando o novo regime jurídico só produzia efeitos 60 dias após a sua publicação pelo que a sua elaboração está de acordo com o RJGT anterior e não o atual em vigor. Da mesma forma que as sucessivas alterações legislativas que se sintetizam no quadro seguinte contribuem para a necessidade de revisão do PDM.

**Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo – LBPPSOTU:**

Diploma Legal	Sumário do Diploma Legal
<b>Lei n.º 31/2014, de 30 de maio</b>	Estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

**Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT):**

Diploma Legal	Sumário do Diploma Legal
<b>Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio</b>	Desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.
<b>Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro</b>	Regula a constituição, a composição e o funcionamento das comissões consultivas da elaboração e da revisão do Plano Intermunicipal (PDMI) e do Plano Diretor Municipal (PDM), nos termos do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT).
<b>Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto</b>	Estabelece os critérios uniformes de classificação e reclassificação do solo, de definição de utilização dominante, bem como das categorias relativas ao solo rural e urbano, aplicáveis a todo o território nacional
<b>Portaria n.º 245/2011, de 22 de junho</b>	Define os requisitos, as condições e as regras de funcionamento e de utilização da plataforma informática destinada ao envio dos instrumentos de gestão territorial para publicação no Diário da República e para depósito na Direção-Geral do Território.
<b>Decreto Regulamentar n.º 5/2019 de 27 de setembro</b>	Estabelece os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial

**Reserva Ecológica Nacional:**

<b>Diploma Legal</b>	<b>Sumário do Diploma Legal</b>
<b>Portaria n.º 419/2012, 20 de dezembro</b>	Define as situações de usos ou ações consideradas compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em Reserva Ecológica Nacional
<b>Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho</b>	Procede à alteração do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro
<b>D.L. n.º 80/2015, 14 de maio</b>	Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. O artigo 184º cria a Comissão Nacional do Território (CNT) e o artigo 201º extingue a CNREN (revoga os artigos 28º a 31º do DL 166/2008)
<b>Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto</b>	Republica o Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, de 22 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional; Revoga a Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro
<b>Portaria n.º 336/2019 de 26 de setembro</b>	Aprova a revisão das Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais previstas no Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN)

**Reserva Agrícola Nacional:**

<b>Diploma Legal</b>	<b>Sumário do Diploma Legal</b>
<b>Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro</b>	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31.03, que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional

- Cartografia

O atual PDMM não foi elaborado com a produção cartográfica atualizada pelo que será obrigatória a sua adequação ao novo Decreto-Lei.

O fator mais relevante é a necessidade da nova cartografia que se encontra em elaboração por parte da CIMAA à escala 1:10.000. A produção cartográfica deve seguir a legislação em vigor, conforme quadro seguinte e devidamente homologada pela DGT.

<b>Regulamento n.º 142/2016 de 9 de fevereiro</b>	Estabelece as Normas e Especificações Técnicas da Cartografia topográfica e topográfica de imagem a utilizar na elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais e na cartografia temática
<b>Decreto-Lei n.º 130/2019 de 30 de agosto</b>	Estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional (7.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho)

- Articulação com programas de nível superior e planos sectoriais e especiais:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (Lei n.º 99/2019 - Diário da República n.º 170/2019, Série I de 2019-09-05, que revoga a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro).
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (RCM nº 53/2010, publicada no DR 148 I Série, de 2/8/2010; primeira retificação - Declaração Retificativa 30-A/2010, publicada no DR nº 192I Série de 2010-09-01), cujo processo de revisão se irá iniciar após a aprovação do PNPOT. De salientar que os Planos passam a ter a designação de programas pelo que o PDMM terá que ser compatível com este IGT estando esta situação prevista no RJIGT.
- Plano Nacional da Água (DL nº 76/2016, publicado em DR nº 215 I Série, de 2016-11-09).
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana (publicado em DR, 1ª Série, nº 181 de 2016-09-20).
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (publicado na Portaria nº 54/2019 – DR nº 29/2019, Série I de 2019-11-02).
- Plano Setorial da Rede Natura 2000 - instrumento de gestão territorial para salvaguarda e valorização dos Sítios e ZPE do continente e a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável

Não existe PEOT (Plano Especial de Ordenamento do Território) com incidência no Território.

## 2. Enquadramento Territorial

**Localização:** O Concelho de Monforte situa-se na NUT III do Alto Alentejo com uma área de 419,65Km<sup>2</sup> sendo limitada a Oeste e Norte pelos municípios do Crato e de Portalegre, a Leste por Arronches e por Elvas, a Sudeste por Borba e por Estremoz, a Oeste por Fronteira e a Noroeste por Alter do Chão. O município tem quatro freguesias (Santo Aleixo, Assumar, Vaiamonte e Monforte) tendo como Centro Urbano a Vila de Monforte. Afirma-se como um território de baixa densidade 8 hab./Km<sup>2</sup> <sup>4</sup>, com 3 329 habitantes, 41% concentra-se na Vila de Monforte.

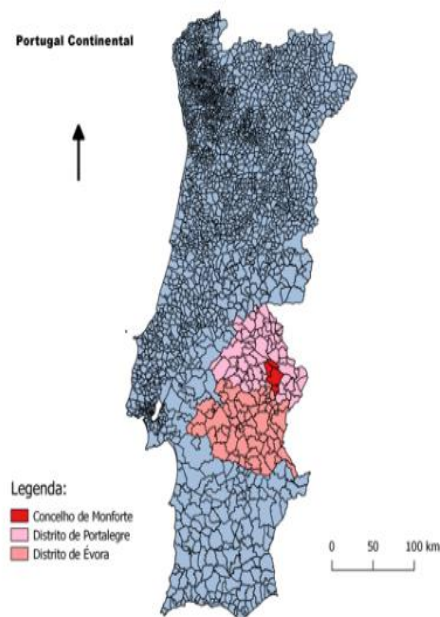
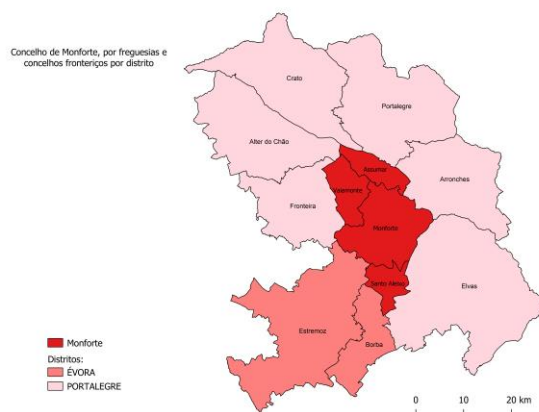


Figura 1. Localização de Monforte em Portugal Continental. Fonte: CAOP.

<sup>4</sup> Dados de acordo com os censos de 2011





**Figura 2. Localização de Monforte por NUTS II. Fonte: CAOP.**

A unidade territorial de Monforte integra o distrito de Portalegre e situa-se na NUTS III do Alto Alentejo e na NUTS II do Alentejo sendo classificado como um território de Baixa Densidade (Portaria nº 55/2015 de 2015-07-01). Situa-se a 29,7Km de Portalegre (Centro Urbano Regional), a 28,7 Km de Estremoz (Centro Urbano Estruturante), 35,8 Km de Campo Maior, 33,3 Km de Elvas (que constituem um Centro Urbano Regional no PROT), a 61,9 Km da Ponte de Sôr (Centro Urbano Estruturante), a 73,8 Km de Évora (Centro Urbano Regional), a 49,4 Km de Badajoz e a 198 Km de Lisboa.

A centralidade de Monforte, nomeadamente o seu Centro Urbano permite a sua articulação com o Alentejo Central e com um posicionamento geográfico próximo ao eixo Lisboa-Madrid, definido no modelo territorial do PROTA, como corredor nacional que estabelece a conetividade entre Lisboa-Évora-Elvas-Badajoz. O IP2 ao atravessar o Concelho de Monforte permite ligação à A6 em Estremoz, bem como a proximidade, em relação a Badajoz, através dos corredores regionais permite a competitividade desta unidade territorial no contexto da sua NUTS III.

#### **Enquadramento no PROT Alentejo:**

- Modelo de sistema urbano policêntrico classifica Monforte como Centro Urbano Complementar (CUC), integrando-o no subsistema urbano de Portalegre, de nível 3;
- Modelo de conetividade e acessibilidades situa o centro urbano num corredor Nacional (IP2), com ligação de proximidade (Estremoz) ao corredor Central (LISBOA-ÉVORA-ELVAS-BADAJOZ);
- Sistema de base económica regional integra o concelho na área de produção agroindustrial, suportado pelo seu sistema agrícola, com regadio e agrosilvopastoril (modelo de subsistema das atividades agroflorestais). Na zona A – Alto Alentejo de desenvolvimento turístico (modelo do subsistema de desenvolvimento turístico), onde se destaca a “quantidade e diversidade de valores arquitetónicos, patrimoniais (pré-históricos e históricos) e culturais únicos”.

- Estruturas de valorização ambiental (ERPVA): são identificadas duas áreas nucleares e é abrangido pela unidade de paisagem da peneplanície do Alto Alentejo.

### **3. Caracterização do Território do Concelho de Monforte**

O que diferencia os territórios são os recursos físicos e humanos e entre os quais se estabelecem relações de produção que alteram o uso e ocupação do solo.

O posicionamento geográfico e a existência de conectividade territorial contribuem para os tornar mais ou menos competitivos, e para tal são determinantes as opções de política e os seus instrumentos que permitem, colmatar os constrangimentos de territórios mais ou menos periféricos sobretudo quando se pretende atingir objetivos de equidade e coesão territorial.

Uma estratégia de desenvolvimento local deve assentar na transformação dos seus recursos de forma integrada, diversificando a sua atividade económica, tendo a identidade como referencial de competitividade que lhe confira resiliência territorial.

Neste capítulo serão abordadas as principais alterações ocorridas na unidade territorial de Monforte nos últimos 24 anos, ou seja, desde o primeiro PDM de 1995, aprovado em Resolução de Conselho de Ministros em 20/12/1995.

A revisão do PDM de 2015, publicado em DR. 2ª série, nº171 de 2 setembro de 2015, não atualizou os dados estatísticos à data, nem as dinâmicas territoriais nos seus diferentes domínios, pelos factos já expressos anteriormente. Os dados reportam-se aos censos de 2001, pelo que importava definir uma metodologia que avaliasse a implementação dos IGT desde os PDM de primeira geração. Assim, a caracterização do território é efetuada por diferentes domínios, com base em dados estatísticos recolhidos no INE, tendo como referencial os censos de 1991, 2001 e 2011, bem como as estimativas entre 2011 e 2018. A atualização de dados nos diferentes domínios é efetuada à data de 2018, sendo recolhidos junto das respetivas entidades, identificadas em cada quadro e gráfico as respetivas fontes. Assim, admite-se uma margem de erro nos valores por estimativa que poderão ser corrigidos, com os próximos censos de 2021 e atualizados com base nos presentes indicadores. No entanto, existiu o cuidado de comparar as margens de erro do INE, nos valores por estimativa, anteriores aos censos, não sendo superiores a 1%.

A opção justifica-se por permitir efetuar um diagnóstico prospetivo sobre o Estado de Ordenamento do Território e a conseqüente reflexão crítica.

### 3.1. O Que Mudou?

A fragilidade dos territórios de baixa densidade como o Concelho de Monforte pressupõe uma caracterização nos diferentes domínios que determinam as dinâmicas e as conseqüentes políticas públicas de base territorial.

A gestão territorial em tempos de globalização pressupõe que os IGT sejam cada vez mais instrumentos flexíveis, prospetivos, colaborativos e resilientes perante contextos em que os diferentes atores não controlam a mudança. Logo as transformações existentes nos territórios são determinadas por contextos externos e internos que pressupõe recursos diferentes, localizações mais ou menos estratégicas e conectividades que determinam as designadas competitividades territoriais. Mais que os indicadores e dados que nos permitem ter uma caracterização sobre as transformações ocorridas num intervalo de tempo de cerca de 25 anos, importa perceber os contextos, os fatores de risco e constrangimentos que determinam a fragilidade de uma unidade territorial de baixa densidade como o Concelho de Monforte. Ou seja, de que forma o planeamento e ordenamento do território contribuiu para o desenvolvimento das comunidades locais, ou se limitou a corresponder às necessidades de adaptação dos contextos locais à emergência da inserção do País e das Regiões (NUTS II) e sub-regiões (NUTSIII) em mercados mais alargados e, sujeitos a fatores de risco, que não controlam. Assim, o ponto de partida para a caracterização atual do território apenas permitirá aferir o que se alterou. No entanto, a análise dos resultados pressupõe uma metodologia quantitativa e qualitativa, mas sobretudo uma abordagem de gestão territorial onde o crescimento é menos importante que a sustentabilidade dos territórios, para um planeamento e ordenamento do território mais colaborativo, participativo e pró-ativo, reconhecendo que existem diferentes atores com diferentes pressões sobre o uso e transformação do solo.

A valoração dos recursos territoriais em função das especificidades locais e o impacto das mesmas em escalas superiores serão fatores a considerar na qualificação da caracterização atual do Concelho de Monforte.

As políticas públicas implícitas no ordenamento do território como a agricultura e florestas, a conservação da natureza e biodiversidade e os transportes, ao condicionar o uso e ocupação do solo, estão dependentes das explícitas de desenvolvimento regional, rural, urbano e local. Logo se conclui que a análise dos resultados e sua metodologia quantitativa e qualitativa permitirão aferir de forma explícita sobre o desenvolvimento local, devidamente enquadrado nos instrumentos de nível superior como o PROTA e o PNPOT.

Da mesma forma que as políticas públicas com impacto territorial como o emprego, educação, saúde, ação social e Proteção Civil, hoje algumas territorializada pela transferência de competências para os Municípios, de forma mais ou menos formal e, outras contratualizadas, permitirão aferir do impacto das mesmas em territórios de baixa densidade.

### **3.1.1. Demografia**

A caracterização e diagnóstico apresentado na primeira revisão do PDM (2015) não apresenta os dados atualizados com os censos de 2011, pelo que se procedeu a uma caracterização sucinta dos dados demográficos à data de 2011, de acordo com os dados do INE e com base em instrumentos de planeamento entretanto elaborados pelo Município que atualizaram estes dados como sejam o PARUSM<sup>5</sup> e PAICDM<sup>6</sup>. Procedeu-se ainda a uma avaliação dos indicadores desde 1995 e sua atualização com dados do INE até 2018, que permitam aferir a prospetiva e elaborar o respetivo diagnóstico.

Da análise dos censos de 2011 (INE) conclui-se a tendência regressiva de evolução da população da Região Alentejo e, particularmente, o Alto Alentejo.

A taxa de variação da população (2011-2001) é de -1,9%, abaixo da média do Alto Alentejo com uma tendência regressiva de -6,7%. (EIDT do Alto Alentejo), enquanto a freguesia de Monforte regista uma taxa de variação positiva de 10% (dados PARUSM, Fig. 3) e com crescimento da população entre os 0-14 anos (Fig.4 e 5) que contribui para o saldo positivo deste grupo etário no contexto da NUTS III e NUTSII.

As figuras (6, 7 e 8) referem-se à evolução da população residente (com estimativa até 2018), comparando com os da NUTS II e NUTS III, desde 1991. Assim, verifica-se a tendência regressiva da população não apenas de Monforte, mas de toda a NUTS III e NUT II. No período entre 2011 e 2018, a tendência será para um aumento da perda de população aproximando-se do valor da NUTS III do Alto Alentejo. No entanto, verifica-se que a maior perda de população se verificou entre 1991-2001.

---

<sup>5</sup> Plano de Ação e Regeneração Urbana Sustentável de Monforte

<sup>6</sup> Plano de Ação Integrado das Comunidades Desfavorecidas de Monforte

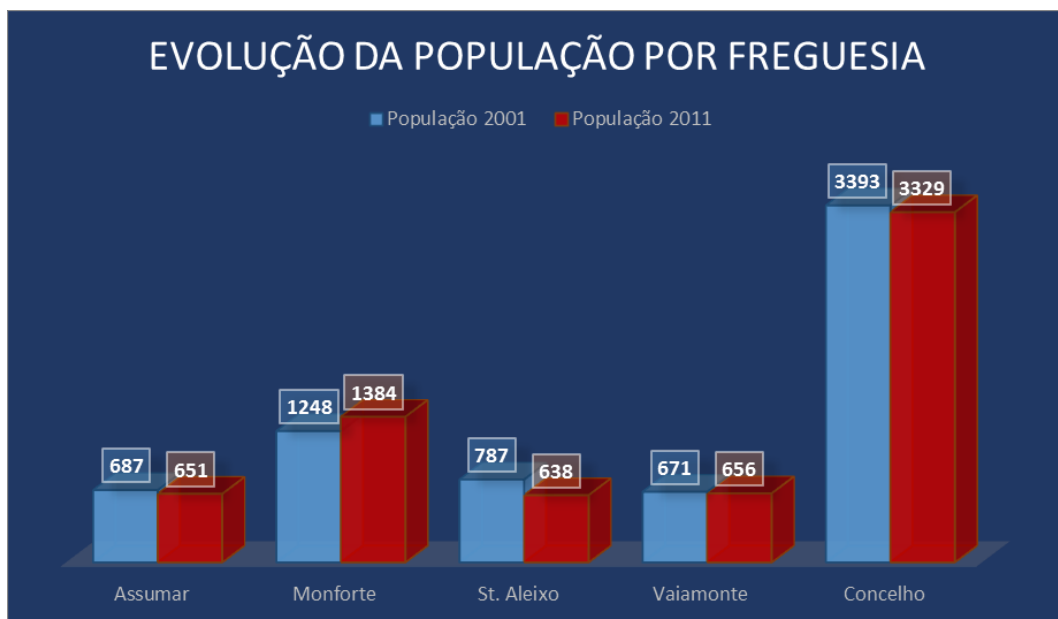


Figura 3. Evolução da População Residente por Freguesia. Fonte: PARUSM (INE,2011).

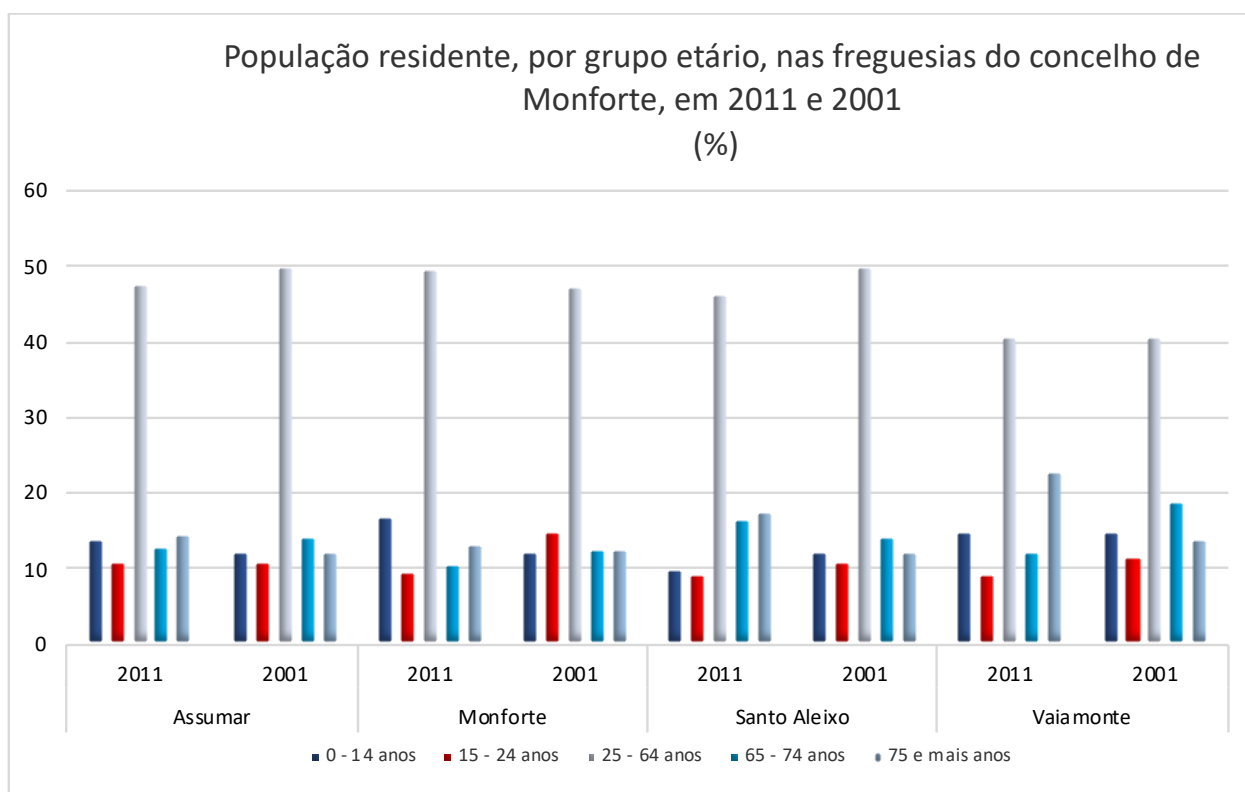
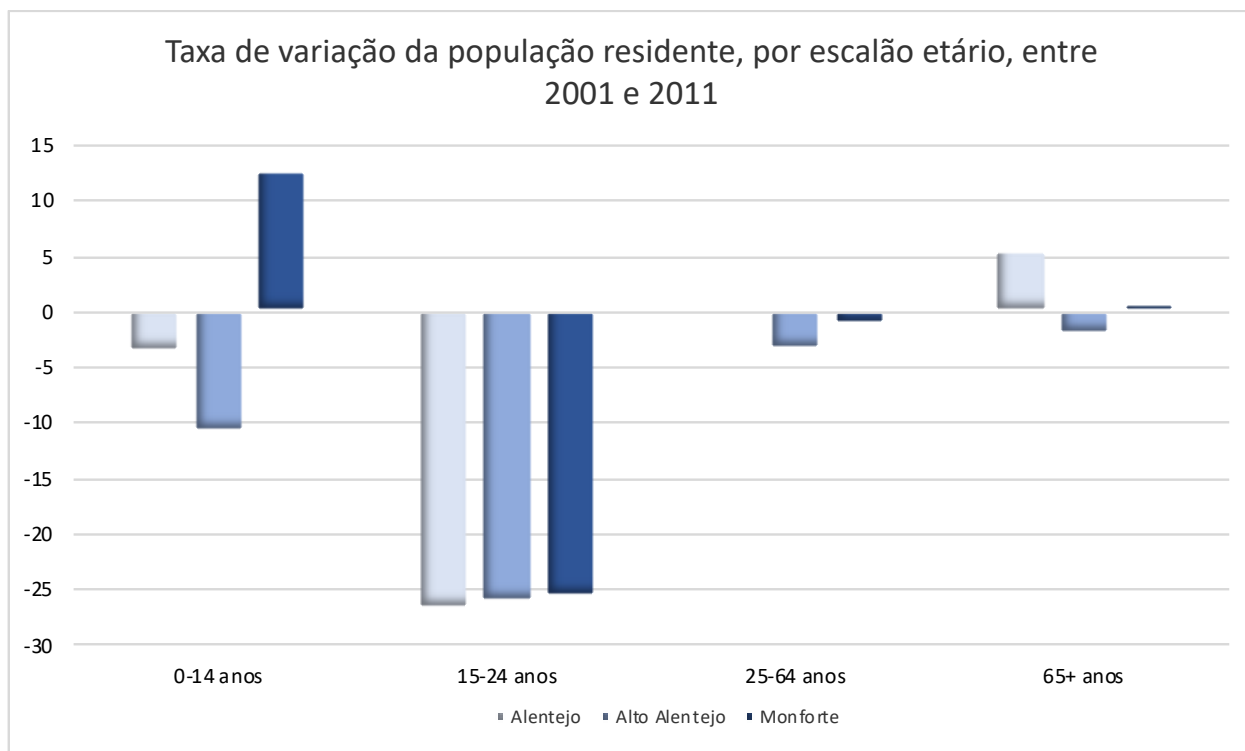


Figura 4. População Residente por Grupo Etário, nas Freguesias do Concelho de Monforte em 2001 e 2011. Fonte: BGRI – INE.



**Figura 5. Taxa de Variação da População Residente por Escalão Etário, entre 2001 e 2011. Fonte: BGRI - INE.**

Período de referência	Local de residência	População residente (N.º)
2018	Alentejo	705478
	Alto Alentejo	105479
	Monforte	2989
2014	Alentejo	733370
	Alto Alentejo	112084
	Monforte	3164
2011	Alentejo	754385
	Alto Alentejo	117234
	Monforte	3304
2001	Alentejo	776496
	Alto Alentejo	126538
	Monforte	3403
1991	Alentejo	785578
	Alto Alentejo	134685
	Monforte	3755

**Figura 6. Evolução da População Residente por Período de Referência. Fonte: INE.**

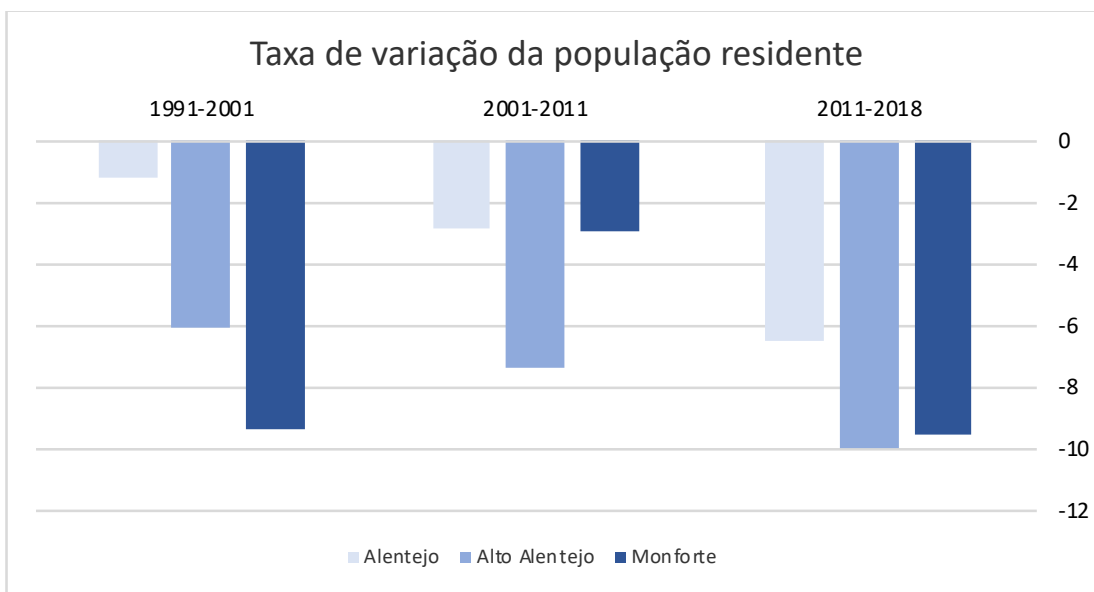


Figura 7. Taxa de Variação da População Residente. Fonte: INE.

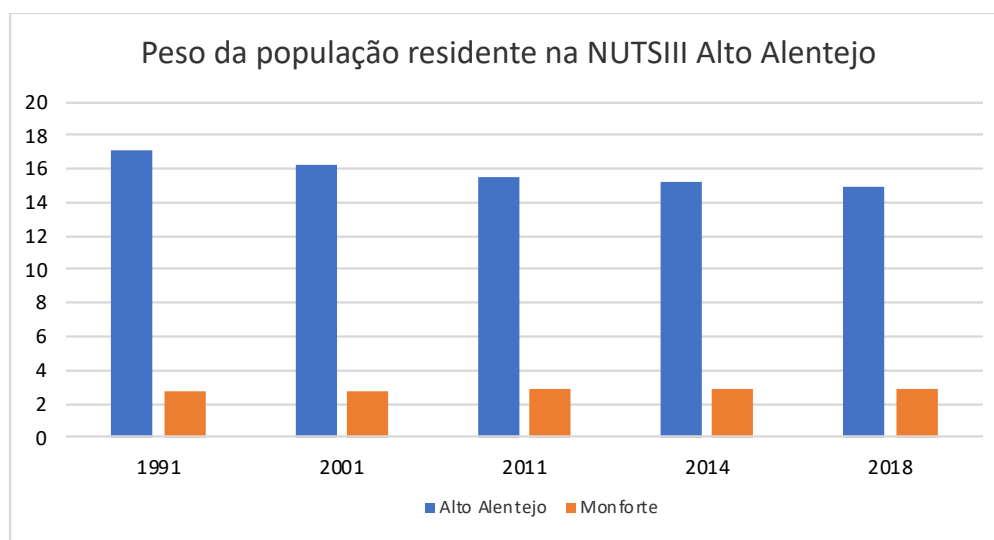


Figura 8. Peso da População Residente em Percentagem na NUT III Alto Alentejo. Fonte: INE.

A maioria da população tem o 1º ciclo completo e possui uma taxa de analfabetismo de 18%, sendo considerável a percentagem (23%) dos que não concluem o terceiro ciclo, atingindo os 30% da população entre os 18-24 anos que não continuou a estudar. Assim, se justifica o maior índice de desemprego entre a população jovem (15-24 anos) da NUT III (+ de 40%) atingindo particularmente o sexo feminino. A baixa empregabilidade na unidade territorial para a população jovem que completou o ensino superior justifica a saída de jovens com níveis de formação superior. A percentagem da população que completou o ensino superior situa-se nos 9%, sendo a mais baixa, no intervalo entre os 30-34 anos da NUT III. O ensino secundário

situa-se na média da NUT III, quando se considera o intervalo entre 20 e 24 anos. Concluindo, a fragilidade do tecido social é grande quanto ao grau de ensino e formação, existindo uma evolução comparativamente aos censos de 2001 (dados INE, 2011).

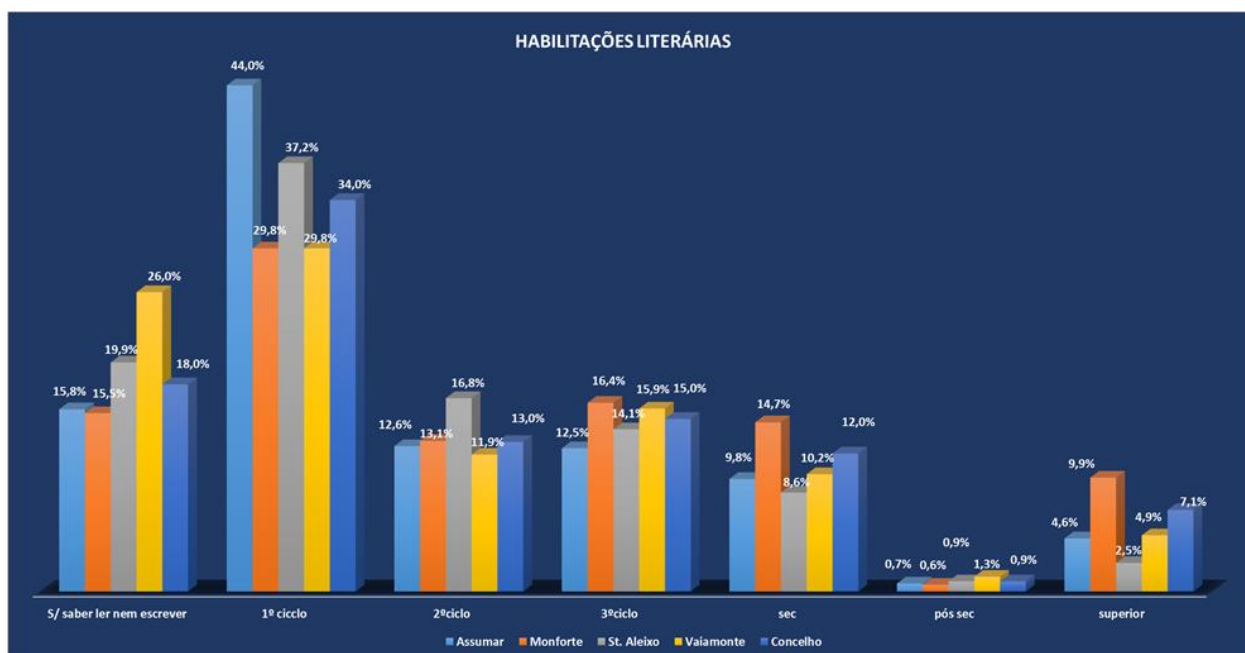


Figura 9. Habilitações Literárias por Freguesias. Fonte: PARUSM (INE,2011).

O Concelho de Monforte regista um índice de envelhecimento menor em 2011 sendo o mais baixo da sua NUT III (fig.10).No entanto, regista um decréscimo da população entre os 15-24 anos, embora a variação do seu índice de rejuvenescimento no contexto da NUT III é dos mais elevados. Tal justifica o aumento do índice de dependência de jovens, pelos motivos já expressos anteriormente do baixo nível de escolaridade e formação. O índice de dependência de idosos aumenta em 2011, mas tal prende-se com o aumento da população com 65 ou mais anos.

As pirâmides etárias (Fig. 11, 12, 13 e 14) indicam o aumento em 2018 da percentagem da população residente com mais de 80 anos, registando a mesma variação positiva entre os 15 e 24 anos, mas no geral verifica-se a mesma tendência podendo o índice de envelhecimento vir a aumentar até 2021, se não conseguir reter a população residente com mais de 25 anos.



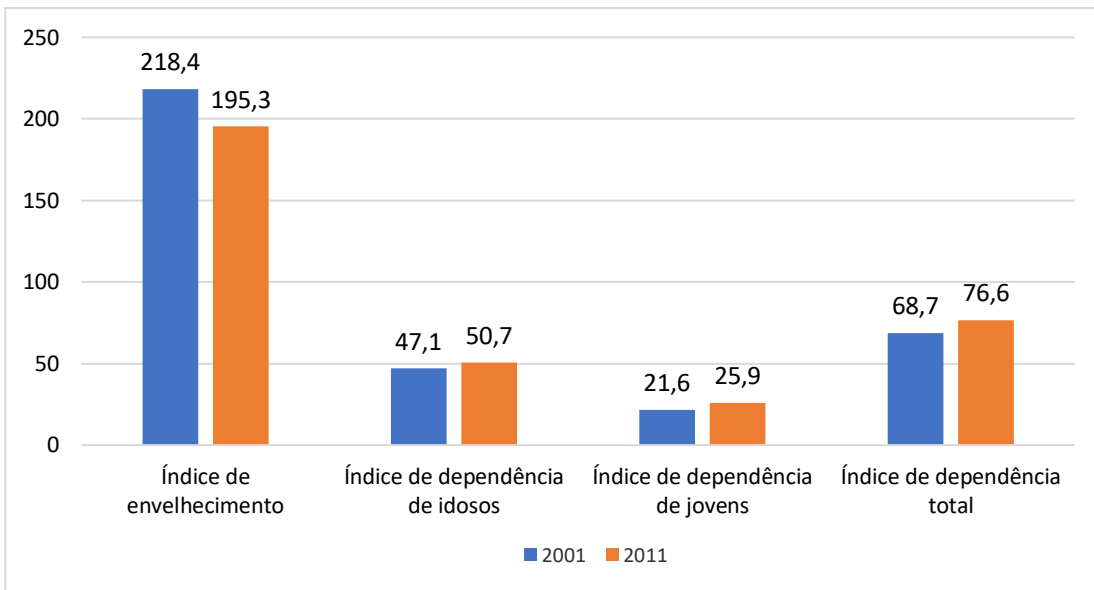


Figura 10. Índice de Envelhecimento e de Dependência no Concelho de Monforte. Fonte: INE.

### PIRÂMIDES ETÁRIAS

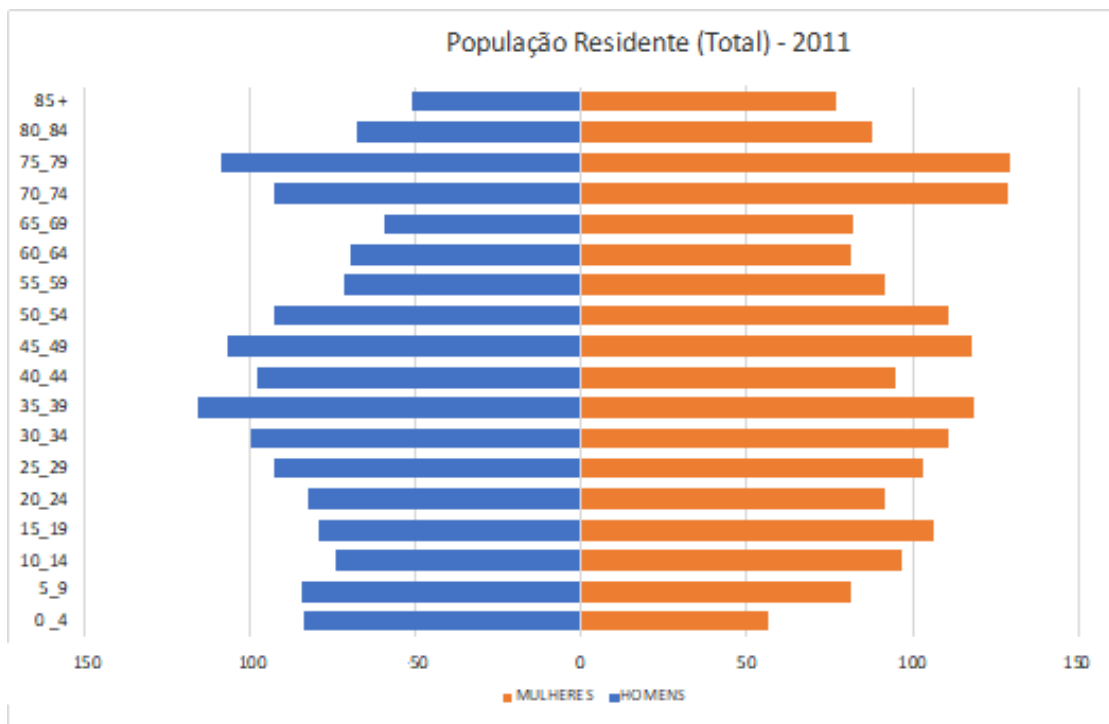


Figura 11. População Residente (Total) em 2011 no Concelho de Monforte. Fonte: INE.

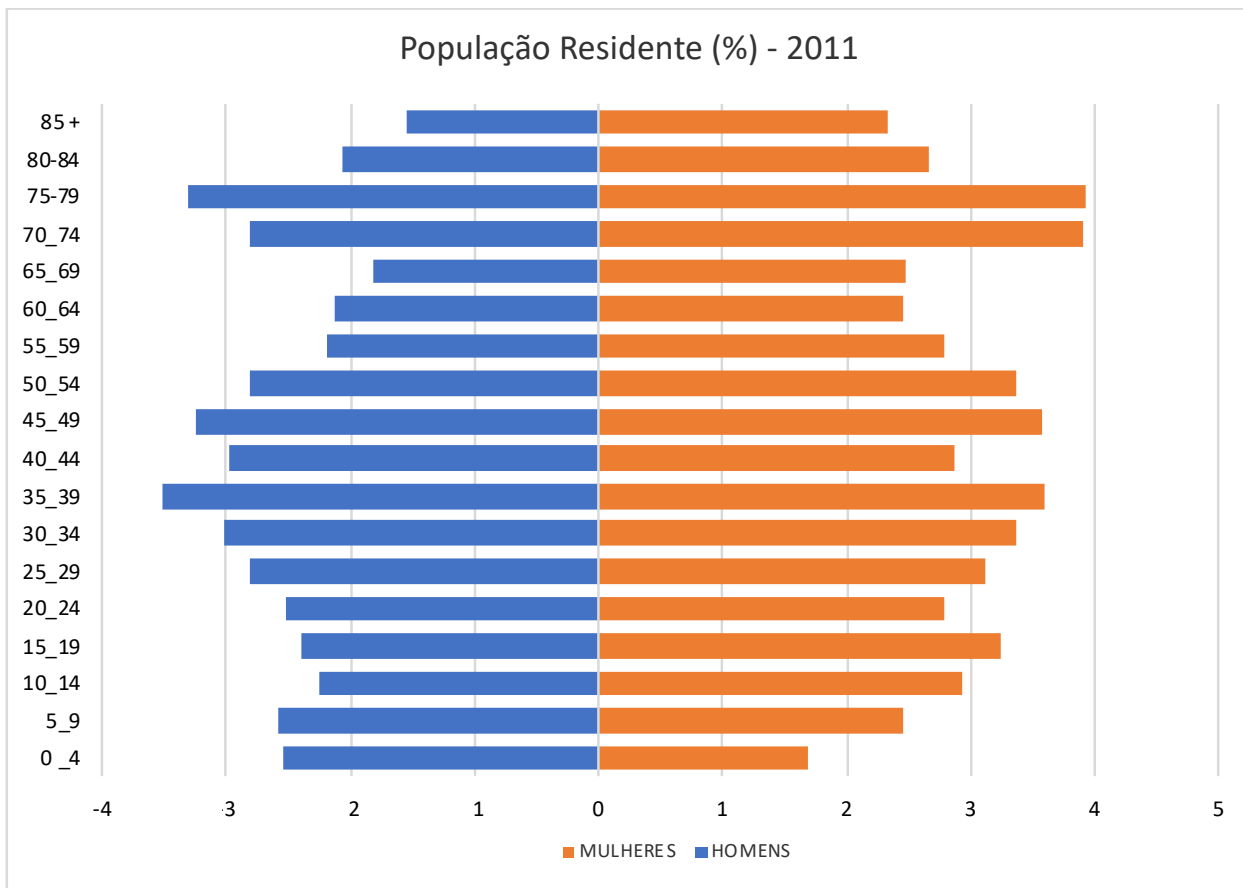


Figura 12. População Residente em Percentagem no Concelho de Monforte em 2011. Fonte: INE.

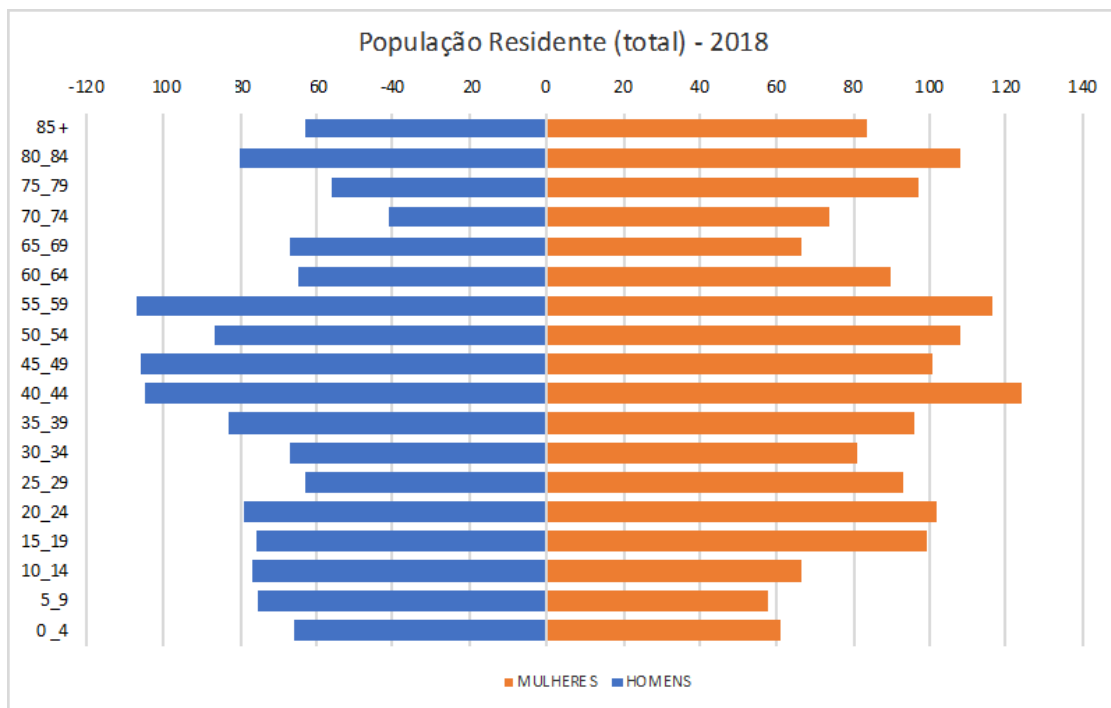


Figura 13. População Residente (Total) no Concelho de Monforte em 2018. Fonte: INE.

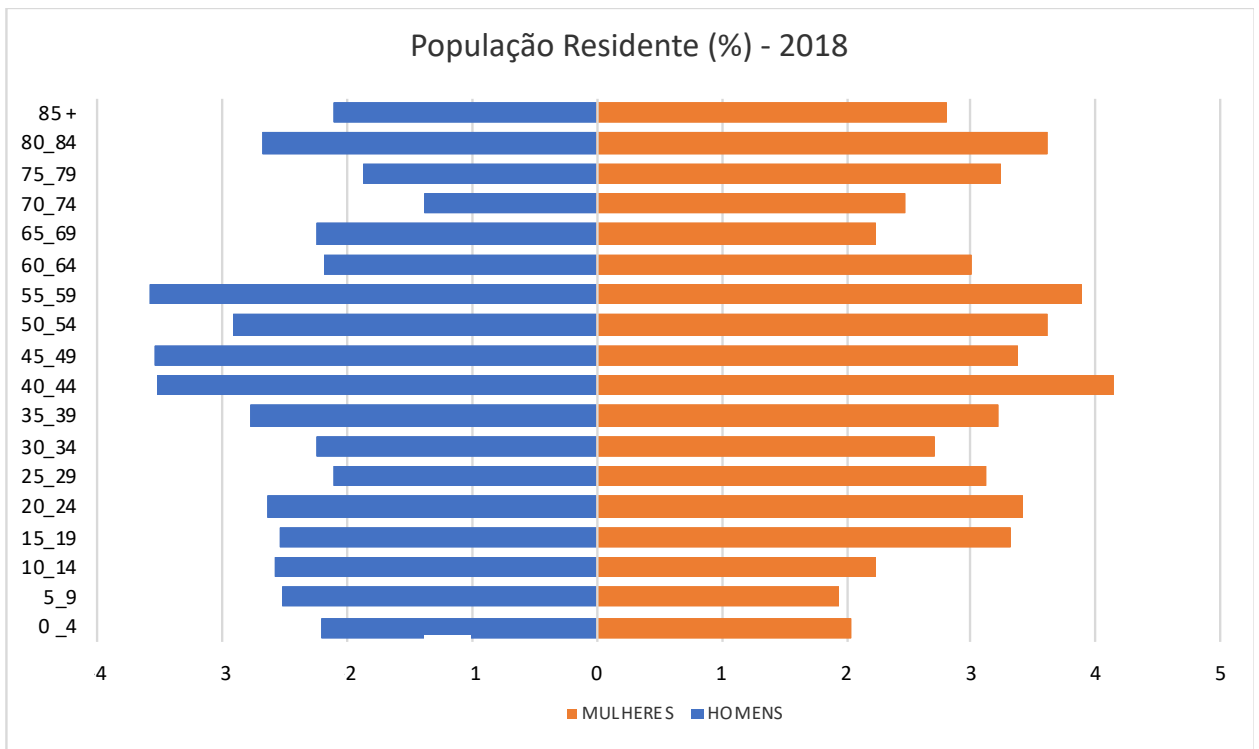
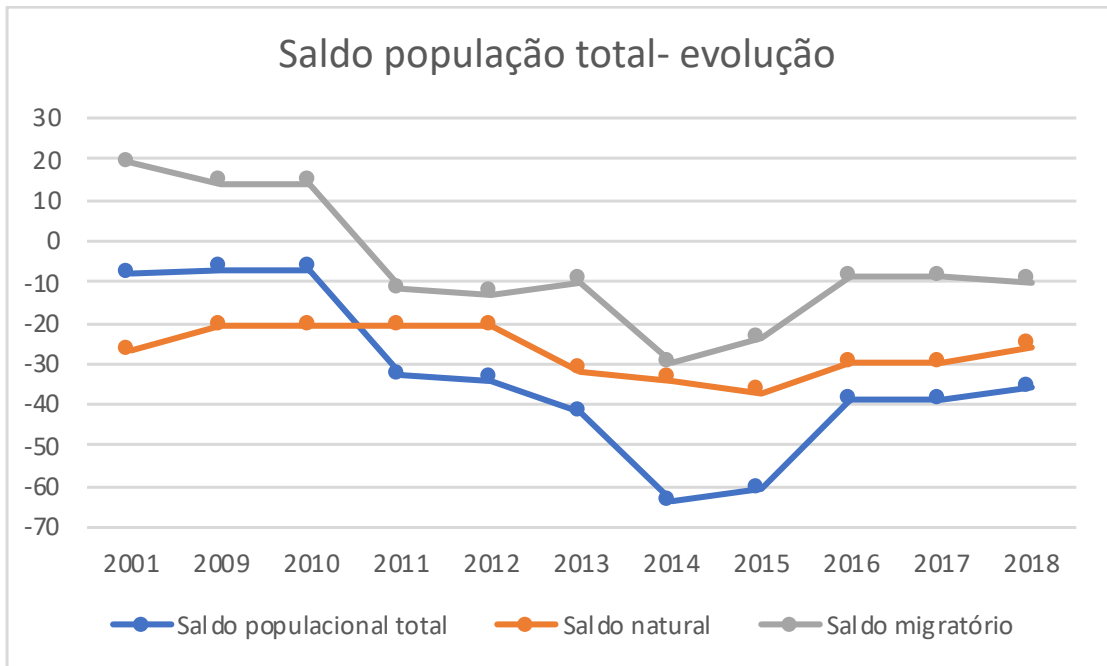
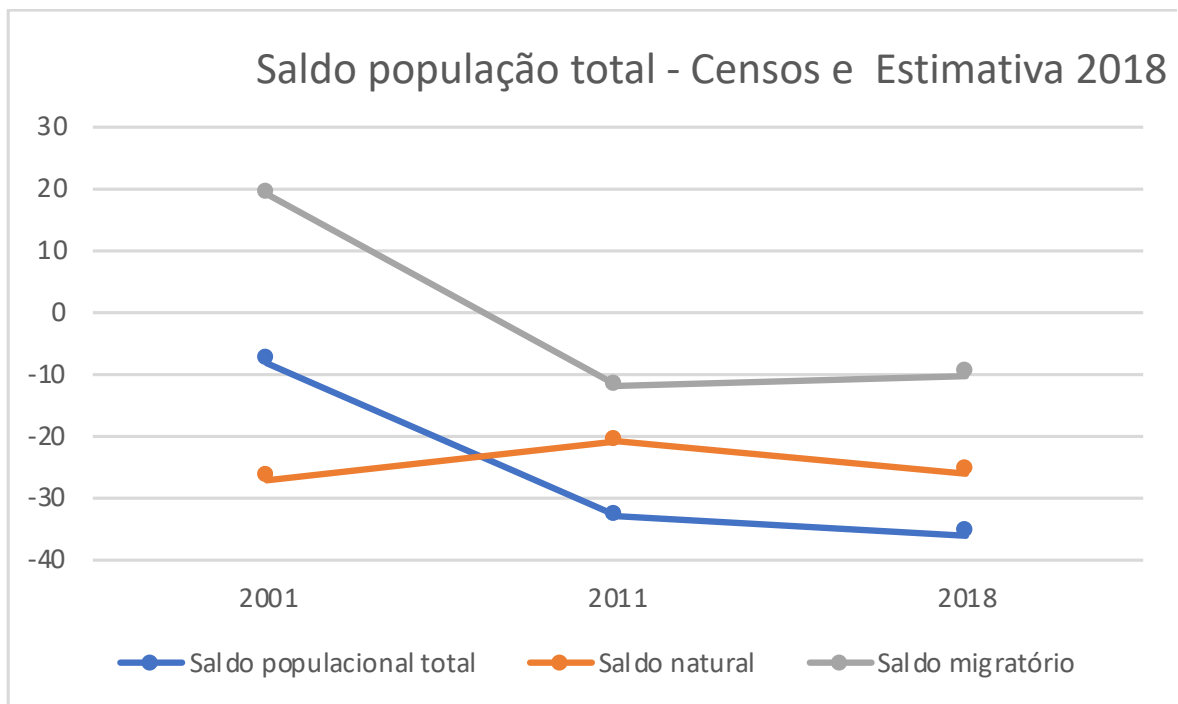


Figura 14. População Residente em Percentagem no Concelho de Monforte em 2018. Fonte: INE.

Para uma análise, mais prospetiva, em termos de diagnóstico procedeu-se, com base nos dados do INE, à comparação do número de óbitos com o de nados vivos. Os gráficos (Fig. 17 e 18) revelam a tendência por freguesia e no Concelho, verificando-se um aumento do número de óbitos em 2018, relativamente a 2011, mas que é acompanhado pelo aumento de nados vivos, embora não suficiente para a existência de um saldo natural positivo. Aliás da análise efetuada dos dados ao longo dos anos de 2001 a 2018 do saldo populacional total, verifica-se que sempre que o saldo populacional diminui, tal deve-se a saldos migratórios mais negativos, de que é exemplo o ano de 2014. Verifica-se que quando o saldo total da população tende para valores próximo do zero foi compensado por os valores do saldo migratório serem mais elevados como em 2001. Logo se conclui que a capacidade de atratividade concelhia é determinante para inverter o saldo natural negativo.



**Figura 15. Saldo Natural da População Total entre 2001 e 2018. – Evolução. Fonte: INE.**



**Figura 16. Saldo População Total – Censos e Estimativa 2018. Fonte: INE.**

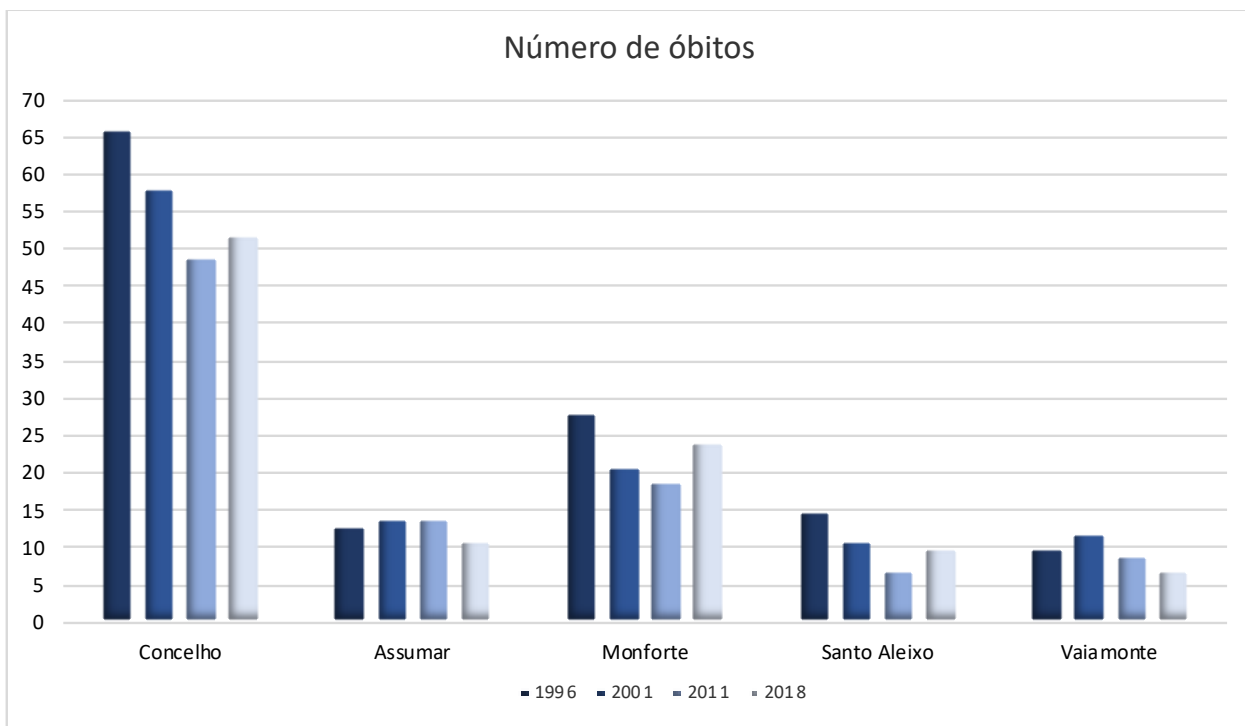


Figura 17. Número de Óbitos no Concelho de Monforte. Fonte: INE.

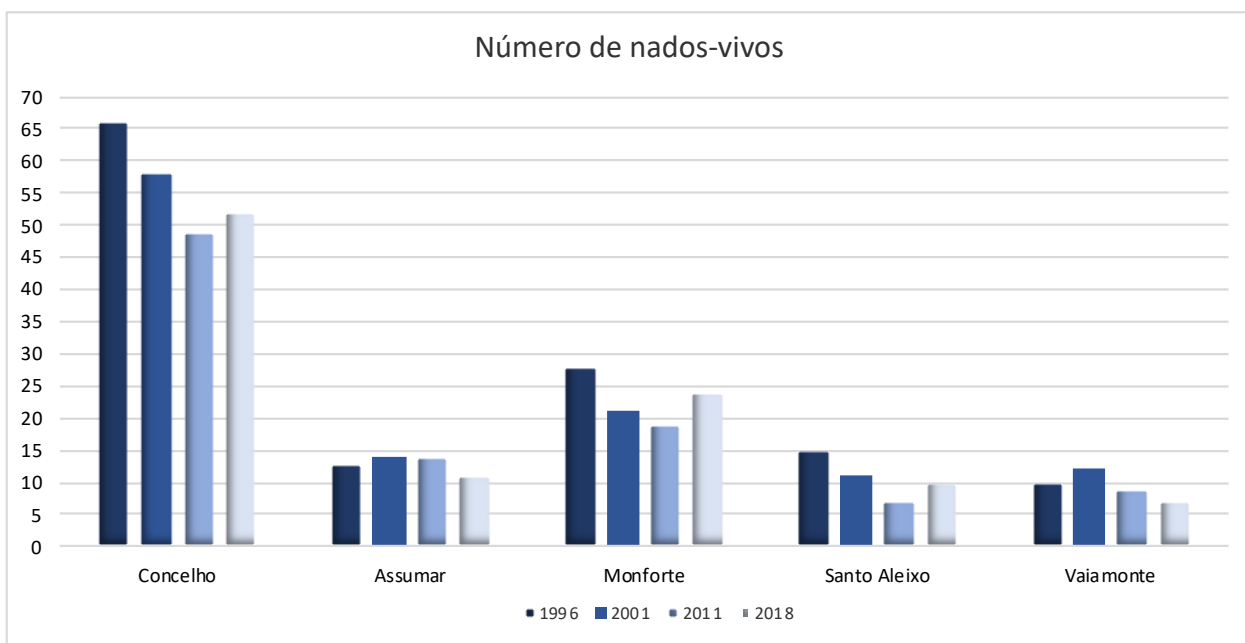


Figura 18. Número de Nados-Vivos no Concelho de Monforte entre 1996 e 2018. Fonte: INE.

## 3.1.2. Povoamento e Edificado

### 3.1.2.1. Povoamento

O Centro Urbano de Monforte, situa-se na freguesia de Monforte, com uma população de 1384 habitantes (Censos 2011), principal polo urbano onde se situa o centro administrativo e político e a maioria dos equipamentos sociais, mais relevantes: escola do 2º e 3º ciclo do ensino básico, biblioteca, piscinas e serviços públicos.

O município tem apostado na descentralização nas freguesias rurais, de equipamentos sociais, mas tal não impediu a perda de população nas freguesias e o consecutivo aumento de população no Centro Urbano. O Centro Urbano de Monforte pertence à freguesia de Monforte situando-se na mesma o lugar de Prazeres classificado como de nível III, cuja população residente é de 29 habitantes (Censos de 2011).

O PDMM considera como aglomerados urbanos as 4 sedes de freguesia e definiu, apenas para atribuição de índices urbanísticos nos espaços urbanos, os seguintes níveis hierárquicos: Nível 1 – Monforte, Nível 2 – Assumar, Santo Aleixo e Vaiamonte, Nível 3 – Prazeres. A freguesia que mais população perde é a de Santo Aleixo, tendo cedido o lugar de 2º aglomerado mais populoso para Vaiamonte que tem registado a capacidade de resistir a índices regressivos de população. Vaiamonte revela uma dinâmica populacional com capacidade de atrair residentes fora do Concelho e da Região, a que não será estranha a dimensão económica desta freguesia que será abordada posteriormente.

	2001	2011	variação %
Assumar	687	651	-5,53
Monforte	1248	1384	9,83
Santo Aleixo	787	638	-23,35
Vaiamonte	671	656	-2,29

Figura 19. Variação da População Residente nas Freguesias entre 2001 e 2011. Fonte: INE.

## **As Freguesias**

### **Freguesia de Assumar**

A freguesia de Assumar situa-se a norte do concelho de Monforte, junto à fronteira com o concelho de Portalegre, a cerca de 5 km a nascente do IP2. É atravessado pela EN 371 ligando o IP2 a Arronches, localizando-se a poente da linha de caminho-de-ferro que liga Abrantes a Elvas e Badajoz. A Freguesia de Assumar possui uma área de 63,68km<sup>2</sup> e 651 habitantes (2011). A sua densidade populacional é de 10,2 hab./Km<sup>2</sup>.

### **Freguesia de Monforte**

A freguesia de Monforte situa-se no centro do concelho de Monforte, e faz fronteira com os concelhos de Arronches, Elvas, Estremoz e Fronteira. A freguesia é atravessada pela EN 243, EN 369, IP 2, e EM 515. A freguesia de Monforte possui uma área de 214,5 km<sup>2</sup>. A sua densidade populacional é de 6,5 hab./km<sup>2</sup>.

### **Freguesia de Santo Aleixo**

A freguesia de Santo Aleixo situa-se a sul do concelho de Monforte, junto à fronteira com os concelhos de Borba e Elvas. A freguesia é atravessada pela EN 372 e EM 506. A freguesia de Santo Aleixo possui uma área de 58,48 km<sup>2</sup> e 638 habitantes (2011). A sua densidade populacional é de 10,9 hab./Km<sup>2</sup>.

### **Freguesia de Vaiamonte**

A freguesia de Vaiamonte situa-se a poente do concelho de Monforte, a cerca de 8 Km a poente do IP2 e da sede do Concelho. É atravessado pela EN 369 ligando Monforte a Alter do Chão. A freguesia de Vaiamonte possui tem uma área de 83Km<sup>2</sup> e 656 habitantes (2011), sendo a sua densidade populacional de 7,9 hab./Km<sup>2</sup>.

As freguesias e os seus aglomerados urbanos têm características rurais com um povoamento concentrado em áreas urbanas consolidadas identificadas no PDMM como Centros Históricos, não existindo lugares, com exceção de Prazeres, onde nas áreas periurbanas, a atividade agrícola se mantém e entra no tecido urbano. A análise dos dados demográficos permite-nos concluir que a maior percentagem da população idosa se concentra nas três freguesias: Assumar, Santo Aleixo e Vaiamonte, sendo de salientar que a freguesia de

Assumar retém percentualmente mais população entre os 15 e 24 anos, que o Centro Urbano de Monforte, enquanto Vaiamonte tem a maior percentagem de população entre os 0-14 anos.

As habilitações literárias permitem concluir que é nestas freguesias que existe a maior percentagem de população sem saber nem escrever, bem como com o 1º ciclo, o que se justifica por o número de população idosa, mas também a incapacidade para inverter uma situação regressiva e a atratividade que o Centro Urbano de Monforte tem sobre a população mais jovem. A mesma situação se regista no Centro Urbano de Monforte que perde a sua população entre os 15 e 24 anos que sai quando atinge níveis de educação média ou superior. Conclui-se que o Centro Urbano de Monforte se assume como o principal aglomerado e polo de atratividade concelhia, mantendo e reforçando a sua posição em relação às três freguesias o que veio acontecer nos últimos 25 anos. Por outro lado, não existe nenhum aglomerado urbano das freguesias que sobressaia como segundo ou terceiro na hierarquia, em termos demográficos, estes têm alternado a sua capacidade de atratividade em ciclos temporais diferentes. Pelo que a hierarquização atribuída é correta atendendo ao nível de proximidade entre as três freguesias.

### **3.1.2.2. Edificado**

Da análise ao edificado desde 1995 conclui-se que existem 4 períodos em que se alternam os níveis de construção nova com os de reconstrução e vice-versa, pelo que os cartogramas representam esta tendência segundo os dados do INE e atualizados nos serviços municipais. Calculou-se o rácio entre o total de ampliações, alterações e reconstruções (AAR) e o total de construções novas (CN) que ocorreram no concelho, por ano, entre 1995 até 2018. Encontrou-se um padrão de tendência, que resultou no agrupamento em 5 períodos temporais: 1995-2002; 2003-2009; 2010-2014; 2015-2017 e 2018 (Fig. 20)

Aplicou-se o mesmo princípio ao nível das freguesias.

A cartografia da predominância reflete, por freguesia, nos períodos temporais apurados, que tipo de operação urbanística teve maior expressão em cada um dos períodos temporais: se as construções novas ou se as ampliações, alterações e/ou reconstruções. Regista-se um desvio de cerca de 1 ano entre licenciamentos e construções concluídas, o que se entende pelos prazos decorrentes das respetivas edificações (Fig. nº 21).

Os cartogramas representam o número de CN e AAR por período, bem como o respetivo número de fogos construídos (Fig. 22, 23, 24, 25 e 26). De salientar que o INE apenas apresentava dados para CN e AAR concluídos, por freguesia até 2012, pelo que os mesmos foram recolhidos junto dos serviços municipais.



Assim, o cartograma da figura 27 representa o número de edifícios concluídos entre 2012 e 2019. Os cartogramas que representam os números de fogos por freguesia só estão representados até 2012 por só estarem disponíveis os dados, até este ano, no INE. A partir de 2012 só existem dados totais por Concelho (Fig. 28, 29 e 30).

Predominância por período	
1995-2002	AAR
2003 a 2009	CN
2010 a 2014	AAR
2015 a 2017	CN
2018	AAR

Figura 20. Predominância por Período e Tipologia de Edificação. Fonte: INE e Serviços Municipais.

Edifícios													
Concluídos													
Concelho	CN 1995-2002	CN 2003-2009	CN 2010-2014	CN 2015-2017	CN 2018	AAR 1995-2002	AAR 2003-2009	AAR 2010-2014	AAR 2015-2017	AAR 2018	Total CN	Total AAR	TOTAL
Monforte	96	118	33	10	0	170	76	62	2	3	257	313	570
												0	
Edifícios													
Licenciados													
Concelho	CN 1995-2002	CN 2003-2009	CN 2010-2014	CN 2015-2017	CN 2018	AAR 1995-2002	AAR 2003-2009	AAR 2010-2014	AAR 2015-2017	AAR 2018	Total CN	Total AAR	TOTAL
Monforte	107	131	19	12	1	169	81	57	5	1	269	313	582
												0	
Fogos													
Concluídos													
Concelho	1995-2002	2003-2009	2010-2014	2015-2017	2018	TOTAL							
Monforte	67		92	27	2	0							188
Edifícios													
Licenciados													
Concelho	1995-2002	2003-2009	2010-2014	2015-2017	2018	TOTAL							
Monforte	81		103	13	4	0							201

Figura 21. Edifícios Concluídos e Licenciados no Concelho de Monforte. Fonte: INE e Serviços Municipais.

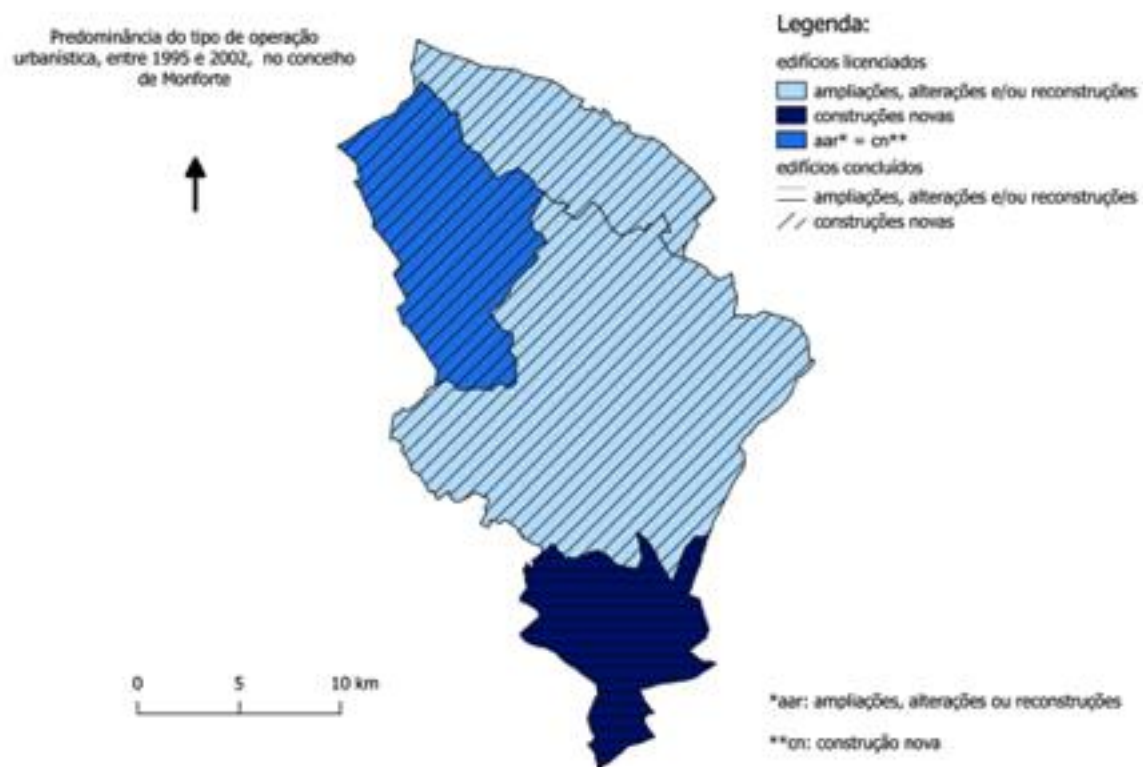


Figura 22. Predominância do Tipo de Operação Urbanística entre 1995 e 2002, no Concelho de Monforte. Fonte: CAOP e INE.

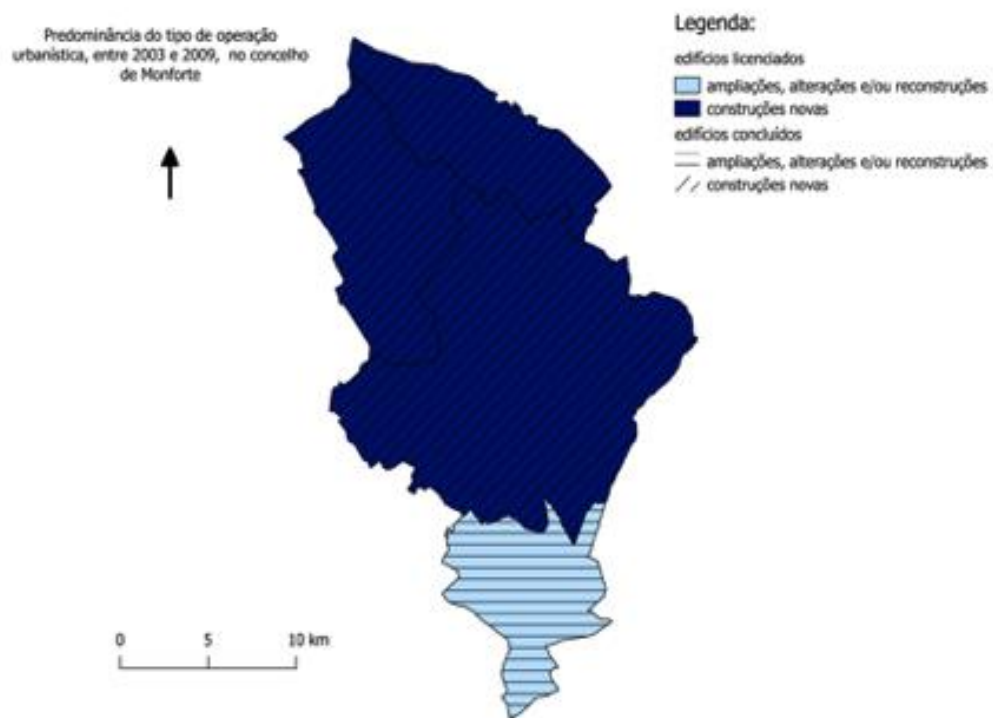


Figura 23. Predominância do Tipo de Operação Urbanística entre 2003 e 2009, no Concelho de Monforte. Fonte: CAOP e INE.

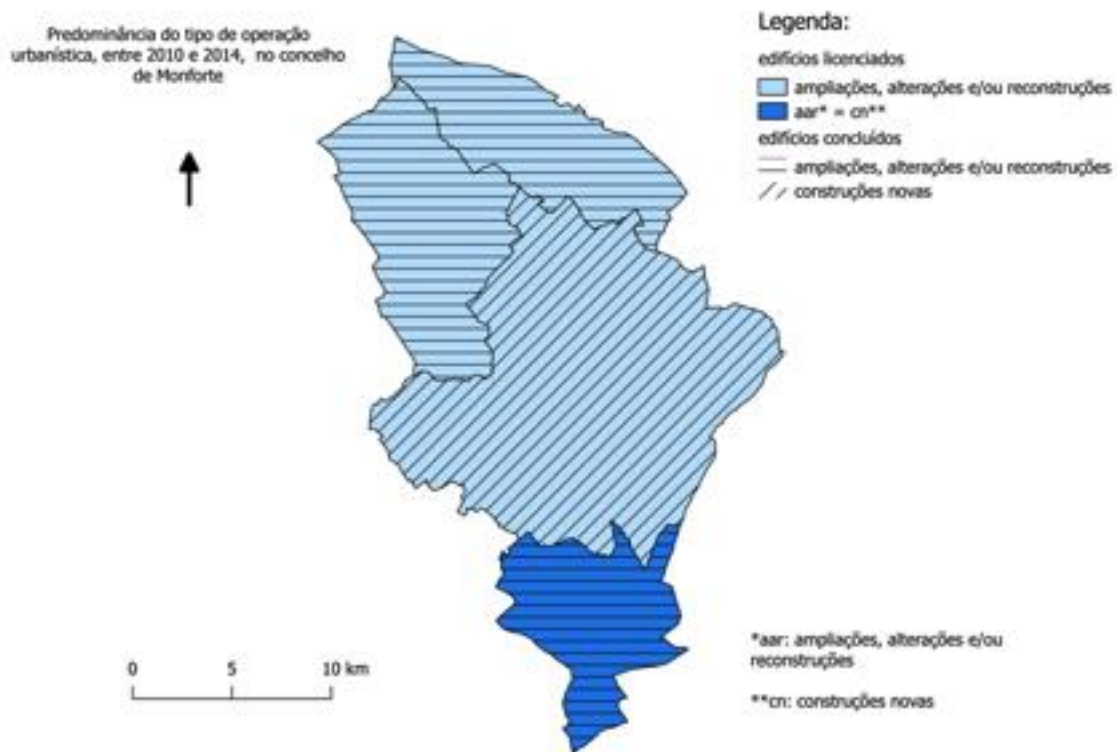


Figura 24. Predominância do Tipo de Operação Urbanística, entre 2010 e 2014, no Concelho de Monforte. Fonte: CAOP e INE.

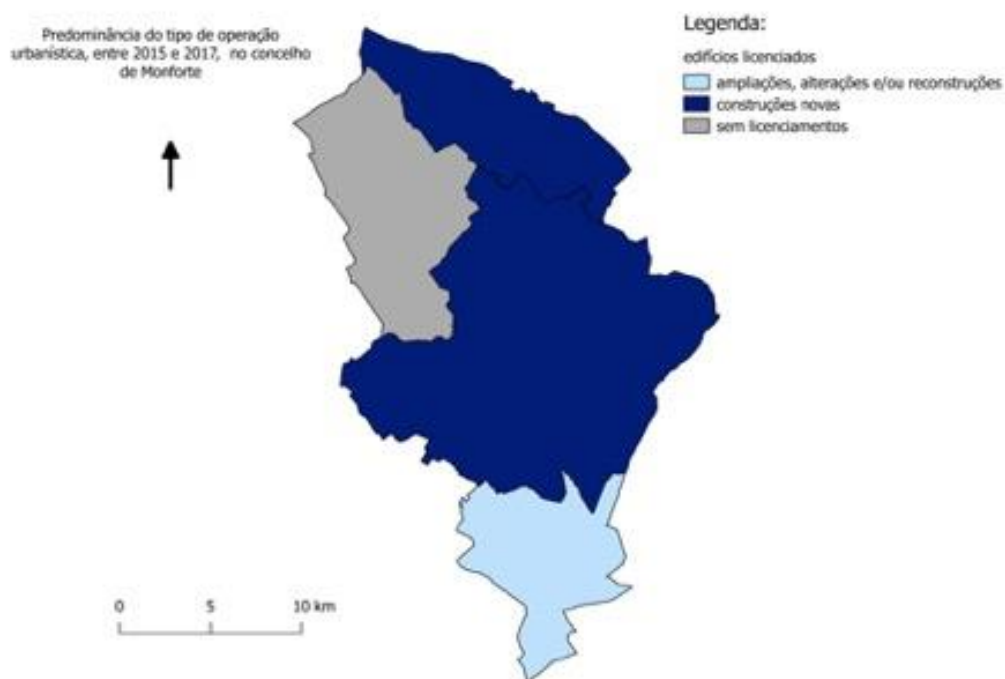


Figura 25. Predominância do Tipo de Operação Urbanística entre 2015 e 2017, no Concelho de Monforte. Fonte: CAOP e INE.

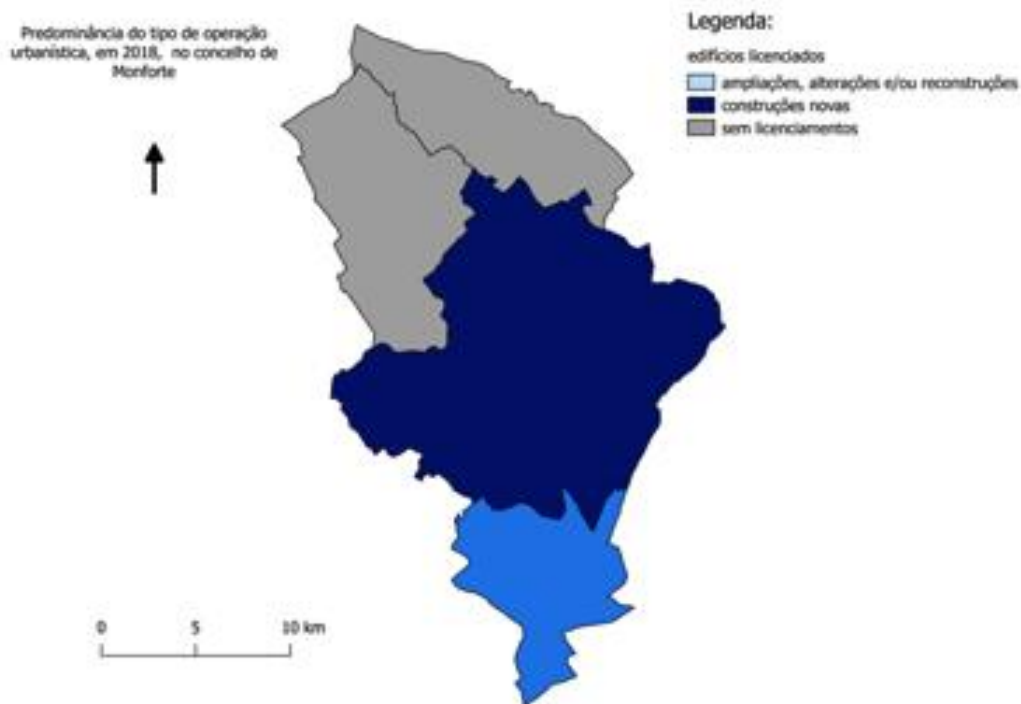


Figura 26. Predominância do Tipo de Operação Urbanística em 2018, no Concelho de Monforte. Fonte: CAOP e INE.

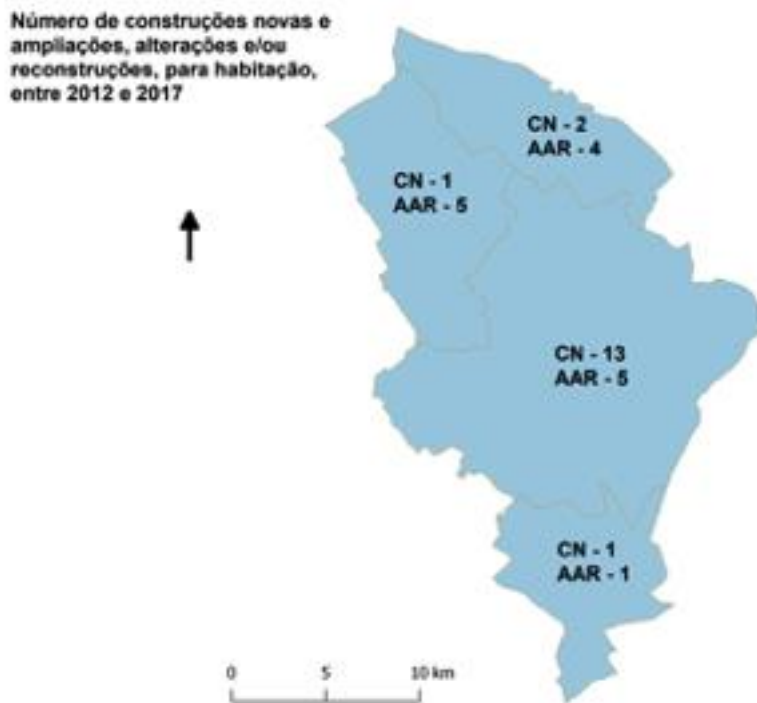


Figura 27. Nº de Construções Novas e Ampliações, Alterações e/ou Reconstruções para Habitação entre 2012 e 2017. Fonte: Serviços Municipais.

Número de fogos concluídos, nas freguesias do concelho de Monforte, entre 1995 e 2002



Figura 28. Nº de Fogos Concluídos nas Freguesias do Concelho de Monforte entre 1995 e 2002. Fonte: CAOP e INE.

Número de fogos concluídos nas freguesias do concelho de Monforte entre 2003 e 2009



Figura 29. Nº de Fogos Concluídos nas Freguesias do Concelho de Monforte entre 2003 e 2009. Fonte: CAOP e INE.

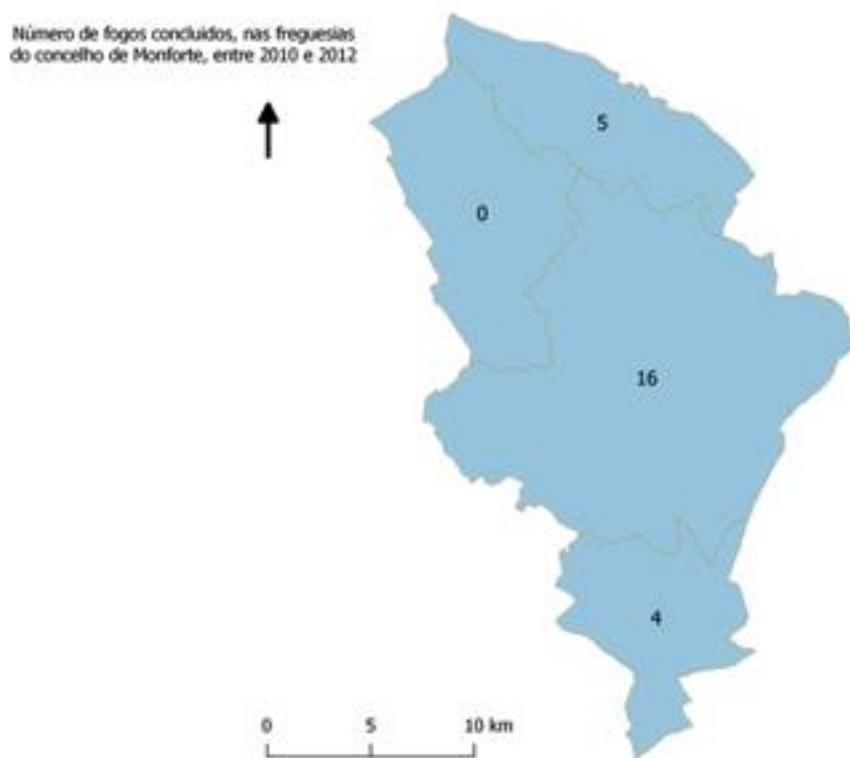


Figura 30. Nº de Fogos Concluídos nas Freguesias do Concelho de Monforte entre 2010 e 2012. Fonte: CAOP e INE.

**Conclui-se** que o aumento de construção nova no período entre 2003 e 2009 corresponde a um período de operações de loteamento promovidas e executadas pelo Município, nomeadamente nas freguesias de Assumar, Monforte e Vaiamonte. Tal não se regista na freguesia de Santo Aleixo, porque as operações de loteamento foram iniciadas nos anos 80, com construção nova para habitação social (Fundo Fomento Habitação) para suprir carências habitacionais, de forma faseada, em áreas mais periféricas e inframunicipais. Na freguesia de Vaiamonte existiu processo idêntico com uma operação de loteamento (bairro da Asseca) em 1978, que contemplava a construção de 81 lotes, dos quais 61 para venda com função habitacional e os restantes 20 para habitação social, que foram sendo ocupados de forma faseada. De acordo com os períodos de 10 anos definidos foram analisadas as deliberações do Executivo – CMM, desde 1995 a 2019 que confirmam esta oferta e investimento municipal (Fig.31).

## 1995-2005

### ➤ Assumar

**O projeto da Operação de Loteamento composta por 27 lotes, com início em 1983 - denominada Conjunto Habitacional de Assumar.** O loteamento dispõe de todas as infraestruturas relativas a rede de águas, rede de esgotos domésticos e pluviais, arruamentos, zonas verdes, e iluminação pública.

### **Loteamento do Campo dos Loureiros - 2005, Comparticipação do FEDER**

*Expansão Habitacional de Assumar. Trata-se de um loteamento municipal no Assumar, conformando-se com as disposições do Plano de Urbanização. Pretende-se dar continuidade à área de construção recente existente, expandindo-a para sul. A nova área possibilita uma futura articulação com o centro, remata a malha urbana a norte e liberta parte de uma área verde prevista no PU. A ocupação consiste em 20 lotes de moradias unifamiliares geminadas de 2 pisos e um lote para implantação de banda habitacional de 8 fogos e 2 pisos, de habitação social, conforme projeto de arquitetura já existente na CMM.*

### ➤ Monforte

### **Loteamento do Olival da Calçadinha - Projeto de Arruamentos - Ano: 2004;**

*- Loteamento adjacente à estrada de ligação ao IP2 e possui um arruamento de serventia ao tardo dos lotes. Poderá no futuro permitir a execução de uma ligação à entrada nascente da vila. Possui 36 lugares de estacionamento. Teve por base o levantamento topográfico existente. Inicialmente já estavam construídos 3 lotes e depois foram construídos mais 2 lotes.*

**Loteamento da Entrada Sudeste de Monforte** - procedeu-se ao loteamento em data anterior à entrada em vigor do PDM (1995) estando atualmente com infraestruturas e com diversos edifícios construídos. Do loteamento registam-se 22 lotes, em que os lotes 1 a 18 destinam-se a habitação, e os lotes 19 a 22 destinam-se a equipamentos coletivos (divisão de finanças e junta freguesia, centro de saúde e antiga EPRAL/ atual centro de atividades de tempos livres e instalações de apoio e dinamização sociocultural).

**Construção de 8 fogos para realojamento em Monforte - Rossio de Monforte - será participado pelo INH. Início da obra a 19 de fevereiro de 2002 e conclusão a 10 de julho de 2003.**

*Criação de condições condignas de alojamento e de habitação com o objetivo de melhorar a situação habitacional das populações de menores recursos económicos, designadamente as ainda residentes em alojamentos não clássicos e situações similares. (8 fogos).*

#### **Loteamento do Tapadão Construção de Infraestruturas Fase 1 - 2001 - adjudicação**

*(destinado na sua maior parte a constituir lotes de terreno para a construção de moradias unifamiliares, e também espaços verdes e jardins e área de equipamento);*

*Construção ao nível de arruamentos, pavimentação, passeios, rede de águas e esgotos, infraestruturas elétricas, infraestruturas telefónicas;*

*Engloba os projetos de arruamentos, de redes de drenagem de águas residuais e pluviais e de rede geral de abastecimento de água. Na primeira fase foram construídos 36 lotes.*

#### ➤ **Vaiamonte**

**Loteamento do Bairro da Asseca - 1996:** *foram colocados à venda trinta lotes dos iniciais previstos em 1978, dos quais 25 lotes foram ocupados com nova construção e ficaram cinco lotes.*

#### **2006- 2015**

#### ➤ **Assumar**

**Loteamento do Campo dos Loureiros/ Alterações - 2007 -** *Refere-se a trabalhos de alterações, a realizar no loteamento, dotando-o de áreas de estacionamento obrigatórias, bem como, a reconversão de uma zona de estacionamento em zona verde.*

#### ➤ **Monforte**

#### **Loteamento do Tapadão Construção de Infraestruturas Fase 2 - 2008 - 193.636,45€+IVA**

*Trata-se da obra de conclusão de um loteamento que teve início da sua 1ª fase no ano de 2001 e que dando agora início à sua 2ª fase se fecha uma nova zona urbana que vem colmatar as necessidades imediatas de habitação na vila de Monforte; na segunda fase foram construídos 26 lotes. Construção ao nível de*



arruamentos, pavimentação, passeios, rede de águas e esgotos, infraestruturas elétricas, infraestruturas telefónicas; engloba os projetos de arruamentos, de redes de drenagem de águas residuais e pluviais e de rede geral de abastecimento de água.

### ➤ Santo Aleixo

**Execução do Loteamento do Monte das Casas Altas em Santo Aleixo – 2009** - Refere-se à alteração de um loteamento aprovado em reunião de 9 de fevereiro de 1993 e localizado na zona do Monte das Casas Altas, freguesia de Santo Aleixo. Este loteamento é constituído por 9 lotes para moradias unifamiliares, sendo um lote destinado a uma moradia isolada, dois lotes destinados a moradias geminadas e os restantes 6 lotes destinados a moradias em banda. Possui duas ruas principais e dois largos destinados a estacionamento, com um total de 37 lugares de estacionamento.



Figura 31. Evolução do Investimento em Edificado no Concelho de Monforte. Fonte: Serviços Municipais.

A partir de 2010 a construção nova diminuiu e existe uma predominância de obras de ampliação, alterações e reconstrução. Tal deve-se à crise financeira de 2008 e cujos impactos, em Portugal se registam em 2010/2011, com a crise do imobiliário e as dificuldades de obtenção de crédito junto da banca. A construção nova volta a crescer em 2015 – 2017, mas cujos números são muito menores comparativamente aos anos anteriores.

Quando se compara o número de edifícios, com o de alojamentos e de famílias segundo os dados dos censos de 2001 e 2011 conclui-se:

- o aumento de edifícios<sup>7</sup> e alojamentos 2001-2011 (correspondendo estes sempre a valores superiores aos dos edifícios) embora tenham diminuído o número de famílias (Fig. 32 e 33), com exceção do Centro Urbano de Monforte. Atualmente, o número total de alojamentos é superior ao de famílias o que condiciona o desenvolvimento do espaço urbano, às necessidades de reabilitação do edificado existente, mais degradado, em alternativa a novos loteamentos com custos adicionais em infraestruturas e de futura manutenção do espaço público.

O impacto desta conclusão conduziu a opções estratégicas de desenvolvimento urbano, nos aglomerados urbanos de todos os níveis, a partir de 2015, com incidência nos instrumentos de planeamento e gestão (ARU) e que serão abordados na estrutura urbana, bem como a ter em conta na revisão do PDMM.

### Edifícios:

Unidade Territorial	2001			2011		
	nº de edifícios	nº de alojamentos	nº de famílias	nº de edifícios	nº de alojamentos	nº de famílias
TOTAL	2241	2307	1240	2322	2366	1219
Assumar	463	484	215	422	434	197
Monforte	759	795	452	795	821	497
Santo Aleixo	493	493	314	528	533	271
Vaiamonte	526	535	259	577	578	254

Figura 32. Evolução do Nº de Edifícios, Alojamentos e Famílias no Concelho de Monforte entre 2001 e 2011. Fonte: BGRI – INE, 2011.

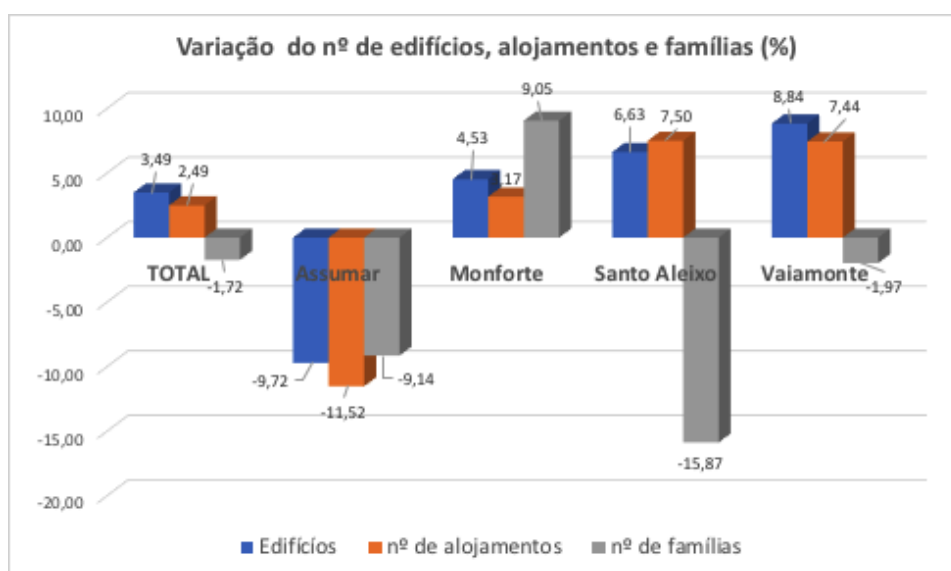


Figura 33. Variação do Nº de Edifícios, Alojamentos e Famílias em Percentagem. Fonte: BGRI e INE, 2011.

<sup>7</sup> Com exceção de Assumar, tal deve-se ao facto de terem desaparecido edifícios degradados no casco urbano consolidado e da reabilitação que foi efetuada no Centro Histórico se terem agregado edifícios para os dotar de condições de habitabilidade.

### 3.1.3. Equipamentos Coletivos

A análise dos investimentos efetuados em equipamentos de utilização coletiva ao longo de cerca de 25 anos<sup>8</sup> permitirá identificar as futuras necessidades, bem como a qualificação do solo urbano. No entanto deve-se ter em atenção o fator principal da sua construção, a sua utilização pelas populações, onde o número de utentes será sempre baixo, atendendo a referenciais de outros territórios, mas em que em termos de coesão social e, de equidade no acesso, se justificam. Assim, esta avaliação foi feita com base em investimentos em equipamentos sociais, culturais e desportivos, todos construídos pelo Município (Fig.34). Nos equipamentos sociais incluíram-se: lares, centros de dia, centros de apoio a atividades de tempos livres, escolas, centros de educação e formação, centros de saúde e apoio à construção de equipamentos da administração pública do estado; nos equipamentos culturais: museus, bibliotecas, centros interpretativos e sala polivalente para recreio e lazer, bem como o apoio à reabilitação de espaços de interesse cultural no âmbito do Património; nos equipamentos desportivos: todas as tipologias que estão definidas para a prática desportiva.<sup>9</sup>

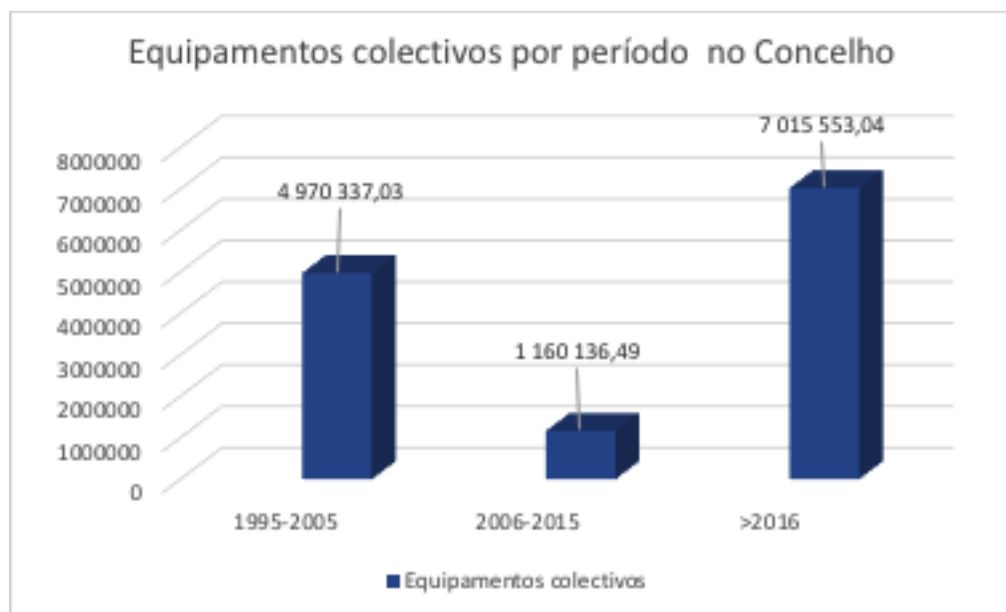


Figura 34. Evolução do Investimento em Equipamentos Coletivos por Período no Concelho de Monforte. Fonte: Serviços Municipais.

<sup>8</sup> Os períodos são de 10 anos, considerando os intervalos definidos para a aplicação e revisão dos PDM na primeira lei de bases.

<sup>9</sup> Junta ficha em anexo 2 com todos os equipamentos identificados

Equipamentos Coletivos								
1995-2005			2006-2015			> 2016		
Projetos	Ano	Valor/Euros	Projetos	Ano	Valor/Euros	Projetos	Ano	Valor/Euros
Arranjos Exteriores da Zona Desportiva de Monforte	1997	347 911,74 €	Requalificação de Edifício para Centro de Atividades de Tempos Livres e Instalações de Apoio e Dinamização Sociocultural	2010	247 682,15 €	Construção de Centro de Educação e Formação e Universidade Sénior/ Hospital Velho (CEFUS)	2016	423 283,61 €
Adaptação do Antigo Convento a Biblioteca	2001	1 262 056,79 €	Requalificação de Edifício para Centro de Atividades de Tempos Livres e Instalações de Apoio e Dinamização Sociocultural II	2011	53 555,28 €	Edificação da Sala Polivalente para Eventos em Monforte	2015	345 377,16 €
Construção de piscina coberta de aprendizagem – Programa de Desporto Escolar 2000	1999 A 2002	505 761,37 €	Arranjos Exteriores do Campo de Futebol de Monforte	2011	54 191,93 €	Valorização da Área Envolvente à Sala Polivalente – Acessos à Edificação	2017	22 766,90 €
Construção do Centro de Saúde de Monforte – 1ª fase	1996	107 066,07 €	Arrelvamento do Campo de Futebol de Monforte	2008	277 799,50 €	Valorização da Área Envolvente à Sala Polivalente – Arranjos Exteriores	2019	86 074,85 €
Construção do Centro de Saúde de Monforte – 2ª fase	1996	81 368,73 €	Reabilitação de Edifício para Centro Interpretativo Tauromáquico	2013	120 292,49 €	Centro Histórico de Monforte – Reabilitação do Edifício para Equipamentos Socioculturais e de Apoio Social – Casa Mortuária	2017	114 577,18 €
Ampliação das Instalações da Câmara Municipal de Monforte	2001	104 732,83 €	Criação de Gabinete técnico no Centro Interpretativo Tauromáquico	2014	5 936,00 €	Construção da Ciclovia da Fonte do Chão em Monforte	2019	105 531,55 €
Aproveitamento de Escola para Centro de Convívio na Aldeia de Prazeres – projeto de 1997 – s/valor conhecido	1997	S/inform.	Ampliação do Espaço Envolvente da Piscina Municipal Descoberta	2007	16 756,33 €	Requalificação e Modernização da Escola de Monforte (obra adjudicada a concluir até 2021)	2019	4 411 686,16 €
ECOFLU - Projeto de Requalificação Ambiental do Corredor Eco-fluvial da Ribeira Grande – (Praia Fluvial de Monforte)	2003/2004	1 766 099,24 €	Remodelação e requalificação da Praça de Touros de Monforte	2009 a 2011	84 800,00 €	Impermeabilização da Biblioteca de Monforte	2019	21 339,71 €
Remodelação do Centro Cultural do Assumar	2004	259 696,48 €	Recuperação do Edifício “Tuna Assumarense”	2009	150 027,32 €	Construção de Lar de Idosos em Santo Aleixo	2017	1 270 820,95 €
Parque de Merendas da Fonte da Vila – Assumar	2004	S/Valor conhec.	Recuperação da Antiga Escola de Santo Aleixo para instalação de Edifício Público de Promoção e Dinamização Sociocultural	2012	78 585,83 €	Construção de Sala Polivalente/ Refeitório – Edifício ATL em Vaiamonte	2017	67 225,37 €
Construção da Escola Pré-Primária de Assumar	2000	101 286,65 €	Reabilitação da Cobertura do Centro Cultural de Santo Aleixo	2014	732,65 €			
Remodelação do Mercado de Assumar	2003	159 817,13 €	Construção da Escola Pré- Primária de Vaiamonte	2009	149 095,49 €			
Escola de Santo Aleixo – Preservação e Salvaguarda do Recinto Escolar de	2005	274 540,00 €						
Ampliação do Polidesportivo de Vaiamonte	2001	87 366,65 €						

**Figura 35. Identificação dos Equipamentos Coletivos. Fonte: Serviços Municipais.**

No quadro (Fig. 35) estão representados todos os projetos com a data da sua aprovação e início, pois muitos deles foram concluídos nos anos seguintes. Podem-se identificar diferentes tipologias, mas que correspondem a uma definição de prioridades, de acordo com os respetivos quadros comunitários que possibilitaram estes investimentos através de fundos do FEDER e que contribuíram para o aumento da coesão territorial, permitindo diminuir as assimetrias existentes. Da mesma forma, que foram contempladas obras de manutenção e conservação dos equipamentos (grandes operações de manutenção e conservação), não tendo sido possível apurar os custos de funcionamento, os mesmos deverão ser calculados para a revisão

do PDMM. Estes dados são relevantes para a definição da estratégia e objetivos municipais face aos desafios que se colocam com novos equipamentos. Os equipamentos coletivos satisfazem o nível de procura<sup>10</sup> colocando-se a necessidade de adaptações das instalações desportivas que foram das primeiras a ser construídas e necessitam de ser reabilitadas e de melhorar a sua eficiência energética. Estando os principais equipamentos coletivos situados no Centro Urbano de Monforte deverão as freguesias dispor de uma rede que os aproxime dos mesmos, atendendo à idade avançada das populações.

**Conclui-se** que os objetivos e equipamentos programados no PDMM foram cumpridos e nos últimos anos a partir de 2015 se assiste a uma diversificação de equipamentos que para além da sua função sociocultural, desportiva ou educativa contribuem para a atratividade territorial. De salientar a reabilitação de edifícios propriedade do Município para infraestruturas socioculturais, estando projetados mais investimentos nas áreas de reabilitação urbana e na estratégia de desenvolvimento urbano que devem ser previstos em termos de revisão do PDMM, constituindo uma oportunidade para repensar novos espaços integrados, no tecido urbano, dotando-o de multifuncionalidade.

### 3.1.4. Mobilidade e Transportes

Os territórios não são homogéneos, estes distinguem-se pelos seus recursos naturais (fisiográficos) e de posicionamento (centralidade). Estes recursos podem ser uma oportunidade ou um constrangimento criando desigualdades de desenvolvimento. Por este motivo o domínio da mobilidade e transportes foi separado das infraestruturas pela sua importância na conectividade territorial permitindo uma abordagem diferenciada, dos seus movimentos pendulares no contexto regional e nacional, aumentando a competitividade da unidade territorial de Monforte. O atual modelo territorial tanto ao nível do PROTA (em revisão) como no PNPOT (já revisto) assenta numa estrutura urbana policêntrica pelo que o investimento na mobilidade assume uma importância fundamental para o desenvolvimento, competitividade e conectividade entre territórios, permitindo a redução das distâncias entre mercados e, por outro, a maior proximidade aos centros urbanos estruturantes e regionais. Esta realidade condiciona sobretudo os centros urbanos complementares, localizados em territórios de baixa densidade, onde as oportunidades geradas pelos seus recursos endógenos não são valoradas no contexto atual.

---

<sup>10</sup> Ver fichas em anexo com os dados.

### 3.1.4.1. Mobilidade

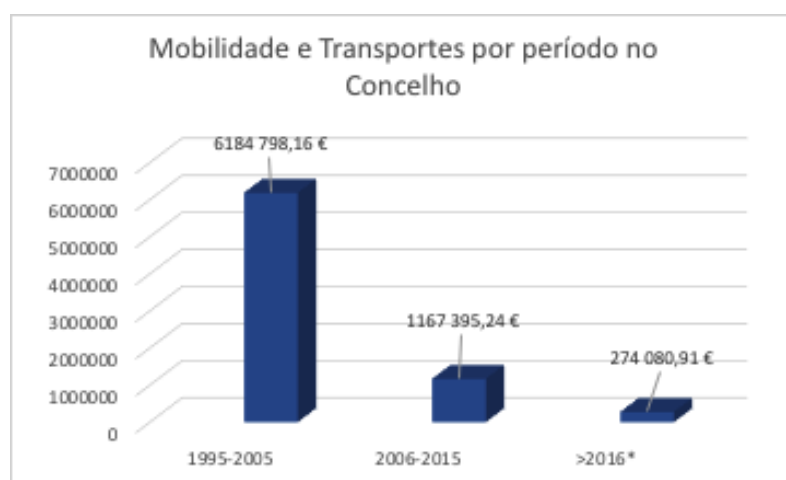


Figura 36. Evolução dos Investimentos em Mobilidade e Transportes por Período no Concelho de Monforte. Fonte: Serviços Municipais.

A existência de uma melhor rede viária contribui para diversificar a oferta de serviços de transportes, para uma melhor circulação de pessoas, bens e serviços. Neste contexto o Município de Monforte tem vindo a desencadear um conjunto de investimentos ao nível da mobilidade e transportes nos últimos 25 anos. Analisando a figura 36 podemos verificar que o volume de investimentos ao nível da mobilidade foi maior no período de 10 anos entre 1995 e 2005, ascendendo a mais de 6 milhões de euros. No segundo período entre 2006 e 2015 este volume reduziu de forma significativa, passando a um total de investimentos de pouco mais de 1 milhão de euros, e por fim a partir de 2016, este volume de investimentos ficou abaixo dos 275 mil euros. O resultado dos investimentos registados no primeiro período (1995-2005) deve-se a um conjunto de intervenções:

- alargamento e pavimentação da rede viária;
- conservação;
- sinalização horizontal e vertical;
- beneficiação, requalificação e melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade rodoviária.

Neste período procede-se à desclassificação de algumas estradas nacionais, nomeadamente a EN 369, EN 371, passando estas para a gestão autárquica local, com base no PNR (Plano Nacional Rodoviário 2000), com as respetivas contrapartidas de financiamento pela ex.- Junta Autónoma das Estradas de Portugal, posteriormente Estradas de Portugal-EP e atual Infraestruturas de Portugal-EP (Fig. 37 e 38).

Ora, se num primeiro momento, tal permitiu aos Municípios concretizar investimentos em infraestruturas rodoviárias que suprimissem o mau estado da rede, numa segunda fase, os Municípios são confrontados com a necessidade de conservação e beneficiação, decorrido um intervalo de tempo superior a 20 anos. Os primeiros Quadros Comunitários facilitaram estes investimentos sendo elegíveis as infraestruturas viárias, até ao QREN, incluindo a rede inframunicipal de caminhos e estradas municipais.

**Conclui-se** que o constrangimento atual se prende com a não elegibilidade destas infraestruturas e uma rede maior para gerir e cujos custos de beneficiação pesam nos orçamentos municipais, mas a sua não concretização compromete a mobilidade entre os aglomerados do Concelho e destes com a rede regional e nacional e os níveis de coesão territorial.

Ao nível da rede ferroviária, o concelho de Monforte é servido por a linha do Leste (Abrantes-Badajoz), com serviços de comboios duas vezes por dia, na freguesia de Assumar e esta faz a ligação entre o Entroncamento e Badajoz. Esta linha já esteve desativada entre 2011-2015, tendo numa primeira fase, até 2017, assegurado as ligações entre Entroncamento e Portalegre e a partir daquela data estendeu-se até Badajoz. Salienta-se que este transporte ferroviário é garantido por uma automotora a diesel, pelo que se questiona a necessidade de modernização e eletrificação da Linha do Leste nos troços identificados.

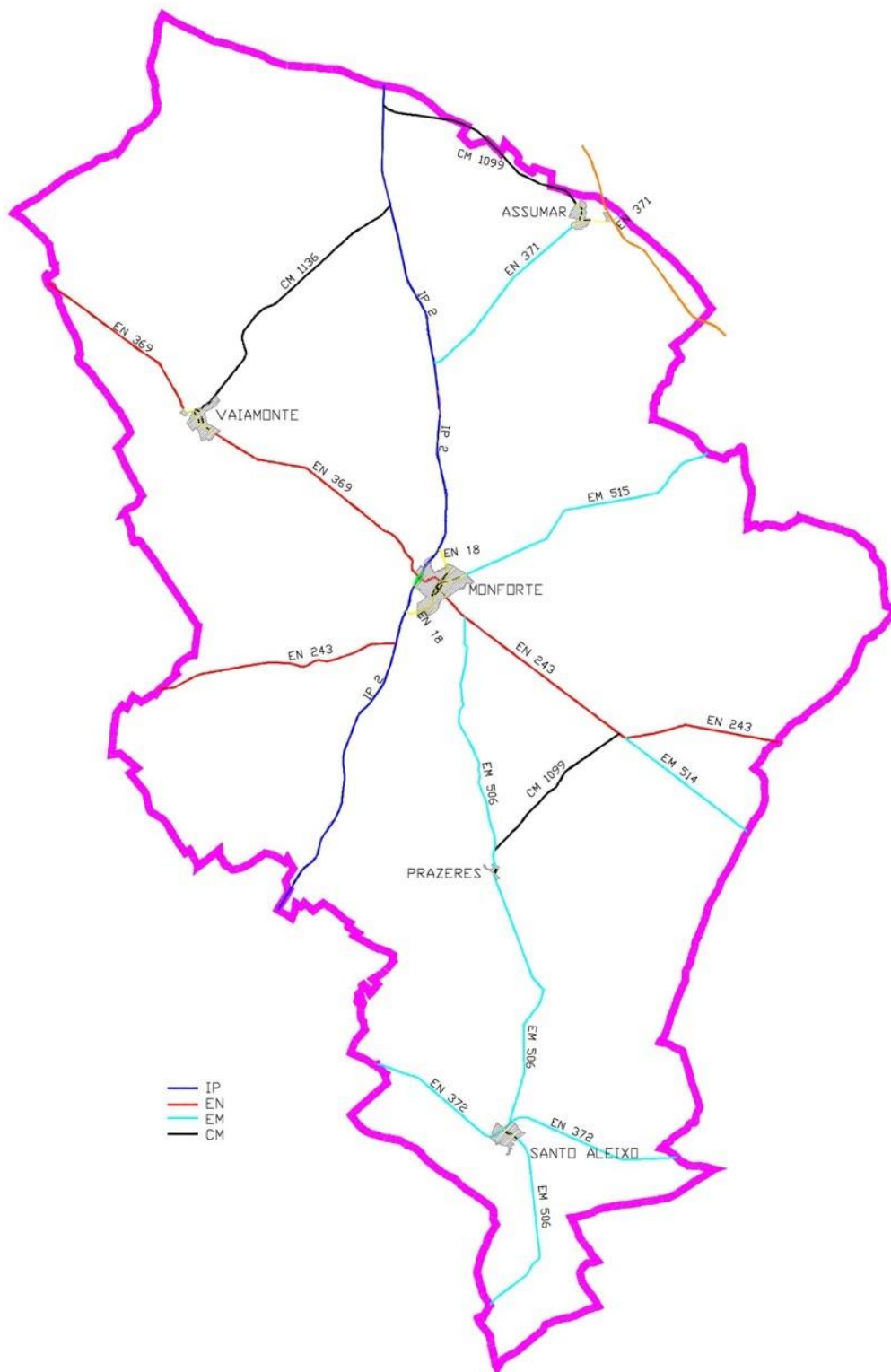


Figura 37. Rede Viária Existente no Concelho de Monforte. Fonte: Serviços Municipais.



Designação da Estrada	Tipo de Gestão
IP 2	Infraestruturas de Portugal – EP
CM 1099	Município de Monforte
EN 371*	Município de Monforte
EM 515	Município de Monforte
EN 369*	Município de Monforte
EN 18*	Município de Monforte
EM 514	Município de Monforte
EN 243*	Parte do troço que faz ligação entre IP 2 e o concelho de Fronteira continua classificada como estrada nacional, sob a gestão da Infraestruturas de Portugal - EP. O restante troço passou para a gestão do Município de Monforte.
EN 372*	Município de Monforte
CM 1136	Município de Monforte
EM 506	Município de Monforte

Figura 38. Identificação da Rede Viária e Tipo de Gestão no Concelho de Monforte. Fonte: Serviços Municipais.

\* Todas as Estradas Nacionais (EN) foram desclassificadas passando assim para a gestão do Município de Monforte. No entanto estas não perderam a sua designação de Estrada Nacional, ao abrigo do Plano Nacional Rodoviário (PNR 2000).

### 3.1.4.2. Rede de Transportes Públicos

Segundo os dados do Plano de Transportes Escolares para o período letivo de 2019-2020 está assegurado a realização de 3 circuitos (Fig.39) durante os dias úteis da semana. O primeiro circuito de transportes públicos tem origem numa sede de concelho adjacente a Monforte, nomeadamente em Fronteira e percorre posteriormente as freguesias de Vaiamonte, Monforte e Assumar e tem como destino final a capital de distrito do Alto Alentejo, ou seja, Portalegre. O segundo circuito de transportes faz ligação direta entre a

sede concelhia (Monforte) e o concelho vizinho de Estremoz, e por fim o terceiro circuito de transportes tem origem na freguesia de Santo Aleixo e por sua vez faz ligação direta com Estremoz. Estes 3 circuitos ou itinerários são concretizados pela empresa de transportes da Rodoviária do Alentejo, S.A, durante duas vezes por dia, ou seja, viagens de ida no período da manhã e volta no período da tarde.

Circuito	Itinerário
1	Vaiamonte - Monforte - Assumar - Portalegre
2	Monforte - Estremoz
3	Santo Aleixo - Estremoz

Figura 39. Circuitos de Transportes Públicos no Concelho de Monforte. Fonte: Serviços Municipais.

Segundo a análise da Fig. 40, podemos verificar que existe 49 alunos a utilizar os transportes públicos para poderem frequentar o ensino secundário fora do concelho de Monforte no atual ano letivo (2019-2020). Em que a maior parte, ou seja, 47 alunos viajam com destino à capital de distrito, nomeadamente Portalegre e apenas 2 alunos viajam com destino a Estremoz. Outro aspeto que importa realçar é que os passes dos estudantes são comparticipados pelo município de Monforte em 50%, cabendo os outros restantes 50% aos alunos. As viagens dos alunos do ensino secundário são asseguradas pela empresa de transportes “Rodoviária do Alentejo S.A”.

Figura 40. Circuitos a Realizar pela empresa Rodoviária do Alentejo, S.A. Fonte: Serviços Municipais.

Circuito	Origem	Destino	Código Passe	Valor Passe	Nº Alunos	50% Município	50% Aluno	Valor Mensal	Valor Anual
1	Vaiamonte	Portalegre	8	93,50€	13	607,75€	607,75€	1 215,50€	10 939,50€
	Monforte		8	93,50€	28	1 309,00€	1 309,00€	2 618,00€	23 562,00€
	Assumar		9	101,30€	6	303,90€	303,90€	607,80€	5 470,20€
2	Monforte	Estremoz	9	101,30€	--	-----€	-----€	-----€	-----€
3	Santo Aleixo	Estremoz	7	83,00€	2	83,00€	83,00€	166,00€	1 494,00€
TOTALIS					49	2 303,65€	2 303,65€	4 607,30€	41 465,70€

No que respeita aos circuitos de transportes especiais e segundo a análise da Fig. 41 pode-se referir que atualmente existe 5 circuitos, que por sua vez fazem a ligação entre as sedes de freguesia do concelho, e estes são assegurados pelo próprio município de Monforte. Importa ainda salientar que a autarquia garante ainda o transporte de crianças/alunos que residem em áreas rurais, nomeadamente em montes.

**Figura 41. Circuitos de Transportes Especiais no Concelho de Monforte. Fonte: Serviços Municipais.**

<b>Circuito</b>	<b>Itinerário</b>
1	Assumar - Monforte
2	Santo Aleixo - Monforte
3	Vaiamonte- Monforte
4	Assumar - Monforte
5	Montes

Circuitos a realizar pelo Município. Fonte: CMM

Segundo a análise da Fig. 42, pode-se mencionar que existem 5 circuitos de transportes especiais que integram vários anos de escolaridade, ou seja desde o ensino pré-escolar até ao 3º ciclo, e viajam no total 92 alunos. Os transportes públicos destes níveis de escolaridade são também assegurados pelo município de Monforte, e estes são totalmente comparticipados também pelo próprio município.

**Tabela 1. Circuitos de Transportes Especiais - Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos**

Circuito	Origem	Destino	Código Passe	Valor Passe	Nº Alunos	100% Município	Valor Mensal	Valor Anual
1	Assumar	Monforte	03/04	50,50€	21	1 060,50€	1 060,50€	9 544,50€
2	Santo Aleixo		5	62,50€	22	1 375,00€	1 375,00€	12 375,00€
3	Vaiamonte		2	40,00€	27	1 080,00€	1 080,00€	9 720,00€
4	C.R.M. Assumar		03/04	50,50€	8	404,00€	404,00€	3 636,00€
5	Montes		a)	b) 33,78€	14	472,92€	472,92€	4 256,28€
TOTALS					92	4 392,42€	4 392,42€	39 531,78€

**Figura 42. Circuitos de Transportes Especiais - Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos. Fonte: Serviços Municipais.**

Analisando a Fig. 43, referente à estimativa de custos totais podemos mencionar que as carreiras públicas assumem um maior custo anual (41 465,70€) quando comparado com as carreiras especiais (39 531,78€), perfazendo um custo total anual de 80 997,48€. E o número total de alunos a utilizar os transportes públicos é atualmente de 141 alunos.

Transporte a utilizar	Nº de alunos	Custo mensal	Custo anual
Carreiras Públicas	49	4 607,30 €	41 465,70 €
Circuitos Especiais	92	4 392,42€	39 531,78€
Total	141	8 999,72 €	80 997,48 €

**Figura 43. Estimativas de Custos Totais. Fonte: Serviços Municipais.**

Analisando a Fig. 44, verifica-se que os alunos que frequentam o ensino secundário fora do concelho de Monforte e que por sua vez são transportados pela empresa “Rodoviária do Alentejo, S.A

Freguesias	Rainha St <sup>a</sup> Isabel Estremoz	São Lourenço Portalegre	Agrupamento de Escolas do Bonfim Portalegre	IEFP Portalegre	Escola de Hotelaria e Turismo Portalegre	Total
Santo Aleixo	2					2
Monforte		15	12		1	28
Assumar		2	3		1	6
Vaiamonte		3	8	1	1	13
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>20</b>	<b>23</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>49</b>

Figura 44. Alunos a Transportar pela Rodoviária do Alentejo, S.A. - Ensino Secundário Fonte: Serviços Municipais.

Com base na análise da Fig. 45, observa-se que os alunos do 2º e 3º Ciclos que mais utilizam os transportes cedidos pelo Município de Monforte são residentes nas freguesias e que de acordo com a legislação em vigor são de transporte obrigatório pela autarquia desde que distem mais de 3 Km do estabelecimento de ensino.

Freguesias	Níveis de Ensino	Nº de Alunos	Total
Assumar	2º e 3º Ciclos	21	92
C. R. M. Assumar	2º e 3º Ciclos	8	
Santo Aleixo	2º e 3º Ciclos	22	
Vaiamonte	2º e 3º Ciclos	27	
Montes a)	Pré-escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos	14	

Figura 45. Alunos a Transportar pelo Município de Monforte. Fonte: Serviços Municipais.

- a) Que distam de 3Km ou 4Km dos estabelecimentos de ensino

A rede de transportes públicos gerais do concelho está inserida em duas ligações com carreiras interurbanas de circulação diária (Fig. 46 e 47) que por sua vez fazem ligação entre as cidades de Beja, Évora, Portalegre, Estremoz e Monforte, e são concretizadas pela empresa Rodoviária do Alentejo, S.A. O serviço de transporte é prestado durante o período da manhã e da tarde. Nesse sentido, pode-se concluir que a rede de transportes

públicos se manteve tal como estava identificado no anterior PDM de Monforte (2015), verificando-se apenas alterações pontuais ao nível dos horários. Salienta-se que o Concelho de Monforte não é abrangido pelo serviço Rede Expressos, apenas assegurando as ligações em Portalegre e Estremoz, tal deve ser considerado num contexto mais alargado de prestação de serviço público pelos constrangimentos de dependência que cria na população mais idosa e mais jovem.

**Conclui-se** ainda que a maioria dos transportes públicos se destinam às crianças e jovens em idade escolar e que estas carreiras só existem porque são asseguradas pelo Município, pelo que tem custos sociais, que devem ser abordados numa perspetiva de serviço público.

**Linha 8956 - BEJA - ÉVORA - MONFORTE**

**HORÁRIO EM VIGOR A PARTIR DE 23 DE ABRIL DE 2019**

PARTIDAS DE BEJA		PERIODO ESCOLAR															
Localidades		Segundas e Terças Feiras				Quartas Feiras				Quintas Feiras				Sextas Feiras			
		(a)		(b)		(a)		(b)		(a)		(b)		(a)		(b)	
Beja	P	07:45	13:30	-	-	07:45	13:30	-	-	07:45	13:30	-	-	07:45	13:30	-	-
S. Matias		08:00	13:45	-	-	08:00	13:45	-	-	08:00	13:45	-	-	08:00	13:45	-	-
Vidigueira		08:14	13:54	-	-	08:14	13:54	-	-	08:14	13:54	-	-	08:14	13:54	-	-
Santana		08:25	-	-	-	08:25	-	-	-	08:25	-	-	-	08:25	-	-	-
Portel	P	08:45	14:09	-	-	08:45	14:09	-	-	08:45	14:09	-	-	08:45	14:09	-	-
	C	08:50	14:10	16:35	-	08:50	14:10	16:35	-	08:50	14:10	16:35	-	08:50	14:10	16:35	-
Monte Trigo		09:05	14:25	16:50	-	09:05	14:45	-	-	09:05	14:25	16:50	-	09:05	14:25	16:50	-
S. Manços		09:16	14:36	17:01	-	09:16	14:56	-	-	09:16	14:36	17:01	-	09:16	14:36	17:01	-
Evora	P	09:39	14:59	17:24	-	09:39	15:19	-	-	09:39	14:59	17:24	-	09:39	14:59	17:24	-
	C	-	-	17:15	-	-	17:15	-	-	-	-	17:15	-	-	-	17:15	-
Garraia		-	-	17:25	-	-	17:25	-	-	-	-	17:25	-	-	-	17:25	-
Azaruja		-	-	17:42	-	-	17:42	-	-	-	-	17:42	-	-	-	17:42	-
Evoramonte		-	-	17:54	-	-	17:54	-	-	-	-	17:54	-	-	-	17:54	-
Estremoz	P	-	-	18:27	-	-	18:27	-	-	-	-	18:27	-	-	-	18:27	-
	C	-	-	17:45	-	-	17:45	-	-	-	-	17:45	-	-	-	17:45	-
S. Lourenço		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veiros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Monforte	C	-	-	-	18:40	-	-	-	18:40	-	-	-	-	18:40	-	-	18:40

PARTIDAS DE MONFORTE		PERIODO ESCOLAR															
Localidades		Segundas e Terças Feiras				Quartas Feiras				Quintas Feiras				Sextas Feiras			
		(a)		(b)		(a)		(b)		(a)		(b)		(a)		(b)	
Monforte	P	-	07:30	-	-	07:30	-	-	-	07:30	-	-	-	07:30	-	-	
Veiros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
S. Lourenço		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estremoz	P	-	07:55	-	-	07:55	-	-	-	07:55	-	-	-	07:55	-	-	
	C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Evoramonte		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Azaruja		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Garraia		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Evora	P	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	C	07:50	-	13:35	17:30	07:50	-	13:35	17:30	07:50	-	13:35	17:30	07:50	-	13:35	17:30
S. Manços		08:13	-	13:58	17:53	08:13	-	13:58	17:53	08:13	-	13:58	17:53	08:13	-	13:58	17:53
Monte Trigo		08:24	-	14:09	18:04	08:24	-	14:09	18:04	08:24	-	14:09	18:04	08:24	-	14:09	18:04
Portel	P	08:39	-	14:24	18:19	08:39	-	14:24	18:19	08:39	-	14:24	18:19	08:39	-	14:24	18:19
	C	08:50	-	-	18:20	08:50	-	-	18:20	08:50	-	-	18:20	08:50	-	-	18:20
Santana		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vidigueira		09:05	-	-	18:35	09:05	-	-	18:35	09:05	-	-	18:35	09:05	-	-	18:35
S. Matias		09:19	-	-	18:49	09:19	-	-	18:49	09:19	-	-	18:49	09:19	-	-	18:49
Beja	C	09:35	-	-	19:04	09:35	-	-	19:04	09:35	-	-	19:04	09:35	-	-	19:04

a) Excepto feriados  
b) Não se efetua na 3ª feira de Carnaval, na 2ª feira de Páscoa, no Feriado de Estremoz (5ª feira da Ascensão) e no mês de Agosto

Figura 46-Ligação entre Beja e Monforte. Fonte: Rodoviária do Alentejo, S.A.

## Linha 8553 - ÉVORA - PORTALEGRE

### VIAGENS RÁPIDAS

HORÁRIO EM VIGOR A PARTIR DE 19 DE MARÇO DE 2018

TODO O ANO						
Às 6 <sup>as</sup> . feiras, excepto feriados	De 2 <sup>a</sup> . a 6 <sup>a</sup> . feira, excepto feriados		Localidades		De 2 <sup>a</sup> . a 6 <sup>a</sup> . feira, excepto feriados	Às 6 <sup>as</sup> . feiras, excepto feriados
13:30	18:15	P	Évora	C	08:45	17:15
14:15	19:00		Estremoz		08:00	16:30
↓	19:20		Monforte		07:40	↑
15:00	19:50	C	Portalegre	P	07:10	15:45

**Notas:**

Não se efetua na 3<sup>a</sup> feira de Carnaval

Em Évora tem enlace com a Linha de Setúbal

Figura 47. Ligação interurbana entre Évora e Portalegre. Fonte: Rodoviária do Alentejo, S.A.

### 3.1.5. Infraestruturas

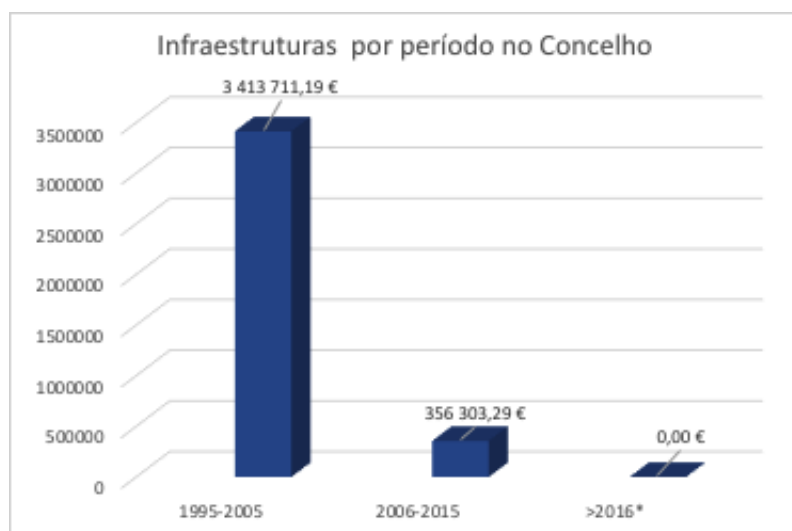


Figura 48. Evolução do Investimento em Infraestruturas no Concelho de Monforte. Fonte: Serviços Municipais.

Analisando a Fig. 48, pode-se observar que à semelhança da mobilidade e transportes, o maior volume de investimentos ao nível das infraestruturas foi também no período de 10 anos entre 1995 e 2005, representando este mais de 3 milhões de euros. No segundo período (2006-2015), o volume de investimentos diminuiu de forma significativa para cerca de pouco mais de 350 mil euros, e por fim no período a partir de 2016, não se registaram quaisquer investimentos<sup>11</sup> nesta área.

No primeiro período as intervenções concretizadas pela autarquia local foram sobretudo ao nível da rede pública de abastecimento de água e saneamento, com beneficiação de arruamentos, rede elétrica e construção de infraestruturas de suporte nos vários loteamentos construídos no concelho de Monforte e da Zona industrial de Monforte.

No segundo período os investimentos efetuados no âmbito das infraestruturas, foram sobretudo a continuidade de intervenções iniciadas anteriormente, a substituição ou remodelação e em alguns casos de ampliação das infraestruturas da rede pública de abastecimento de água e saneamento e resíduos.

De referir que o surgimento de sistemas multimunicipais (VALNOR e Águas do Norte Alentejano, atualmente Lisboa e Vale do Tejo) permitiu alterar a tipologia de investimentos nomeadamente nos sistemas em alta e ao nível do abastecimento de água e saneamento e na recolha e tratamento de resíduos<sup>12</sup>. No entanto, a prestação destes serviços por estas entidades deixou de ter impacto em termos de investimento, mas refletiu-se na despesa corrente dos municípios, pelo que deverá ser analisado o custo-benefício para o município, atendendo à melhoria da qualidade ambiental ao longo deste período. No domínio do ambiente será abordada esta questão com maior pormenor a partir de um estudo de avaliação efetuado com base nos indicadores da ERSAR e que se junta ao presente relatório como anexo 1. A alteração do modelo criou constrangimentos da gestão da rede em baixa no que respeita à manutenção e conservação e investimentos na sua requalificação. Tal, deve-se ao facto de estes investimentos não serem atualmente comparticipados por Fundos Comunitários, a não ser que estejam integrados em sistemas intermunicipais ou multimunicipais. **Conclui-se que** na revisão do PDMM deverá ser considerada uma questão estratégica atendendo ao impacto ambiental de uma rede de saneamento e abastecimento de água que não corresponda aos padrões de qualidade de acordo com os indicadores em vigor.

---

<sup>11</sup> Consideram-se investimentos de capital, obras e grandes beneficiações. O que não significa investimentos de manutenção que são contabilizados orçamentalmente como despesa corrente municipal.

<sup>12</sup> No capítulo específico sobre o ambiente serão abordadas as implicações na qualidade do abastecimento público.



### 3.1.6. Atividade Económica

Segundo os censos de 2011 a taxa de atividade (35%) situava-se abaixo da NUT III (36%). A taxa de desemprego (2011) situava-se nos 15%. As taxas de atratividade e de repulsão são respetivamente superiores e inferiores às das NUT III. Quanto à mobilidade e movimentos pendulares salienta-se o indicador da população que sai da região porque trabalha ou estuda noutra unidade territorial sendo das mais elevadas do distrito, privilegiando as deslocações para Portalegre e Elvas, considerando que o tempo médio de deslocação é de 15 minutos. No entanto, o seu índice de polarização de emprego aumentou (1.07), pelo que existem trabalhadores que se deslocam para trabalhar no Concelho para além da população residente com emprego na unidade territorial. Tal deve-se ao baixo número de população empregada, potenciada pelo envelhecimento da população, aumentando o número de reformados (Fig. 50). Quanto à atividade económica (Fig. 49), a maioria desenvolve-se no setor terciário, mas mais de 50% em serviços do setor social.

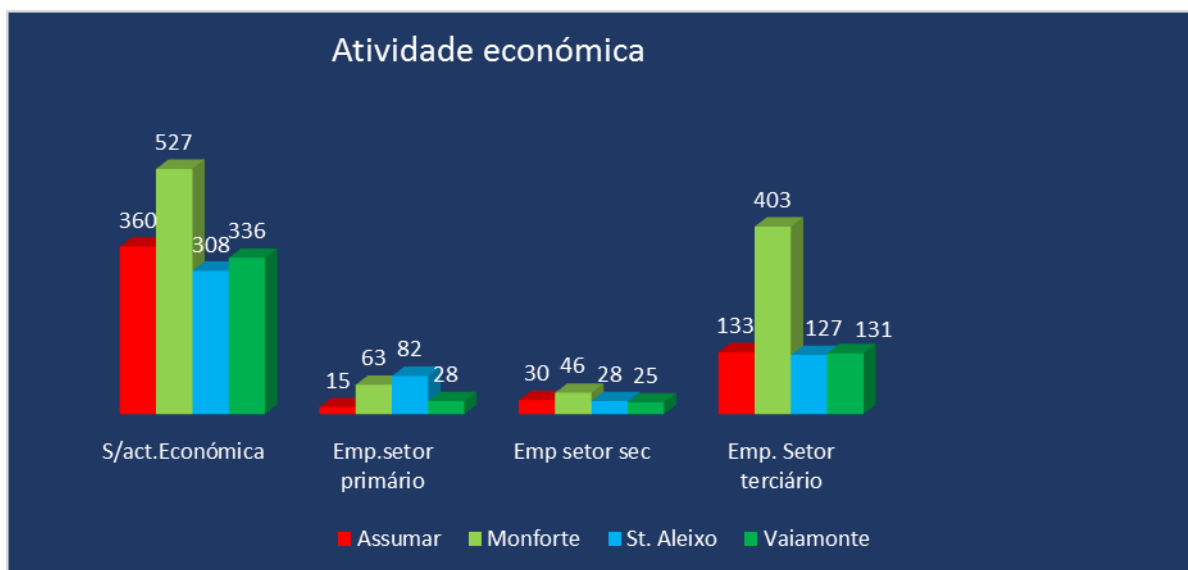


Figura 49. Atividade Económica no Concelho de Monforte. Fonte: PARUSM, INE, 2011.

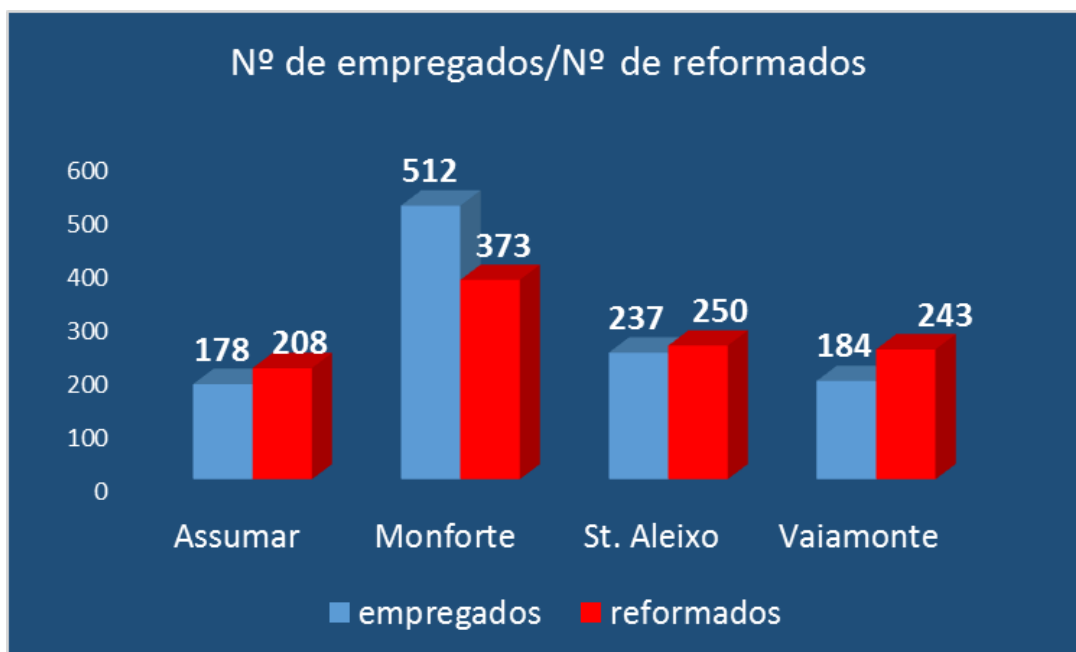


Figura 50. Nº de Empregados e de Reformados no Concelho de Monforte. Fonte: INE, 2011.

A tabela seguinte (Fig. 51) representa o nº de trabalhadores por atividade económica na NUTIII e na unidade geográfica de Monforte segundo a atividade económica comparando os dados entre 2010 e 2017, verificando que no total a população empregada em empresas aumentou, sendo principal setor a agricultura. A segunda tabela (Fig. 52) representa o saldo entre empresas constituídas e dissolvidas sendo este positivo em mais 37, no período entre 2009 e 2019 sendo o setor da agricultura e do Comércio por grosso que mais cresceu.

	Pessoal ao serviço (N.º) dos estabelecimentos por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (CAE Rev. 3); Anual			
	Alto Alentejo		Monforte	
	2017	2010	2017	2010
	N.º	N.º	N.º	N.º
Total	29654	27966	590	563
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	6478	4348	198	164
Indústrias extrativas	48	83	0	
Indústrias transformadoras	4566	4180	49	63
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	101	60	0	0
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	252	316	0	0
Construção	1793	2625	36	53
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas	6489	7012	173	156
Transportes e armazenagem	915	921		12
Alojamento, restauração e similares	2514	2696	26	46
Atividades de informação e de comunicação	143	158		
Atividades imobiliárias	318	262		0
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1655	1444	33	16
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1759	1265	18	14
Educação	558	697	6	10
Atividades de saúde humana e apoio social	1037	868	13	7
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	304	295	4	6
Outras atividades de serviços	724	736	27	13

Figura 51. Pessoal ao Serviço das Empresas por Atividade Económica no Concelho de Monforte. Fonte: INE.

Constituição e Dissolução de empresas entre 2009 e 2019	constituição	dissolvidas
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	16	5
Indústrias extrativas	0	1
Indústrias transformadoras	2	2
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	0
Construção	1	3
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	13	3
Transportes e armazenagem	0	0
Alojamento, restauração e similares	5	3
Atividades de informação e de comunicação	0	0
Atividades financeiras e de seguros	2	2
Atividades imobiliárias	3	1
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	8	1
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1	0
Educação	0	0
Atividades de saúde humana e apoio social	1	1
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	3	1
Outras atividades de serviços	1	0
Total	60	23
SALDO	37	

Figura 52. Constituição e Dissolução de Empresas entre 2009 e 2019 no Concelho de Monforte. Fonte: INE.

As **caraterísticas biofísicas** do território permitem o desenvolvimento da atividade do setor agrícola e de produção agroalimentar e agroindustrial onde se destacam: Carne (bovino raça alentejana), o Queijo (DOP), enchidos, vinhos e azeite; bem como indústrias complementares à atividade agrícola de melhoramento de variedades forrageiras e de sementes que se impõem no mercado externo, e de transformação de subprodutos da azeitona. Outras atividades ligadas ao setor primário e com impacto na diversidade económica a produção da raça de cães “rafeiro do Alentejo” e de gado bravo-touro. A indústria extrativa do granito rosa de Monforte, já foi importante no contexto regional, encontrando-se inativa, mas constitui um recurso a potenciar.

A **amenidade do território** é-lhe conferida pelo seu património natural por se inserir numa unidade de paisagem que lhe confere uma identidade e qualidade ambiental, com áreas protegidas e valores ecológico, onde se destacam as galerias ripícolas, que se estendem ao longo da sua rede hidrográfica. “...o território concelhio encontra-se integrado na Região Hidrográfica nº 3 (Rio Tejo) e nº 4 (Rio Guadiana). Os recursos hídricos superficiais do concelho de Monforte são constituídos por um conjunto de linhas de água e de drenagem naturais, na sua maior parte pertencentes ao troço inicial da bacia hidrográfica da Ribeira Grande (ou Ribeira de Aviz) afluente da Ribeira da Seda que faz parte da Região Hidrográfica do Rio Tejo.” In Plano Diretor Municipal de Monforte. O **património** material e imaterial é diversificado. No **património imaterial** destacam-se as Ruínas Romanas de Torre de Palma (Monumento Nacional) e a Igreja da Madalena (imóvel de interesse público), a Igreja da Conceição (imóvel de interesse público) no Rossio de Monforte. No Centro

Histórico de Monforte, Igreja da Ordem e a Matriz. Espólio arqueológico diversificado: arqueológico, de arte sacra e painéis de azulejos do séc. XVIII. No património imaterial as Romarias, ligadas ao sacro-profano, as tradições taurinas e os bonecos de Santo Aleixo constituem as referências identitárias.

A **atividade turística** constitui um dos setores com maior investimento nos últimos anos, potenciados por uma estratégia integrada de promoção dos produtos endógenos, associadas à cultura/identidade local e amenidade do território.

**Conclui-se** que a dinâmica demográfica revela a necessidade de continuidade da atratividade concelhia e de renovação do tecido social, bem como de fixação da população, preferencialmente a mais jovem e de aumento do nível de formação. A diversidade da atividade económica e aumento da taxa de empregabilidade, devem contribuir para novas dinâmicas demográficas, associadas à valorização do seu capital humano.

### 3.1.7. Estrutura Urbana

#### **Segundo o PDMM:**

*“A área urbana de Monforte, conforme delimitada no PDM, é de cerca de 70ha, podendo considerar-se que se encontra urbanizada na sua quase totalidade, incluindo-se neste conceito os grandes equipamentos e a área verde do Rossio. O tecido urbano da vila organiza-se em torno de um núcleo central situado em cota mais elevada, muralhado com a área de 2ha, que tem por centro a Praça da República. A expansão histórica deste núcleo deu-se sobretudo para Sul e Poente, detendo-se nos declives mais abruptos que conduzem à Ribeira Grande, e ainda para nascente, em torno da Rua Visconde da Luz, antigo troço da ligação entre Portalegre e Estremoz e principal eixo organizador da posterior expansão da Vila.*

*A vila de Monforte desenvolve-se numa estrutura radioconcêntrica, a partir de um núcleo histórico central definido pela muralha. Grandes áreas de uso específico constituem os seus limites: a Sul a zona industrial (Espaço urbanizado de indústria, comércio e serviços) a Noroeste a zona verde do Rossio, a Nordeste a zona de equipamentos”.*

A área de expansão a Sul e Sudeste corresponde a novos loteamentos, na sua maioria de iniciativa municipal resultante de um período de maior necessidade de habitação e alojamento, associada a novos equipamentos e a áreas industriais. Nesta área existe habitação social e loteamentos mais recentes, confinando com os acessos ao loteamento do Tapadão, que se situa na zona mais periférica do perímetro urbano a Nordeste

onde se situam as áreas de equipamentos (espaços urbanizados de equipamentos) como o Agrupamento de Escolas do 2º e 3º ciclo, as Piscinas Municipais, sala polivalente e zona desportiva.

A área consolidada do centro urbano corresponde ao núcleo histórico Central que se salienta no PDM da seguinte forma:

*“Preparar a vila de Monforte e, mais concretamente a sua área central, (...) implica: Ordenar e estruturar o centro por forma a melhorar o seu funcionamento urbano; na qualificação ambiental e urbana por forma a tornar o centro atrativo e conferir-lhe uma imagem de modernidade com respeito pelo património; Garantir condições de vida adequadas através do reforço da oferta de bens e serviços e do apoio à melhoria das condições de habitabilidade; Criar espaços de lazer que contribuam para o bem-estar tanto dos residentes como dos visitantes; Acompanhar as intervenções de qualificação urbana de uma política e de uma programação adequadas à dinamização e rentabilização dos espaços; Intervir na dinamização de atividades, no enquadramento e acompanhamento de iniciativas e no apoio técnico especializado a projetos e empreendimentos.”*

Quanto ao uso do solo a Planta de Ordenamento prevê seis categorias de espaço onde se identifica o Centro Histórico de Monforte. *“O Programa para os Espaços Públicos e Estrutura Verde Urbana suportam-se, assim, numa análise estrutural e morfológica: a caracterização e análise dos espaços públicos, livres e verdes de Monforte, veio a determinar dois principais grupos de atuação no casco antigo.*

*O primeiro centra-se na criação de um «braço verde» que se desenvolve desde a Praça da República até à Parada do Castelo. A partir daqui a Vila abre-se ao seu entorno mais significativo a Oeste: o Rossio de Monforte. Este gesto possui uma força notável e tende a requalificar o relacionamento do centro populacional com a sua envolvente próxima*

*Este corredor permite utilizações diversas, inerentes aos espaços sociais que atravessa, ligando edifícios e espaços ajardinados de forma concertada e respeitando o carácter institucional da Praça da República. O segundo grupo reporta-se à remodelação de vários espaços de menores dimensões cuja reformulação permitirá qualificar funcional e formalmente “zonas-chave” de Monforte, através da criação de polos de atração no tecido antigo da Vila, com referências e significado”.*

No entanto, salienta-se que a existência de espaços inframunicipais e fragmentação do tecido urbano resultado de diferentes fases de implementação de operações urbanísticas sem um planeamento urbano

estruturado tiveram como consequência a existência de fragilidades na conectividade entre espaços e alguma estratificação do tecido social. A descontinuidade do edificado é evidente nas áreas de novas urbanizações coincidentes com um período de aumento do poder de compra da população que determina uma maior construção de habitação unifamiliar, em detrimento da construção em banda.

O espaço público e o seu ordenamento em termos de mobilidade acessível e áreas de estacionamento revela esta descontinuidade com ausência de zonas pedonais e ciclovias, onde os constrangimentos são mais notáveis no CHM pela sua tipologia de arruamentos e edificado, sendo agravado pelo facto de nela se situarem os serviços públicos, a sede do Município, com os serviços de atendimento e técnicos, agências bancárias, equipamentos como a Biblioteca Municipal e comércio. Face ao exposto e já identificado no PDMM o município optou por desenvolver uma estratégia de desenvolvimento urbano integrada e inclusiva de acordo com os objetivos de desenvolvimento concelhio.

### **3.1.8. Enquadramento na Estratégia de Desenvolvimento Urbano (EDU)**

A Estratégia de Desenvolvimento Urbano de Monforte desenvolve-se num Centro Urbano Complementar cuja escala e pressões sobre o uso e ocupação do solo não são competitivas em termos imobiliários, pelo que se pode ter uma abordagem de desvantagem e vantagem para a implementação da uma estratégia de desenvolvimento urbano sustentável. Primeiro porque pode ser sustentável sem ser totalmente eficiente, o que não significa que não seja eficaz, considerando os recursos de territórios de baixa densidade onde as pressões e interesses imobiliários são escassos, o que pode ser considerado uma desvantagem. Segundo, porque podem constituir uma oportunidade para um processo inclusivo, onde o modelo económico, assente na reconversão funcional e revitalização do tecido empresarial local, serão a força motriz que lhe confere a médio/longo prazo uma vantagem para elevar a qualidade de vida das populações residentes.

O Município de Monforte aprovou a sua Estratégia de Desenvolvimento Urbano (EDU) em que se estabelece:

*“A estratégia de desenvolvimento urbano tem como objetivo a qualificação ambiental, social e económica da Vila de Monforte que contribua para uma melhor qualidade de vida dos seus residentes e, simultaneamente, transforme num polo de atratividade, promoção e projeção da identidade territorial do Concelho.”*

A implementação de instrumentos de planeamento enquadra-se nos atuais objetivos programáticos do Portugal 2020, na Estratégia Integrada de Desenvolvimento do Alto Alentejo (EIDT), da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), que permitiu aos Municípios aceder ao Fundos Comunitários (FEDER), através de Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARUS), de Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) e de Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) pelo que a EDU se desenvolveu de como instrumento de planeamento para o centro urbano de Monforte, com os mesmos objetivos gerais e específicos para todos os diferentes planos. O suporte como instrumento de gestão foi o atual PDMM.

Assim a opção do Município foi a definição de duas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU):

- Entrada Zona Sudeste e Acesso ao Tapadão, que foi delimitada com o objetivo de reabilitar habitação social em mau estado de conservação, conferindo coerência à malha urbana diluindo assimetrias no tecido urbano, a requalificação do espaço público e assegurar ligações de áreas inframunicipais da Entrada Sudeste, e de acesso ao tapadão. Esta Aru inclui reabilitação de espaços públicos em zonas de mobilidade condicionada, estacionamento, passeios pedonais, equipamentos coletivos (sala polivalente e ciclovia) e nova variante de acesso ao IP2.
- Centro Histórico de Monforte (CHM): abrange o CHM e o Rossio de Monforte, sendo uma área urbana consolidada onde contrastam, tipologias de edificado notável, ocupando quarteirões e a muralha, que rodeiam áreas verdes ajardinadas ou de uso agrícola, privadas, no seu interior, com edifícios de características mais humildes, inicialmente de um piso e que cresceram para dois pisos em períodos posteriores, apresentando elementos dissonantes, e outros que mantêm a arquitetura popular.

O abandono do Centro Histórico por parte da população que se deslocou para as novas urbanizações, onde a tipologia de habitação mais atrativa e aparentemente com melhores condições de habitabilidade, coincidente com um período de crescimento económico das famílias e alteração de padrões e consumo, contribuem para o início do despovoamento dos Centros Históricos.

Os primeiros processos de reabilitação e revitalização dos Centros Históricos têm início com os GTL-Gabinetes Técnicos Locais e os Planos de Revitalização, associados aos projetos de luta contra a pobreza cujo repovoamento foi efetuado através de grupos sociais socialmente desfavorecidos, em risco de exclusão, que se juntaram a um grupo de residentes, já com menos recursos económicos, ou de população mais idosa. A problemática destes processos aumentou os riscos de exclusão e não contribuiu para a revitalização, diminuindo e fragilizando a atividade económica.

O Centro Histórico de Monforte é um exemplo, considerando que existem aspetos positivos de reabilitação que permitiu garantir as condições mínimas de habitabilidade, remodelação de infraestruturas e melhoria dos arruamentos.

A população residente de etnia cigana reside nesta área em condições precárias (alojamentos não clássicos) no Rossio de Monforte e no casco urbano entre muralhas, sendo um dos principais problemas o seu realojamento e integração no tecido urbano.

Assim, considerando a existência de duas áreas de reabilitação urbana com programas e estratégias semelhantes, mas enquadradas em tipologias diferentes de acordo com os instrumentos de política comunitária optou-se pela elaboração do Plano de Ação para a Regeneração Urbana Sustentável (PARUS) para a ARU do Centro Histórico de Monforte e um Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas para a ARU do Tapadão. Ambas seguem um processo de regeneração urbana sendo contempladas as dimensões económica, física e social. No entanto as características inframunicipais, de edificado e a sua função social enquadram a ARU do Tapadão nos PAICD e a ARU do Centro Histórico no PARUS. O PAICD irá complementar ações identificadas na ARU do Centro Histórico de Monforte, nomeadamente ao realojamento de famílias de etnia cigana.

As propostas de ARU foram delimitadas conforme os termos estabelecidos no disposto da alínea 3 do artigo 7º da LEI n.º 32/2012 de 14 de agosto, que alterou o Decreto-Lei nº 307/2009 de 23 de outubro que estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.

Neste sentido, atualmente as ARU do Centro Histórico de Monforte e da Zona Sudeste e Acesso ao Tapadão já estão dotadas de instrumento próprio (ORU) e aprovadas em Deliberação Municipal nº 290 da Assembleia Municipal de Monforte de 28 de dezembro de 2018.

## ➤ **Nas Freguesias**

### **Assumar**

*“A área urbana de Assumar delimitada no PDM é de cerca de 18 ha, urbanizados praticamente na totalidade, numa elevação ligeira entre linhas de água afluentes da ribeira de Avis. O tecido urbano organiza-se longitudinalmente ao longo de um eixo que ascende moderadamente no sentido sul - norte. Adjacente a nascente desta rua situa-se o núcleo original do aglomerado, de forma retangular, com cerca de 2 ha, de cuja antiga Muralha ainda resta alguns vestígios. Os espaços públicos existentes na base deste retângulo constituem o centro de Assumar.*”



*A Estrada Nacional 371 atravessa o aglomerado no sentido este-oeste, fazendo a articulação com a estação de caminho-de-ferro e oferecendo as principais entradas em Assumar. Vindo de Monforte, a poente, abarca-se, a alguma distância, a totalidade coesa e bem delimitada do conjunto construído. Vindo da estação, a nascente, a entrada é ainda mais bem marcada pelo contraste entre um vasto terreno cultivado e o erguer abrupto do núcleo mais antigo de Assumar. A norte, a entrada de Portalegre é a menos distintiva. “(in PDMM). (...) A função habitacional distribui-se entre o núcleo mais antigo, mais denso e de ruas particularmente estreitas, proporcionando assim condições à partida mais desfavoráveis, a área de expansão a sudeste, de ruas ortogonais lançadas a partir do eixo de ligação à estação, e o eixo estruturante norte-sul, mais amplo. A expansão dos anos mais recentes localiza-se a noroeste, ao longo da entrada de Portalegre. As funções terciárias tendem a localizar-se na área central atrás referida, enquanto os grandes equipamentos se situam a sudoeste, junto à entrada de Monforte”.*

### **Vaiamonte**

*“A área urbana de Vaiamonte delimitada no PDM é de cerca de 31 ha, quase totalmente urbanizados. Na sua maior parte, o tecido urbano organiza-se ortogonalmente ao longo do eixo longitudinal constituído pela Estrada Nacional. O desvio desta para norte deu origem a um troço urbanizado de modo particularmente amplo e desafogado. A meio do eixo longitudinal localiza-se o núcleo central, constituído pela Igreja e pelos espaços públicos adjacentes. Para noroeste do núcleo central desenvolve-se o Centro Histórico, composto por ruas estreitas e irregulares, havendo ainda a notar um pequeno conjunto isolado no extremo do aglomerado, na saída da Estrada Nacional para Alter do Chão. Vaiamonte situa-se numa área relativamente plana, sendo o conjunto construído bem delimitado e surgindo de forma unitária e contrastante com a envolvente rural. A função habitacional ocupa todo o aglomerado, tanto ao nível das áreas mais antigas como das de desenvolvimento mais recente. A construção dos últimos anos está localizada sobretudo na parte sul de Vaiamonte. As funções terciárias tendem a localizar-se no eixo longitudinal e em torno da Igreja, enquanto os equipamentos partilham este espaço central e as áreas limítrofes a sul do aglomerado. “(in PDMM).*

*“A área urbana de Santo Aleixo delimitada no PDM é de cerca de 29 ha, urbanizados praticamente na totalidade, numa elevação ligeira junto à Ribeira do Almuro. No tecido urbano pode distinguir-se duas áreas mais relevantes. Uma, mais antiga, organiza-se ao longo do conjunto de ruas que confluem na Igreja; outra, mais recente, desenvolve-se ortogonalmente a partir do eixo da Estrada Nacional. Ambas são atravessadas pelo eixo de ligação a Borba. As entradas em Santo Aleixo revelam um conjunto bem delimitado, com um grande contraste entre a área construída e o espaço rural envolvente, particularmente nos acessos de Monforte, Elvas e Borba. No entanto, numa análise mais aproximada revela duas morfologias que contradizem esta coesão. A norte, perto da Praça de Touros, um grupo de edifícios afasta-se do núcleo principal do aglomerado. A sul, ao longo do Vale da Quinta, estende-se de forma linear um braço do aglomerado. A função habitacional distribui-se entre o núcleo mais antigo centrado na Igreja e a área de desenvolvimento posterior, adjacente à Estrada Nacional. A expansão dos anos mais recentes localiza-se aqui, ao longo da entrada de Veiros. As funções terciárias tendem a localizar-se na proximidade do eixo de ligação a Borba, enquanto os grandes equipamentos se situam ao longo da Estrada Nacional.” (in PDMM)*

Assim, à dimensão de cada aglomerado não se altera a problemática entre as novas áreas de expansão e os cascos urbanos consolidados, designados no PDMM como Centros Históricos, com a fragmentação do tecido urbano e a interrupção da continuidade da malha urbana.

As operações urbanísticas com loteamentos mais antigos (habitação social) revelam problemas estruturais e de consolidação da estrutura urbana, a par do edificado com mais de trinta anos pelo que o Município optou por estender aos aglomerados destas freguesias operações de reabilitação urbana, partindo da mesma estratégia de desenvolvimento, possibilitando através do PAICD a regeneração física, económica e social destes aglomerados. Assim a Assembleia Municipal de Monforte aprovou em 30 de abril de 2019 a delimitação das ARU e ORU para os aglomerados urbanos de nível II de Assumar, Vaiamonte e Santo Aleixo.

**Conclui-se** que nos últimos anos, tem sido opção do Município a elaboração e implementação de diversos instrumentos de planeamento territorial. Este decidiu definir, tal como já foi referido anteriormente, as ARU e ORU para todas as freguesias do concelho, tendo em conta a candidatura de diversos projetos de regeneração, reabilitação e requalificação urbana a fundos comunitários, nomeadamente no âmbito do ALENTEJO 2020. Todos estes instrumentos de planeamento territorial implementados até à data, irão permitir definir qual a opção em termos de classificação e qualificação do solo urbano, bem como a sua

articulação com a envolvente rural e ocupação de solo rústico durante o processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Monforte (PDMM). A sua articulação com a estrutura ecológica envolvente será abordada no domínio do ambiente, para que se possa efetuar uma avaliação a considerar na revisão do PDMM.

A recolha de informação sobre os projetos já aprovados pelo Município, executados e a executar pelo Município no domínio da reabilitação, requalificação e até de beneficiação do espaço público são avaliados de seguida (Fig. 53) e confirmam esta tendência desde 2015. De salientar, que estas operações urbanísticas contemplam sempre a beneficiação e aumento de espaços verdes.

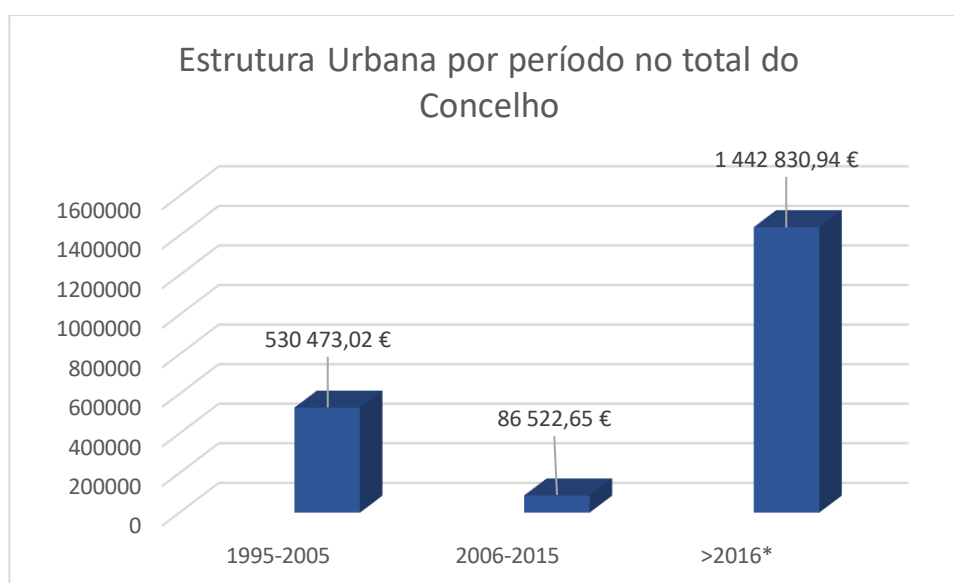


Figura 53. Evolução do Investimento em Requalificação e Reabilitação Urbana no Concelho de Monforte. Fonte: Serviços Municipais.

## 1995-2005

### Construção do Jardim e Praça da Biblioteca de Monforte - 2004

### “Requalificação Urbana da Vila de Monforte - II Fase - Arranjos Exteriores da Biblioteca Municipal” - 2006

*Intervenções e arranjos ao nível paisagístico.*

*O pressuposto desta intervenção era recriar uma “zona mais nobre” em Monforte. Este espaço permitirá o reposicionamento das suas ligações. A estrutura urbana antiga que o envolve, e a conformação das suas tipologias urbanas ligam-se ao projeto que se pretende polarizador de vivências comunitárias.*

**Enquadramento Paisagístico do Rossio, Execução dos Arranjos Exteriores do Rossio de Monforte desde o Castelo até à IP2 (Plantações e Sementeiras) – 2003 (Trata-se de um subprojecto extraído de um projeto global denominado “Enquadramento Paisagístico do Rossio” e datado de agosto de 1996).**

*O Rossio de Monforte, revela-se um espaço de urgente recuperação, restituindo-lhe dignidade, respeitando não só a singularidade, bem como a autenticidade.*

*Restabelecimento da Paisagem original com especial ênfase para as condições topográficas originais. Contempla a plantação de árvores, arbustos e herbáceas e ainda a realização de sementeiras de prado, trevo e relva, que posteriormente destas últimas, optou-se apenas por prado. Selagem e integração paisagística do depósito de resíduos sólidos urbanos, localizado entre as Igrejas de Nossa Senhora da Conceição e do Calvário.*

#### **Arranjos Exteriores do Edifício das Finanças, Cartório Notarial e Junta de Freguesia de Monforte - 2000**

*Intervenções/obras físicas ao nível do espaço público envolvente às instalações dos respetivos serviços, tendo em conta a acessibilidade e melhoria paisagística.*

#### **Calcetamentos no Concelho de Monforte - 2002**

*Necessidade de pavimentação, calcetamento ou reposição de calçada de granito em alguns arruamentos das freguesias e sede de concelho, conforme o estado da pavimentação anterior.*

*- Melhoria do estado das superfícies e passeios dos arruamentos um pouco por todo o concelho.*

#### **2006-2015**

##### **Recuperação e Conservação das Muralhas do Castelo de Monforte - 2007**

*Trata-se de uma obra de recuperação de troços de muralha, um miradouro e parada do castelo, com uma vista majestosa sobre os campos envolventes à vila de Monforte. Trabalhos de recuperação e restauro das edificações existentes, nomeadamente ao nível da substituição de rebocos, substituição de balaustrada, por a existente não oferecer condições de segurança aos visitantes, substituição de pedras de revestimento de degraus, recuperação de pavimentos nas zonas de circulação pedonal e toda a zona envolvente. Recuperação ainda de troços de muralha que se encontram em elevado estado de degradação.*

#### **>2016**

**Requalificação dos Acessos Pedonais e Estacionamentos da Vila de Monforte (Largo Sr. Doa Passos, Rua Luís de Camões, Rua São João de Deus, EN 18) – (2018 – peças desenhadas referentes ao projeto) – Projeto aprovado em candidatura ao Alentejo 2020 no âmbito do PAMUSAA a ser executado em 2020**

**Arranjo Paisagístico (arranjos exteriores e parque infantil) do Loteamento do Tapadão e Construção do Passeio Pedonal da Rua Professor Rosado Correia ao Tapadão** – projeto de candidatura no âmbito do Alentejo 2020, no âmbito do PAMUSAA –*“Nesta estratégia os espaços pedonais que ligam a escola à vila merecem particular cuidado, por abraçarem alguns dos mais estacados imóveis, a começar pela segurança social, praça de touros e passando pelas piscinas municipais. Refere-se a uma área que nunca foi devidamente tratada na sua globalidade e para a qual se desenvolveu uma estratégia de intervenção que toma forma no presente projeto. Criar melhores condições de funcionalidade dos espaços urbanos não edificadas, requalificando os espaços verdes e criando equipamentos de utilização coletiva, assim como de promover a melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada, é importante também realçar a criação do jardim e parque infantil do Tapadão, bem como a finalização dos passeios e arranjo paisagístico em toda a sua envolvente. Atenta a esta realidade, a CMM pretende criar um esforço para melhorar a imagem urbana da vila, quer ao nível do seu espaço público, quer ao nível do edificado.”* **Concluído.**

**Reabilitação da Área Envolvente ao Tapadão: Acessos pedonais aos Bombeiros Voluntários de Monforte e sinalização horizontal e vertical; e Arranjo Paisagístico do Loteamento do Tapadão - Arranjos Exteriores (continuação)**

*Reabilitação da área envolvente ao Tapadão: o espaço encontra-se numa das entradas principais da vila, sendo um cartão-de-visita para quem passa e devido a sua proximidade a edifícios escolares, de prática desportiva e de serviços é um local que aporta bastante importância e movimento de pessoas que recorrem a esses edifícios, este espaço encontra-se exposto ao tráfego rodoviário pelo que se torna necessário definir uma maior atenção de modo a garantir o conforto e segurança de pessoas, através da criação de sinalização rodoviária quer vertical, quer horizontal. Por outro lado, o acesso aos Bombeiros voluntários está inacabado e, encontra-se bastante descaracterizado tornando-se necessário uma intervenção de forma a articular o espaço e assegurar a funcionalidade e operacionalidade dos mesmos: Sinalização vertical e horizontal; pavimentação de acessos; redes de drenagem de águas pluviais e residuais.* **Concluído.**

**Qualificação Urbanística da Envolvente aos 8 Fogos e do Castelo de Monforte no âmbito da Qualificação Urbanística da Praça da República e áreas envolventes: 1ª Fase. Candidatura no âmbito do Alentejo 2020. 2019.**

*“O espaço inclui o passeio em frente à encosta e vai ao encontro do passeio já existente de forma a fazer a ligação com os 8 fogos. A encosta do castelo como área de intervenção justifica-se não só em termos de visuais e arqueológicos, já que o mesmo além da sua excelente posição geográfica que possibilita um melhor*

*acesso à praça central é enriquecido com uma arquitetura de forma a oferecer ênfase à muralha existente e criar um espaço agradável em seu redor. O mesmo ocorre com os 8 fogos, além de ser uma melhoria em termos visuais, uma vez que se apresenta como cartão-de-visita da vila, irá ainda possibilitar o estacionamento ordenado de viaturas. Concluindo toda esta área de intervenção apresenta as seguintes deficiências: ausência de preocupação na definição de espaços, em que estes se encontravam praticamente no seu estado natural, fraca qualidade estética dos elementos de iluminação e mesmo dos pavimentos. Em suma, a falta de planeamento originou um mau espaço. Proposta de intervenção: criação de uma continuidade entre as duas áreas de forma a constituir um todo por meio de um passeio pedonal; transformação da encosta num local mais atrativo; transformação dos 8 fogos num local de lazer e estacionamento. “. **Em execução.***

#### **Requalificação da Envolvente ao Loteamento do Campo dos Loureiros em Assumar - 2016.**

*O espaço alvo localiza-se a sul da periferia da vila, com a mais recente urbanização da localidade. O local carece de espaços de lazer e lúdicos para todas as idades e é de extrema importância dotar Assumar com uma infraestrutura que abarque todas as idades e que culmine com a interação dos seus utentes na realização de jogos, exercício físico, lazer e convívio. **Concluído***

#### **Valorização Paisagística da Fonte de Baixo em Assumar - contrato da adjudicação: 2016 - Candidatura Alentejo 2020, no âmbito do PAICD:**

*“A recriação do jardim irá criar um local harmonioso e agradável para se estar. O espaço encontra-se exposto ao tráfego rodoviário pelo que se torna necessário definir uma interioridade de modo a garantir o conforto e a segurança do jardim. É igualmente importante encontrar novas soluções para o sistema de drenagem das águas nos pavimentos, e a criação de um passeio, uma vez que não existem. Este espaço tem excelente potencial para acolher inúmeras atividades de cariz desportivo e lúdico. A delimitação da área de intervenção prende-se com o fato de possuir caráter, identidade própria, e permitir uma leitura global e uniforme. **“Concluído***

#### **Requalificação da Envolvente ao Bairro da Asseca em Vaiamonte – 2016. Candidatura Alentejo 2020, no âmbito do PAICD:**

Visa colmatar algumas deficiências existentes neste loteamento ao nível de acessos. Esta intervenção visa: a requalificação dos passeios existentes; conclusão dos acessos; construção de parque infantil; O loteamento possui uma zona que não se encontra concluída ao nível de passeios e acessos aos logradouros. Nos passeios

será dada a sua continuidade de acordo com o pavimento existente. Foram asseguradas o encaminhamento das águas pluviais dando continuidade à rede de águas pluviais, bem como o devido acesso às habitações.

### 3.1.9. Desenvolvimento Social

Considerando que a revisão do PDMM necessita de uma prospetiva que contribua para uma estratégia integrada e inclusiva face aos dados sociais analisados e atualizados neste relatório pelo que devem permitir uma reflexão crítica sobre o seu impacto no desenvolvimento das comunidades.

Assim, merecem particular atenção a necessidade de atualização de instrumentos de planeamento como sejam a carta educativa e o diagnóstico social e respetivo plano de desenvolvimento social. Assim, destaca-se o domínio da educação, pela sua importância transversal às políticas de desenvolvimento territorial e outros dados sociais que se consideram relevantes para a atualização do diagnóstico social.

#### 3.1.9.1. Educação

Ao nível socioeducativo consideram-se como referência alguns dados do Atlas de Educação - ATLAS DA EDUCAÇÃO - CONTEXTOS SOCIAIS E LOCAIS DO SUCESSO E DO INSUCESSO, edição 2017 em que as escolas de Monforte são um dos estudos de caso.

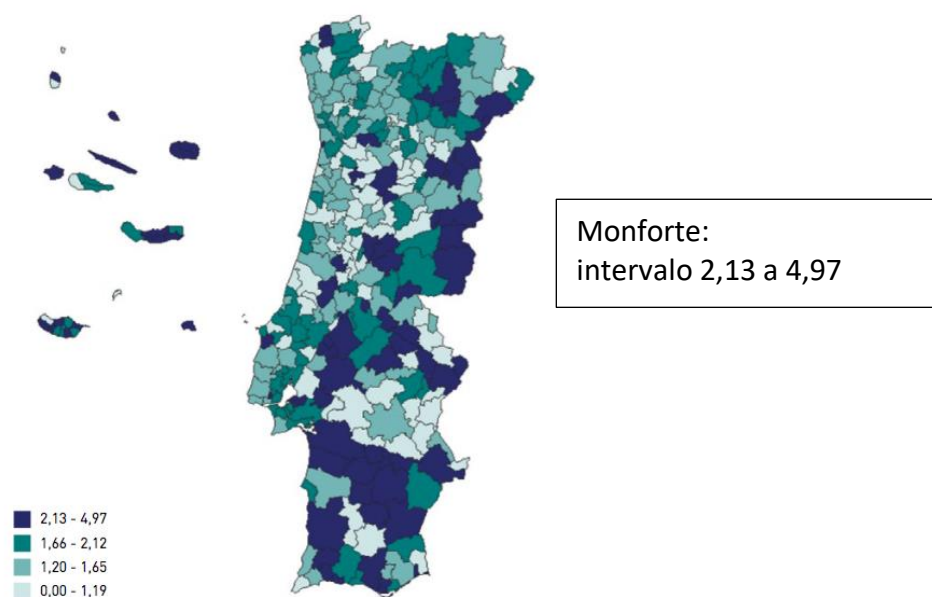


Figura 54. Taxa de Abandono Escolar por Concelhos em 2011. Fonte: Atlas da Educação, Edição 2017.

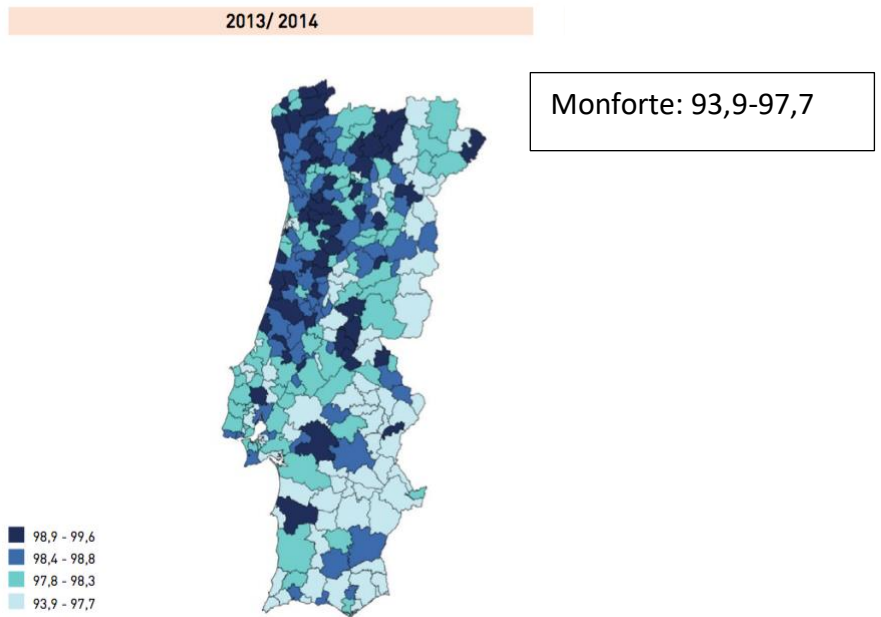


Figura 55. Taxa de Transição ou Conclusão em Percentagem no 1º Ciclo, por Concelhos. Fonte: Atlas da Educação, Edição 2017.

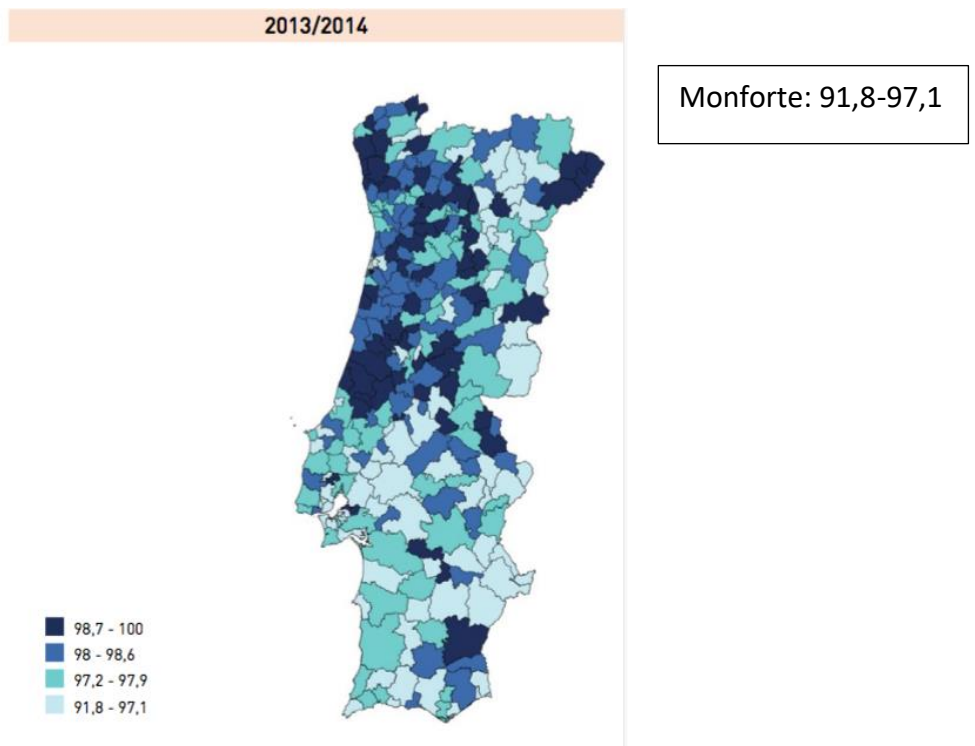


Figura 56. Taxa de Transição ou Conclusão (%) no 2º Ciclo, por Concelhos. Fonte: Atlas da Educação, Edição 2017.



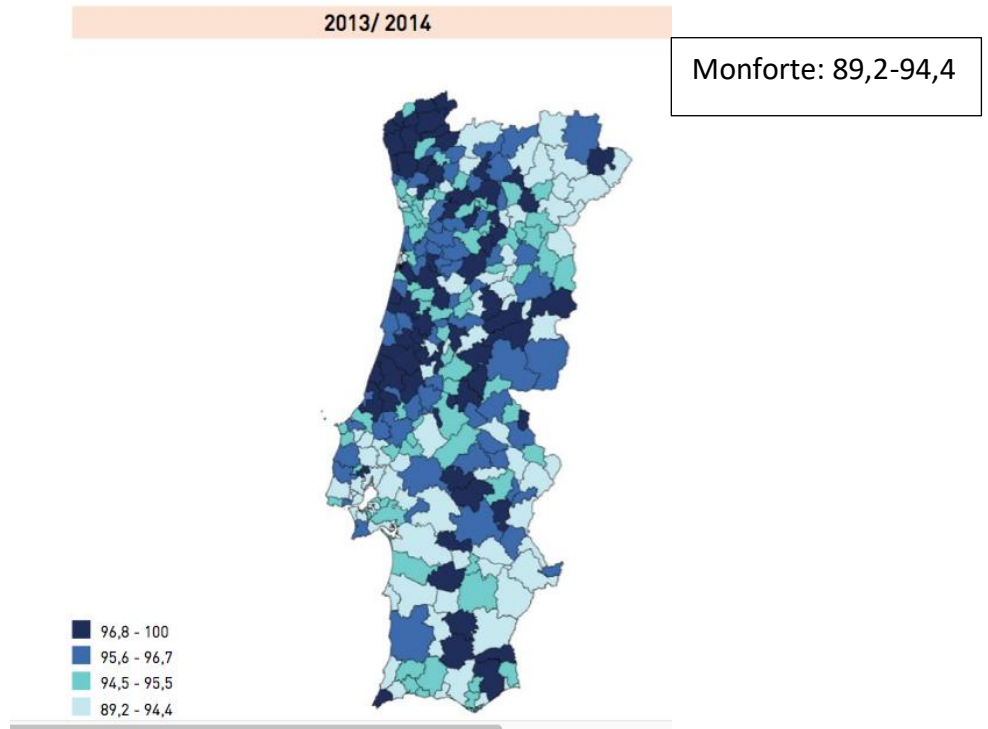


Figura 57. Taxa de Transição ou Conclusão (%) no 3º Ciclo, por Concelhos. Fonte: Atlas da Educação, Edição 2017.

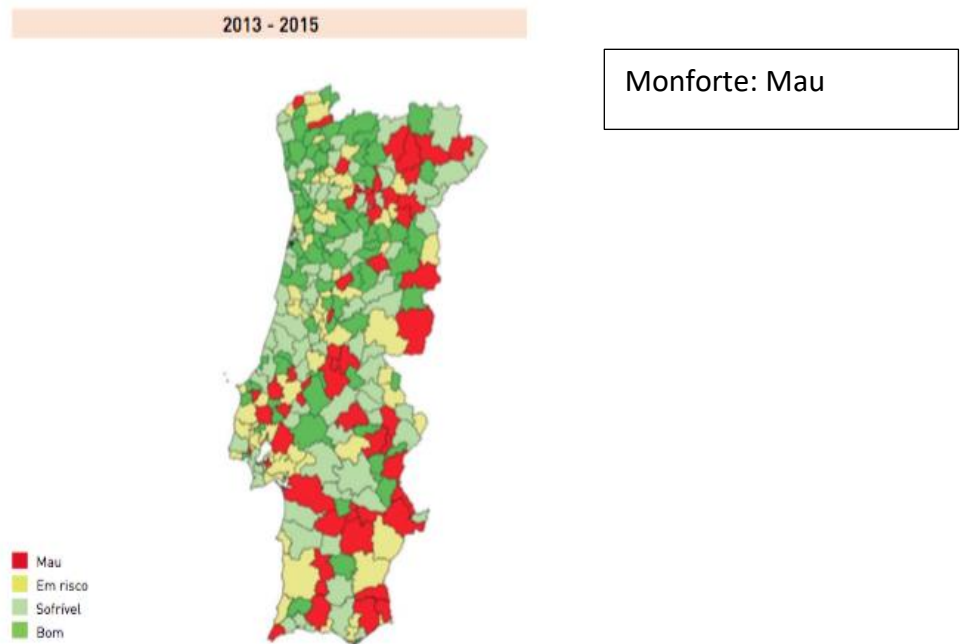


Figura 58. Scores de Tendência nos Resultados nos Exames no 1º Ciclo, por Concelhos. Fonte: Atlas da Educação, Edição 2017.

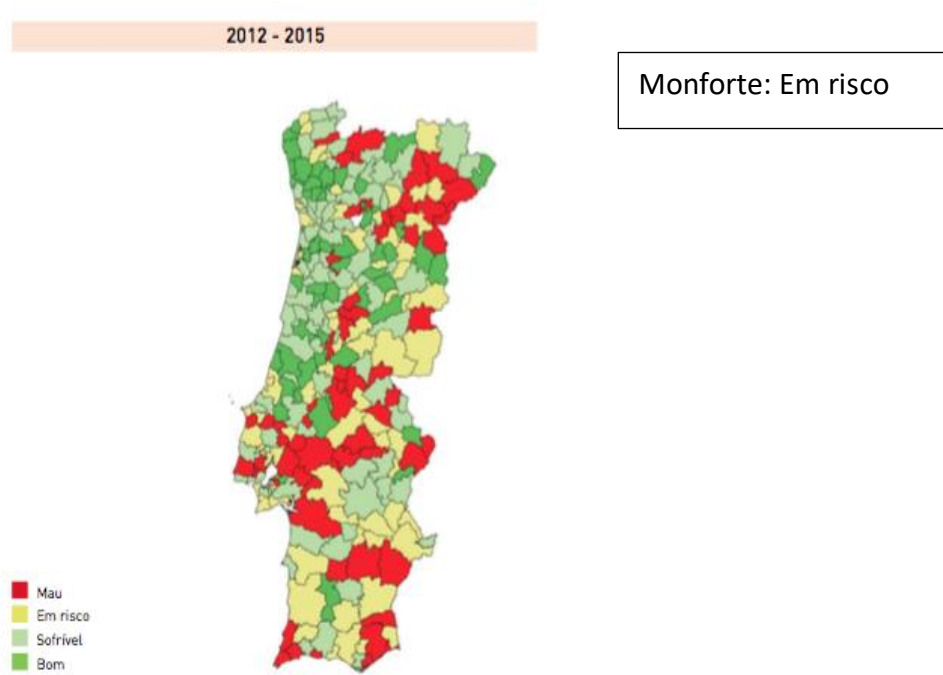


Figura 59. Scores de Tendência nos resultados nos exames no 3º Ciclo, por Concelhos. Fonte: Atlas da Educação, Edição 2017.

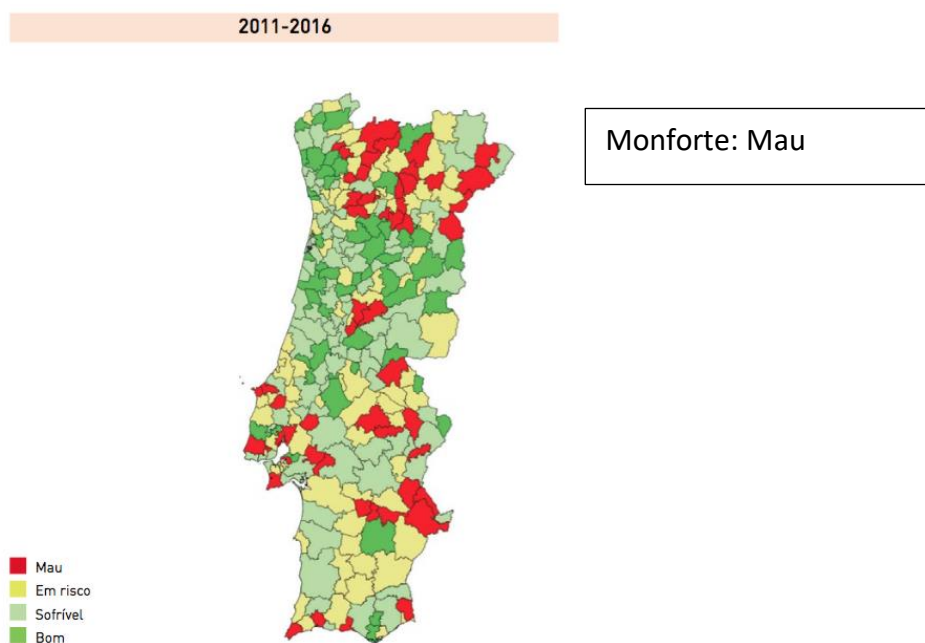


Figura 60. Scores de Tendência nos resultados nos exames no 3º Ciclo, por Concelhos. Fonte: Atlas da Educação, Edição 2017.

No ano de 1987 foi inaugurada a Escola Básica 2/3 de Monforte (identificada na DGEST como Escola Básica nº1 de Monforte), tendo-se constituído como agrupamento vertical de Escolas de Monforte em 2000, integrando os jardins-de-infância (Pré-escolar) e escolas do 1º Ciclo de Monforte,

Vaiamonte, Assumar e Santo Aleixo.

A realidade social já identificada tem as suas consequências no processo educativo tendo o Agrupamento de Escolas optado por projetos no âmbito dos territórios educativos de intervenção prioritária (TEIP) para poderem colmatar as diferenças e assimetrias existentes definindo estratégias e objetivos de inclusão, onde o Município se assumiu como principal parceiro.

A existência do Centro de Recuperação de Menores de Assumar que se dedica à integração e inclusão de crianças e jovens com multideficiência oriundos de todo o País foi mais um desafio para a comunidade educativa, pois estas crianças e jovens têm aulas no agrupamento até aos 18 anos. Assim, os dados recolhidos no caso de estudo da escola de Monforte revelam as dificuldades desta comunidade ao nível do abandono e insucesso escolar.

*“O projeto educativo assume relevância quando a escola face aos problemas de integração e inclusão perante o combate à diferença e à exclusão são uma prioridade. Sendo de cerca de 30% a representatividade de etnias e a as turmas existentes com um grande número de alunos com necessidades educativas especiais, têm condicionado os resultados de ensino na comunidade educativa, que os dados anteriores confirmam. No entanto o combate ao abandono escolar foi a primeira tarefa que obriga a definir objetivos e metas, nem sempre de acordo com padrões de “sucesso” escolar. Tais números e dados contribuem para uma abordagem realista e demonstrativa do que ainda falta crescer em termos de novas dinâmicas que contribuam para diminuir o insucesso escolar e os níveis de retenção. Os resultados não podem contribuir para segregar e conduzir a outras opções por territórios educativos adjacentes com melhores índices de sucesso escolar, pelo que a qualificação do parque escolar e dotá-lo dos equipamentos necessários á diversidade do processo educativo são o “prémio” para a comunidade educativa e um exemplo de equidade na partilha de recursos e de coesão social”.* In Memória descritiva da candidatura à requalificação e modernização da escola de Monforte. Assim, justifica o Município a necessidade de investir em parceria com o ME na requalificação do seu parque escolar, mas acima de tudo da necessidade de atingir níveis diferentes de qualificação através de um processo educativo que envolva toda a comunidade.

A revisão do PDMM deve proceder à atualização de dados sobre a educação no Concelho de Monforte e propor a atualização da sua carta educativa face à emergência dos problemas socioeducativos e a especificidade do território.

### 3.1.9.2. Outros Dados Sociais Relevantes

Um dos principais constrangimentos é a existência de alojamentos não clássicos no Concelho de Monforte que correspondem ao nº de famílias representadas por freguesia e agregados conforme figura 61.

Agregados/Nº Elementos	1	2	3	4	5	6	7	8
Assumar	1	2	1	1	0	0	0	1
Monforte	1	0	4	9	6	3	3	0
Vaiamonte	0	4	2	2	4	3	0	0

Figura 61. Fonte: PAICDM (2018).

A análise do desemprego é outro dado relevante e que foi atualizada á data, bem como a sua evolução.

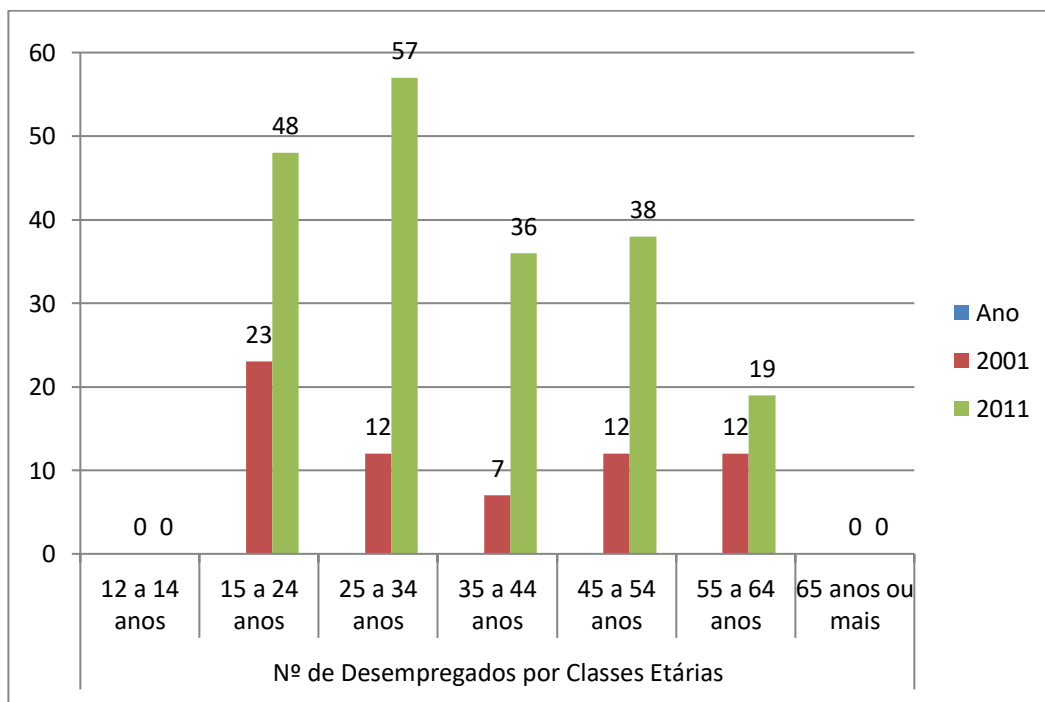


Figura 62. Nº de desempregados por faixa etária- evolução (2001-2011). Fonte: INE.

Segundo a análise da figura 62, referente ao número de desempregados por classes etárias para o concelho de Monforte, pode-se verificar que no ano de 2001 o grupo etário mais prejudicado pelo flagelo do desemprego foi entre os 15 anos e os 24 anos, enquanto o grupo etário menos prejudicado por este problema social foi o grupo etário entre os 35 anos e os 44 anos. Posteriormente, em 2011, o problema do desemprego no concelho de Monforte afetou mais a classe etária entre os 25 anos e os 34 anos e a classe etária menos afetada por este problema social foi a classe etária dos 55 anos aos 64 anos. De referir, que as classes etárias dos 12 anos a 14 anos e dos 65 anos ou mais para ambos os anos não registaram quaisquer dados, devido a incluir nestas classes etárias pessoas que não estão em idade ativa, neste caso de crianças e de idosos.

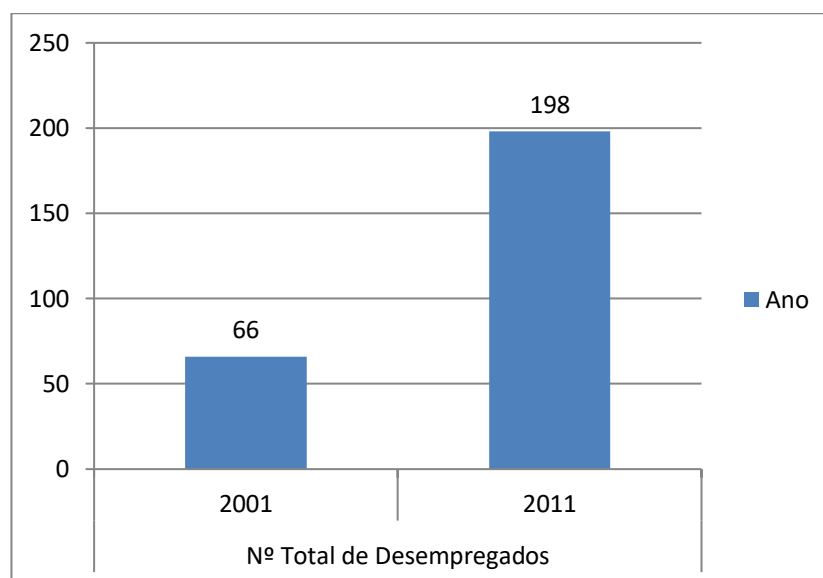


Figura 63. Nº Total de desempregados (2001-2011). Fonte: Censos, INE.

Partindo da análise da figura 63, podemos observar que o problema social do desemprego aumentou no concelho de Monforte desde o ano de 2001, com um acréscimo de 132 pessoas.

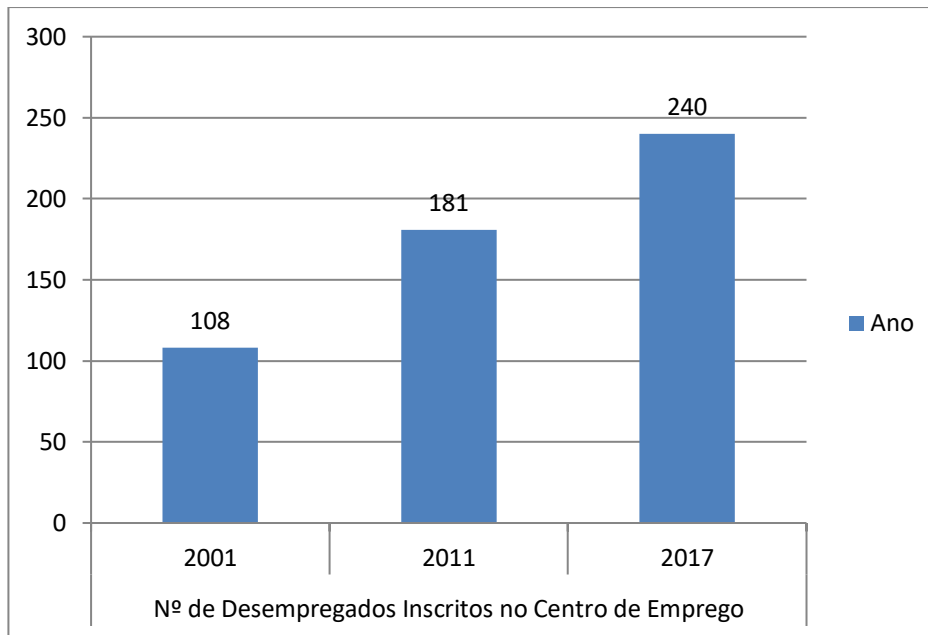


Figura 64. Nº de desempregados inscritos no Centro de Emprego entre 2001 e 2017. Fonte: INE.

Analisando a figura 64, pode-se observar que o número de pessoas desempregadas inscritas no centro de emprego tem vindo a aumentar desde o ano de 2001 até ao ano de 2017.

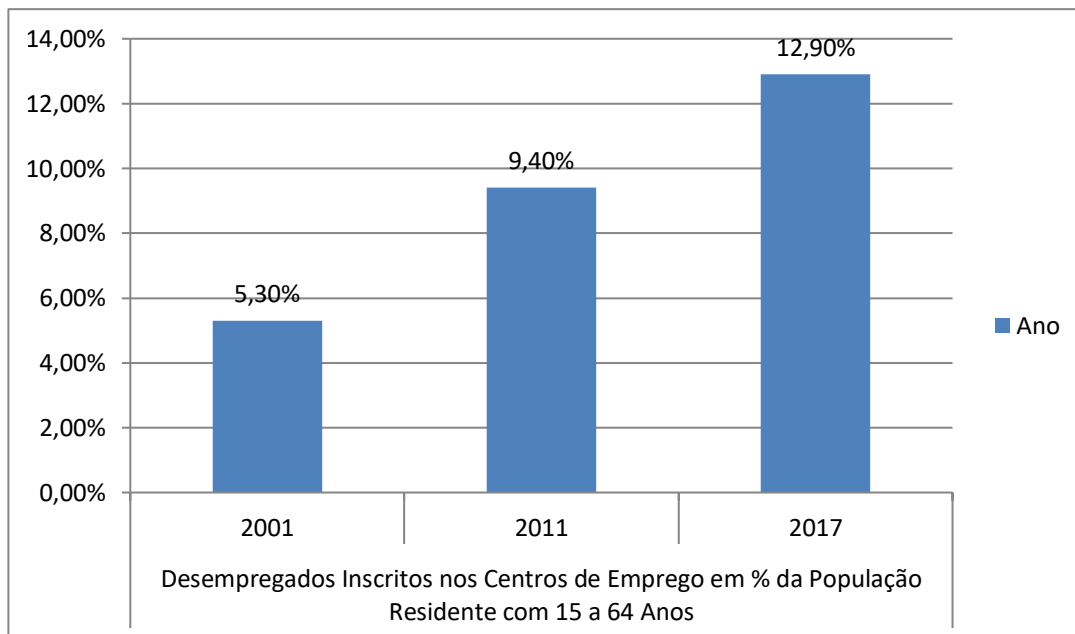


Figura 65. Desempregados inscritos no Centro de emprego no total da população residente (%). Fonte: INE.

Analisando a figura 65, referente aos desempregados inscritos nos centros de emprego da população residente com 15 a 64 anos no concelho de Monforte, pode-se verificar que a percentagem deste indicador tem vindo a aumentar desde o ano de 2001 até ao ano de 2017.

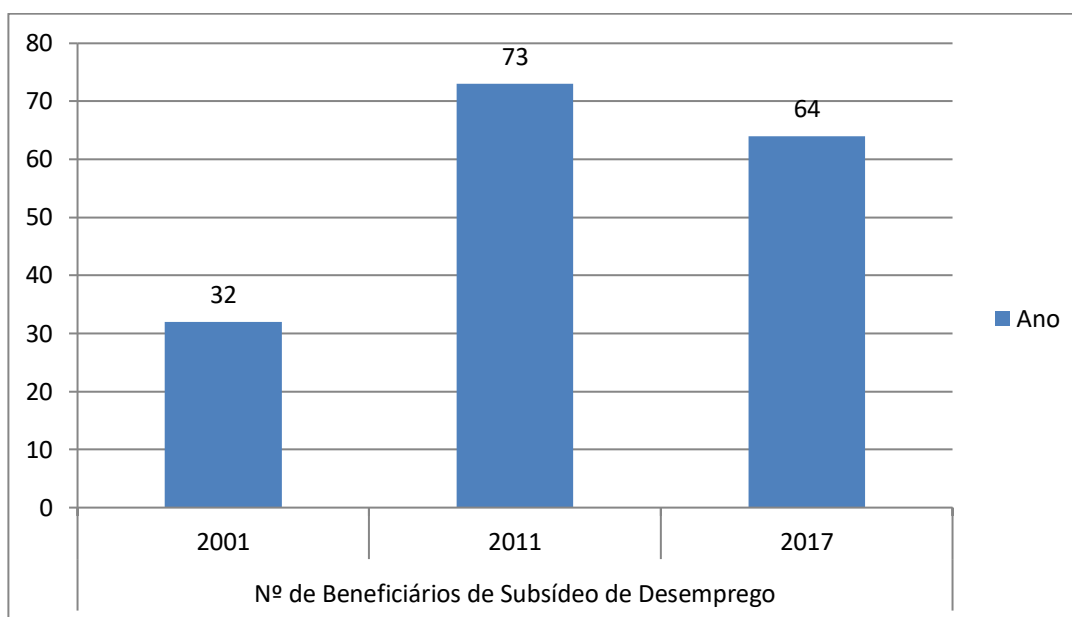


Figura 66. Nº de beneficiários de subsídio de desemprego- evolução (2001-2017). Fonte: INE.

Analisando a figura 66, sobre o número de pessoas beneficiárias de subsídio de desemprego no concelho de Monforte, pode-se averiguar que este número aumentou desde o ano de 2001 para o ano de 2011. Posteriormente o número de beneficiários diminuiu a partir do ano de 2011.

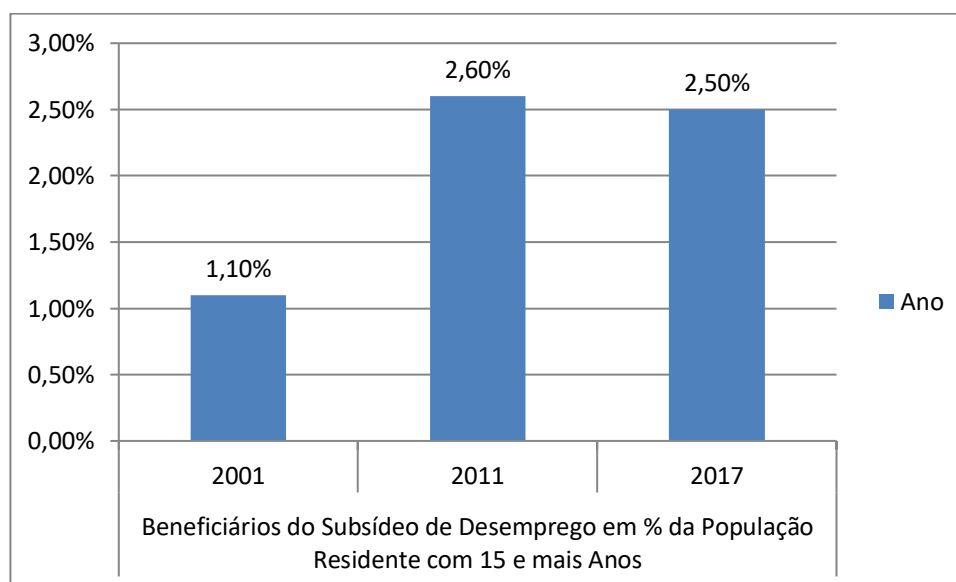
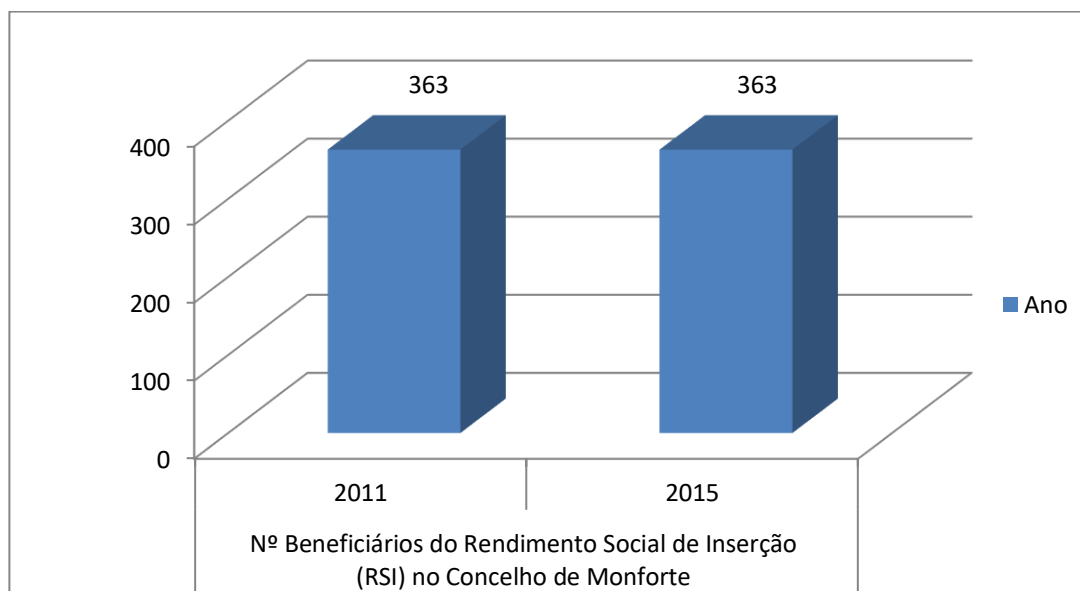


Figura 67. Beneficiários do Subsídio de desemprego no total da população residente (%) – Evolução (2001-2017). Fonte: INE.

Analisando a figura 67, referente à percentagem de beneficiários do subsídio de desemprego da população residente com 15 e mais anos no concelho de Monforte pode-se observar que esta

aumentou a partir do ano de 2001 para o ano de 2011. Posteriormente desde o ano de 2011 para 2017, esta percentagem diminuiu.

Comparativamente analisam-se os dados do RSI, sua evolução e peso no total da população residente.



**Figura 68. Evolução do nº de Beneficiários do RSI (2011-2015). Fonte: INE.**

Analisando a figura 68, referente aos beneficiários do rendimento social de inserção no concelho de Monforte nos anos de 2011 e 2015, pode-se verificar que o número de beneficiários deste tipo de apoio social manteve-se igual para ambos os anos



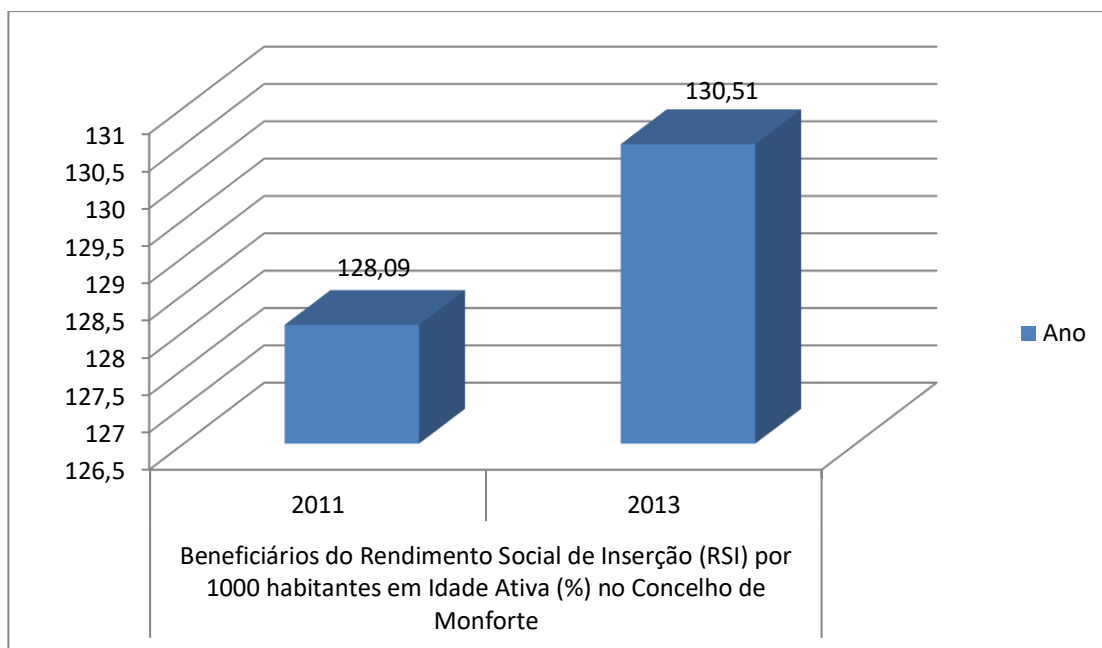


Figura 69. Evolução do nº de beneficiários do RSI por 1000 hab. (2011-2013). Fonte: INE.

Partindo da análise da figura 69, referente aos beneficiários do rendimento social de inserção por cada 1000 habitantes em idade ativa no concelho de Monforte, pode-se observar que estes aumentaram do ano de 2011 para o ano de 2013. O que significou um aumento de 2,42% de beneficiários deste apoio social monetário neste período temporal de 2 anos.

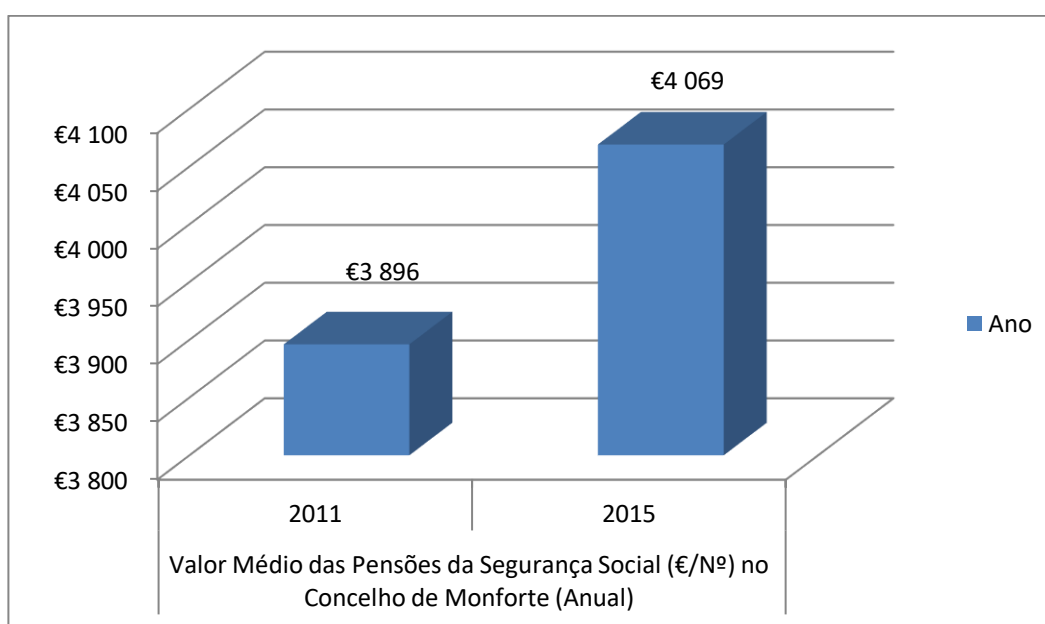


Figura 70. Valor médio das pensões da SS- evolução (2011-2015) Fonte: INE.

Analisando a figura 70, referente ao valor médio das pensões da Segurança Social no concelho de Monforte, podemos verificar que este valor aumentou a partir do ano de 2011 para o ano de 2015. Significando assim um aumento de 173€ num período temporal de 4 anos, mas que revela o baixo rendimento dos reformados e pensionistas no Concelho de Monforte.

**Conclui-se** que em termos brutos o número de desempregados não é significativo, no entanto considerando o total da população ativa o seu valor percentual é significativo. O número de beneficiários do subsídio de desemprego é relativamente baixo quando se compara com o número de desempregados, pelo que se justificam os números de beneficiários de RSI.

Por último um indicador importante para atratividade local são os serviços do SNS, assim segundo o INE (2013) o nº de médicos por 1000 habitantes é de 1,5 enquanto em Portugal a média é de 5 por 1000. Este indicador torna-se mais expressivo quando se considera o envelhecimento da população. No entanto tal lacuna tem sido colmatada com a existência de serviços de apoio domiciliário em todas as <sup>13</sup>freguesias do Concelho, bem como de residência assistida (Lar).

Face á análise destes dados recomenda-se que se proceda a uma atualização do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e do respetivo diagnóstico e Plano de Ação.

### **3.1.10. Proteção Civil: PMDF e Bombeiros**

O Plano Municipal de Defesa da Floresta está de acordo com os instrumentos de nível superior PNDFC, PROF definidos para o Alto Alentejo encontrando-se atualmente em revisão por motivo de a portaria nº 54/2019 – DR nº 29/2019, Série I de 02/11/2019 ter definido um único PROF ALT para o total da NUTS II em substituição dos PROF por NUTS III.

#### ***“Ações executadas pelo Município de Monforte:***

*O principal objectivo do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) é o de constituir uma ferramenta ao nível do concelho, que permita a implementação das disposições presentes no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI) sendo um instrumento operacional do planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de acções de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas. Para o cumprimento do disposto*

---

<sup>13</sup> Em anexo 2 nº de utentes e de IPSS

anteriormente, o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios deverá ser centrado nos eixos de actuação definidos no PNDFCI, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio, sendo eles:

**1.º Eixo - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;**

**2.º Eixo - Redução da incidência dos incêndios;**

**3.º Eixo - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;**

**4.º Eixo - Recuperar e reabilitar os ecossistemas;**

**5.º Eixo - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.**

Os PMDFCI são elaborados pelas comissões municipais de defesa da floresta em consonância com o PNDFCI e com o respectivo planeamento distrital de defesa da florestal contra incêndios (n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro).

A elaboração, execução e actualização dos PMDFCI tem carácter obrigatório, devendo a câmara municipal consagrar a sua execução no âmbito do relatório anual de actividades (n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro).”

## **EIXOS ESTRATÉGICOS**

### **“1.º Eixo Estratégico – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais**

Neste eixo de actuação é importante aplicar sistemas de gestão de combustível de forma a desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à acção do fogo. (...)

Este eixo estratégico vai dar resposta ao n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, definindo os espaços florestais onde vai ser obrigatório a gestão de combustíveis junto das diferentes infra-estruturas e onde se operacionaliza ao nível municipal as faixas de gestão de combustível.

(...) e como objectivos operacionais proteger as zonas de interface urbano/floresta e implementar programa de redução de combustíveis.”: Ações

## **1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI)**

- a) Redes de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC)
- b) Rede Viária Florestal (RVF)
- c) Rede de Pontos de Água (RPA)
- d) Silvicultura preventiva no âmbito da DFCI

As medidas de silvicultura preventiva não foram consideradas neste plano uma vez que, no município de Monforte, a continuidade dos maciços florestais não justifica a inclusão de intervenções desta natureza.

## **2.º Eixo Estratégico – Redução da Incidência dos Incêndios**

Importa, (...) identificar os grupos populacionais cuja atividade pode dar origem a ignições, de forma a desenvolverem-se ações específicas que conduzam à alteração de comportamentos de risco e, assim, à diminuição do número de incêndios.

É de extrema importância educar a população em geral, de forma a reconhecer que a floresta é um bem comum a todos, com valor económico, social e ambiental com a responsabilidade de a proteger de forma a servir gerações futuras, sendo para isso necessário eliminar comportamentos de risco.

### **1) Comportamentos de Risco**

### **2) Fiscalização**

### **3) Sensibilização**

## **3.º Eixo Estratégico – Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão dos Incêndios**

A coordenação de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, de forma a garantir a deteção e extinção rápida dos fogos, evitando que os mesmos atinjam grandes proporções. A organização prévia de todos os agentes e meios envolvidos, bem como das suas responsabilidades e competências, contribuirá para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à questão dos incêndios florestais. O objectivo estratégico deste eixo é a articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção, adequar a capacidade de 1.ª intervenção e melhorar a eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio.

Os objectivos operacionais passam por estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado, estruturar o nível municipal de 1.ª intervenção, garantir a correta e eficaz execução do

rescaldo e da vigilância pós-incêndio e a integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.

**a). Vigilância e deteção**

**b). 1.ª Intervenção**

**c). Combate, rescaldo e vigilância pós – incêndio**

**4.º Eixo Estratégico – Recuperar e Reabilitar Ecossistemas**

Recuperar e reabilitar os ecossistemas é o principal objectivo a atingir no 4º Eixo Estratégico, sendo a avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo, os objectivos operacionais que se pretendem alcançar nos PMDFCI.

**Intervenções em zonas de elevada vulnerabilidade à erosão e restauração de espaços florestais**

**5.º Eixo Estratégico – Adoção de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz**

**1. Competências das Entidades Intervenientes no SDFCI**

- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Monforte;
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP (ICNF, IP);
- Guarda Nacional Republicana;
- Juntas de freguesia (através de um seu representante);
- EP - Estradas de Portugal, S.A.;
- EDP Distribuição - Energia, S. A.;
- GALP Energia;
- Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE.

## CARTA DE RISCO

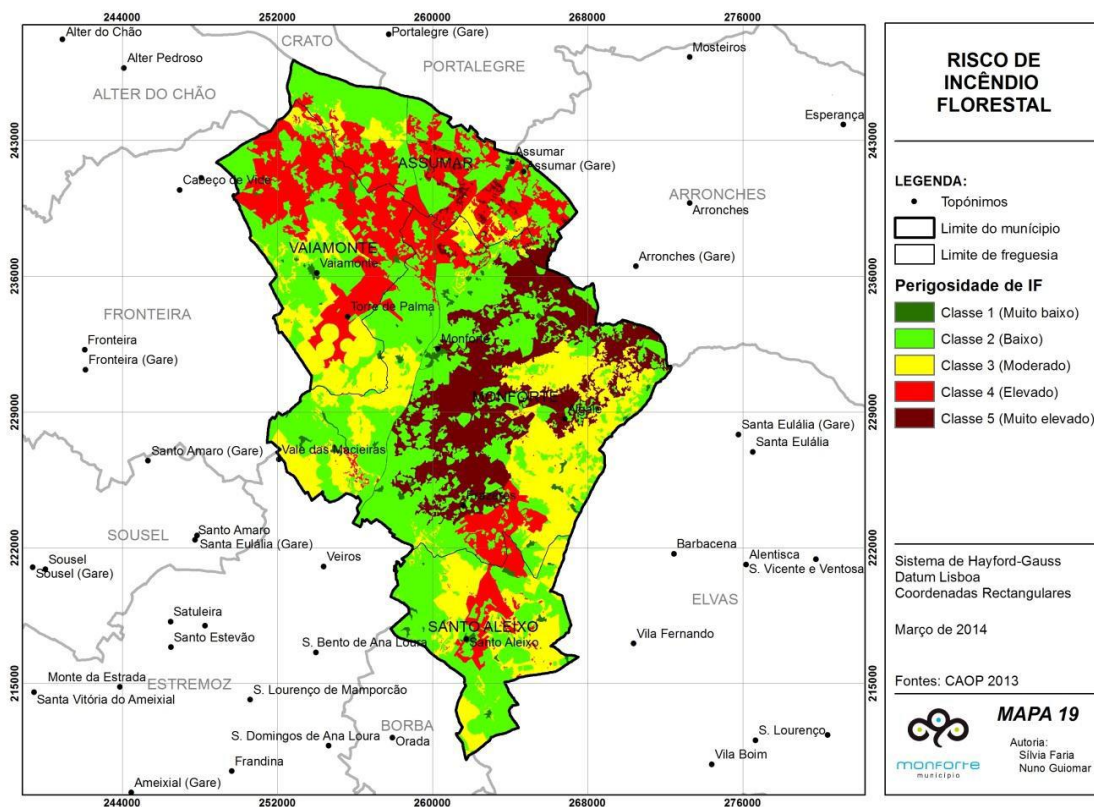


Figura 71. Carta de Risco em vigor Fonte: PMDFCI, CAOP 2013.

Se existe domínio onde se regista maior evolução nos últimos 25 anos é no âmbito da Proteção civil, onde os municípios assumem um maior número de competências e a aplicação dos PROF aos PMDF permitem dotar os territórios de instrumentos de planeamento e gestão integrados e que se articulam ao nível de cada NUTS III, como o caso do Alto Alentejo. Salienta-se que é obrigatório a carta de riscos constar da carta de ordenamento e de condicionantes, pelo que as alterações ao nível dos PROF, obrigam à revisão até Fevereiro dos PMDF, devendo constar na revisão do PDM e sua atualização de carta de riscos.

O Município de Monforte está dotado de um Gabinete Técnico-Florestal, de uma equipa de sapadores florestais e de uma equipa de intervenção permanente que garantem a aplicação do PMDF. Estas estruturas são financiadas pelo Município e pela administração central (MAI).

A proteção civil é uma estrutura mais ampla que inclui ações mais abrangentes de prevenção de riscos das populações, para além dos incêndios florestais, ganhando especial impacto quando existem populações idosas que necessitam de ações de sensibilização e de cuidados acrescidos de segurança.

As corporações Bombeiros Voluntários em articulação com as diferentes entidades da Tutela (ANPC e INEM) garantem os serviços públicos às populações em parceria com os Municípios, que compartilham financeiramente e em equipamentos os instrumentos necessários para o exercício das funções de proteção e de socorro às populações de acordo com o Plano Municipal de Proteção Civil. No entanto conclui-se que existem fragilidades de financiamento e de recursos humanos em territórios de baixa densidade que condicionam a aplicação de um modelo mais eficiente e eficaz face às especificidades territoriais e consequente necessidade das populações, em particular nas situações de emergência<sup>14</sup>. Pelo que a existência de um protocolo com Município permite colmatar os constrangimentos financeiros e de recursos humanos afetos ao corpo de bombeiros. A revisão do PDM de Monforte deve contemplar na sua estratégia ações integradas e inclusivas que se cruzam com os domínios do ambiente, saúde e educação para a prevenção e segurança das suas populações. A revisão do PMDFCI do Concelho de Monforte deve estar concluído durante a revisão do PDMM por forma a que seja incluída a carta de risco atualizada.

### **3.2. O Ambiente**

O domínio do Ambiente merece uma abordagem separada pelos motivos já identificados anteriormente, e que se justificam face ao impacto das políticas públicas, sejam elas implícitas ou explícitas, mas que estão dependentes de uma escala superior e supranacional.

A questão ambiental é daquelas que mais se altera desde os PDM de 1ª geração, por estar presente na escala europeia, com diretivas comunitárias, onde o planeamento espacial, surge como a alternativa perante as consequências ambientais da globalização. Assim, se afirma que de há muito o ordenamento do território sempre teve como domínio as características biofísicas do território, mas como recursos ao serviço do planeamento, com base num modelo de crescimento económico. De forma sucinta poder-se-á afirmar que a visão seria (e ainda é?) “a natureza ao serviço do homem” de exploração dos seus recursos, onde as restrições de utilidade pública, como a RAN ou a REN, sempre foram incompreendidas, pelas populações, mas que apesar de todas as suas alterações de critérios e correções cartográficas, essenciais para a sua melhor gestão, constituíram uma forma de

---

<sup>14</sup> Entrevista com o Comandante da Proteção Civil de Monforte

preservar recursos que hoje já não teriam disponíveis. A alteração do paradigma surge com a necessidade de um planeamento espacial a diferentes escalas em que o “efeito Europa” se traduz, em Portugal com a publicação do SGT a partir da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo – LBOTDU (Lei nº 48/98 de 11 de Agosto). As alterações profundas na forma de planear e ordenar o território, têm como pressupostos a conectividade entre territórios e os impactos do uso e ocupação do solo, a diferentes escalas e, que ultrapassam fronteiras, pelo que a responsabilidade ambiental é sistémica desde um espaço micro a macro e vice-versa. Os planos especiais de áreas protegidas e outros planos de nível superior, a rede natura as ZEP e ZPE, não são suficientes para preservar os nossos recursos biofísicos e ecossistemas, tornando-se evidente que todos os domínios do ordenamento territorial, o seu planeamento e, em particular a sua gestão, contribuem para a qualidade ambiental.

Mas, o que de facto significa qualidade ambiental?

A forma como utilizamos os nossos recursos e como os transformamos e temos introduzido variáveis que contribuem que determinam alterações profundas em todos os ecossistemas, até sermos confrontados com as alterações climáticas. Hoje, falar em alterações climáticas é obrigatório, para um ordenamento do território que se confronta com fenómenos extremos cada vez mais frequentes, pelo que compete estabelecer condicionantes cada vez mais apertadas para prevenção de pessoas e bens. No entanto, tal não será novo porque há muito que existem condicionantes de construção em leito de cheia (REN), ou a preservação da qualidade das linhas de água, ribeiras e rios, que sempre tiveram presente os impactos na sustentabilidade dos recursos e das suas populações.

Face a um contexto de alterações climáticas, onde o ambiente se assume como um conjunto de domínios integrados que vão desde a política de solos, agrícola, económica e social, para a definição de um modelo inclusivo e sustentável que permita preservar os nossos recursos e garanta a sustentabilidade das gerações vindouros. Considera-se neste subcapítulo a análise da evolução da componente de abastecimento público e a forma como se articula com a entidade reguladora. Merecem, ainda, particular atenção os investimentos no setor agrícola e agroindústrias e as respetivas consequências que devem ser avaliadas no âmbito da revisão do PDMM.



### 3.2.1. Avaliação Da Qualidade Do Serviço De Abastecimento De Águas E De Saneamento De Águas Residuais

A análise dos dados da qualidade do serviço de abastecimento público de águas e saneamento de águas residuais foi efetuado com base nos termos de referência da ERSAR<sup>15</sup> que procede á monitorização da qualidade do serviço público prestado pelo Município.

#### ➤ **1.Enquadramento**

Com a evolução dos padrões socioeconómicos, o abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e a gestão de resíduos urbanos, são hoje, seguramente, um serviço público essencial, que se reflete na de saúde pública, segurança, bem-estar, proteção do ambiente, economia, em suma na qualidade de vida da população.

Desta forma, a Lei 10/2014 de 6 de março, refere que a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, designada por ERSAR, é a entidade reguladora do sector, responsável por assegurar a regulação e a supervisão dos serviços de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.

A ERSAR, enquanto entidade responsável tem por objetivo promover o aumento da eficiência e da eficácia na sua prestação, considerando a proteção dos direitos e interesses dos utilizadores, assegurando a existência de condições que permitam a obtenção do equilíbrio económico e financeiro por parte das atividades dos setores regulados exercidos em regime de serviço público, bem como o exercício das funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto de todas as entidades gestoras de abastecimento de água. [1]

Neste contexto, para a regulação da qualidade do serviço, a ERSAR dispõe de um instrumento de avaliação das entidades gestoras relativamente a aspetos específicos da atividade desenvolvida com recurso a indicadores de desempenho a nível da qualidade do serviço prestados aos utilizadores. [3]

Desde 2011 que a ERSAR recolhe informação sobre todas as entidades gestoras destes serviços, independentemente do modelo de gestão adotado, seguindo de procedimentos e critérios uniformes para a adequada comparação do seu desempenho, em virtude do reforço das

---

<sup>15</sup> Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

competências de regulação do setor pela ERSAR concretizado pelo Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro. [4]

Desta forma, com base nas fichas de avaliação de cada serviço, o presente documento analisa a evolução da avaliação da qualidade do serviço de abastecimento de águas e de saneamento de águas residuais do Município de Monforte no período entre 2011 e 2018.

## ➤ 2. Perfil da entidade gestora (Altas e Baixas)

Os serviços de abastecimento de águas e de saneamento de águas residuais têm sido classificados segundo as designações de alta e baixa em função do tipo de sistema geridos.

As **entidades gestoras de sistemas em alta** inclui as entidades gestoras prestadoras de serviços em alta, de titularidade estatal ou municipal, sem prejuízo de prestarem marginalmente em alguns serviços em baixa [5].

As **entidades gestoras de sistemas em baixa** consistem nas entidades gestoras prestadoras de serviços em baixa, de titularidade estatal ou municipal, sem prejuízo de possuírem marginalmente algumas infraestruturas em alta [5].

Desta forma, o **abastecimento de água no sistema em alta** consiste no conjunto de infraestruturas destinadas essencialmente à captação, ao tratamento e à adução (incluindo elevação e armazenamento) de água para abastecimento público, com exclusão da distribuição, sob exploração e gestão de uma entidade gestora. E o **abastecimento de água no sistema em baixa** compõe-se por um conjunto de infraestruturas destinadas essencialmente à distribuição (incluindo elevação e armazenamento) pelos consumidores finais de água para abastecimento público, importada ou não de um sistema em alta, sob exploração e gestão de uma entidade gestora. Pode eventualmente integrar algumas infraestruturas de captação, tratamento e/ou adução [5].

Por sua vez, o **saneamento de águas residuais no sistema em alta** consiste no conjunto de infraestruturas destinadas essencialmente à interceção, ao tratamento e ao destino final de águas residuais, sob exploração e gestão de uma entidade gestora. E o **saneamento de águas residuais no sistema em baixa** no conjunto de infraestruturas destinadas essencialmente à coleta e à drenagem das águas residuais diretamente aos utilizadores finais sob exploração e gestão de uma entidade gestora. Pode eventualmente integrar algumas infraestruturas de interceção, tratamento e destino final das águas residuais [5].

Desta forma, a presente avaliação da qualidade do serviço de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais é integrado no sistema em baixa nomeadamente pelo Município de Monforte.

### ➤ **3. Indicadores de qualidade do serviço**

A ERSAR implementou um sistema de avaliação da qualidade do serviço de abastecimento de águas e de saneamento de águas residuais, através de um conjunto de indicadores que visam a interface com os utilizadores sejam adequados, o serviço seja sustentável e que correspondam a práticas ambientalmente corretas.

O sistema de indicadores de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, é aplicável tanto nos serviços de abastecimento de água como no sistema de saneamento de águas residuais e ambos são constituídos por três grupos [3]:

- **Adequação da interface com o utilizador**, que consiste em avaliar com base nos critérios de acessibilidade (física e económica) e de qualidade do serviço prestado aos utilizadores.
- **Sustentabilidade da gestão do serviço**, que permite avaliar com base nos critérios de sustentabilidade económica do serviço, de sustentabilidade infraestrutural e de produtividade física dos recursos humanos.
- **Sustentabilidade ambiental**, a avaliar de acordo com os critérios de eficiência na utilização dos recursos ambientais e na prevenção da poluição.

### ➤ **4. Geração de indicadores**

Entende-se por indicador de qualidade do serviço uma medida de avaliação quantitativa da eficiência ou da eficácia de um elemento do serviço prestado pela entidade gestora. A eficiência mede até que ponto os recursos disponíveis são utilizados de modo otimizado para a produção do serviço. A eficácia mede até que ponto os objetivos de gestão, definidos, específicos e realisticamente, são cumpridos [3].

Como referido no ponto 1 do presente documento, o sistema de avaliação baseado em indicadores, foram analisados a partir de 2012 (dados de 2.ª geração), com base em dados operados em 2011, a todas as entidades gestoras de serviços de águas e resíduos em Portugal continental, independentemente da sua titularidade estatal ou municipal e do seu modelo de governança. [5]. Neste quadro, o Município de Monforte integrou-se neste sistema de avaliação da qualidade do serviço de abastecimento águas e de saneamento de águas residuais, que resultou em dados de avaliação desde 2011.

No entanto, o sistema de avaliação sofreu alterações nos quadros indicadores, entre a 2.ª geração de indicadores, que decorreu entre 2011 a 2015 e a 3.ª geração de indicadores entre 2016 – 2018, que corresponde ao último ano em análise.

Os indicadores de 2.ª geração assentavam em 16 indicadores de qualidade para cada um destes dos serviços, enquanto que os indicadores de 3.ª geração são constituídos por um conjunto de 14 indicadores tanto para o abastecimento de águas como de saneamento de águas residuais.

Estas alterações nos indicadores de avaliação foram resultado da experiência ao longo da 2.ª geração de indicadores e na atualização dos planos estratégicos e normas. Estas evoluções dos indicadores resultaram não só na diminuição de dois indicadores, mas também em alterações de determinados indicadores ao nível de formulação, definição e outros elementos para melhores resultados.

Esta alteração é importante de salientar, uma vez que, a presente análise da qualidade dos serviços, incidem sobre a segunda e terceira geração de indicadores com as respetivas alterações.

As fichas relativas a estes dados encontram-se no anexo1

## ➤ **5. Avaliação da qualidade do serviço de abastecimento de água**

De acordo com os indicadores referidos procedeu-se à avaliação dos indicadores no Município de Monforte.

### **5.1. Acessibilidade do Serviço aos Utilizadores**

- AA01 – Acessibilidade física do serviço (%)

A nível do Município de Monforte, a acessibilidade física do serviço em baixa é boa, apenas verifica-se um ligeiro decréscimo na acessibilidade do serviço a partir de 2013 que se manteve até 2018. Este decréscimo pode ser resultado da fiabilidade dos dados de apenas uma estrela, que consiste em dados baseados em estimativas ou extrapolações a partir de uma amostra limitada.

Valores de referência para áreas de intervenção predominantemente rurais

Qualidade do serviço boa	[80; 100]
Qualidade do serviço mediana	[70; 80[
Qualidade do serviço insatisfatória	[0; 70[

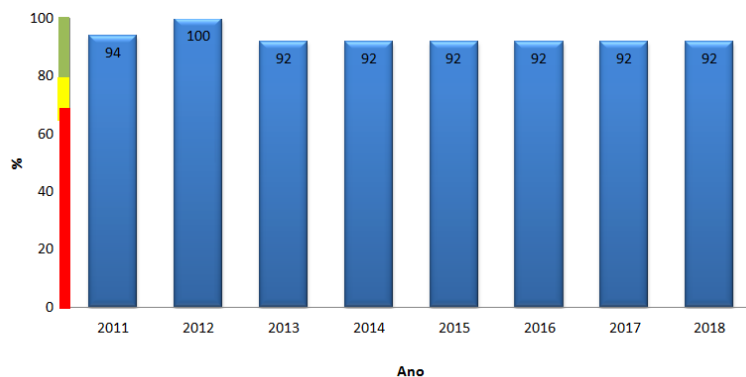


Figura 72

Ano								2018
Acessibilidade física do serviço %	94	100	92	92	92	92	92	92
Avaliação	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa
Fiabilidade dos dados	*	*	*	*	*	*	*	*

Figura 73

• **AA02 – Acessibilidade económica do serviço (%)**

Conclui-se que, que a acessibilidade económica do serviço apresentou uma evolução favorável de 2011 para 2012, que se estagnou até 2014. Em 2015 houve uma ligeira descida, mas em contrapartida a partir de 2016 os valores tiveram um aumento significativo. Verifica-se que a fiabilidade dos dados é máxima e a avaliação é boa em todos os anos em análise.

**Valores de referência para sistemas em**

	alta	baixa
Qualidade do serviço boa	[0; 0,25]	[0; 0,50]
Qualidade do serviço mediana	]0,25 0,50]	]0,50; 1,00]
Qualidade do serviço insatisfatória	]0,50; +∞ [	]1,00; +∞ [

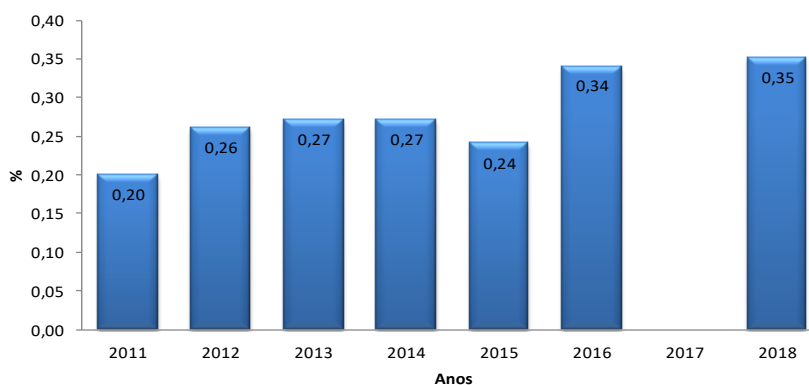


Figura 74

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Acessibilidade económica do serviço %	0,20	0,26	0,27	0,27	0,24	0,34	NA	0,35
Avaliação	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	NA	Boa
Fiabilidade dos dados	***	***	***	***	***	***		***

Figura 75

- **AA03 – Ocorrência de falhas no abastecimento [n.º/ (ponto de entrega ano)] ou [n.º/ (1000 ramais ano)]**

A nível do Município de Monforte, a avaliação da ocorrência de falhas no abastecimento é predominantemente mediana e insatisfatória, devido aos valores elevados entre 2013 a 2016. É de realçar que no ano 2017 a frequência de interrupções no serviço prestado pela entidade gestora teve uma descida muito acentuada face aos anos anteriores, resultando numa avaliação boa.

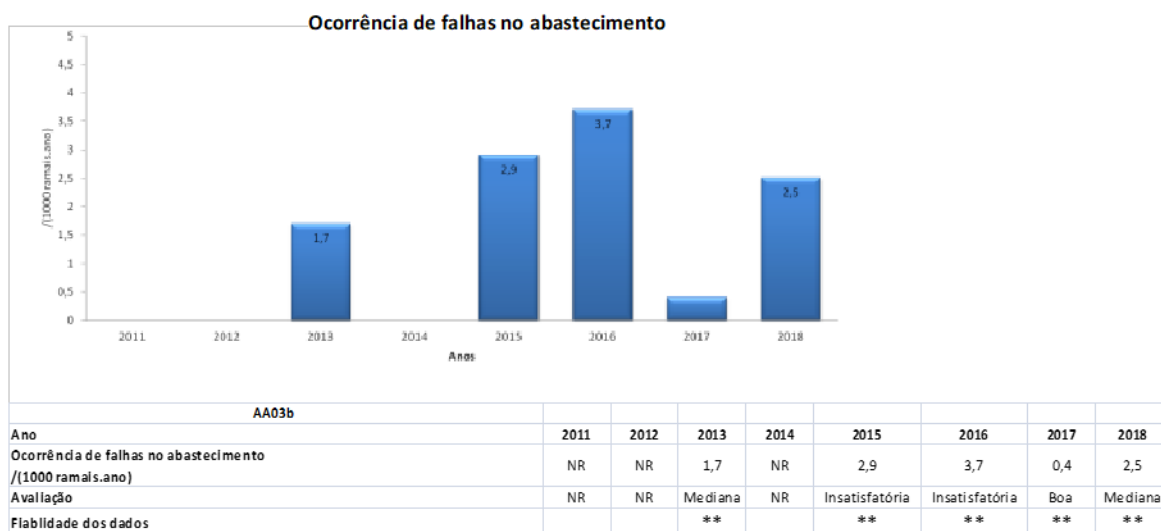
Não obstante 2018, a avaliação teve uma elevação bastante significativa. Nos anos sem informação a entidade gestora não reportou qualquer informação para o cálculo do indicador.

#### Valores de referência para sistemas em baixa

Qualidade do serviço boa [0,0; 1,0]

Qualidade do serviço mediana ]1,0; 2,5]

Qualidade do serviço insatisfatória ]2,5; +infinito [



**Figura 76**

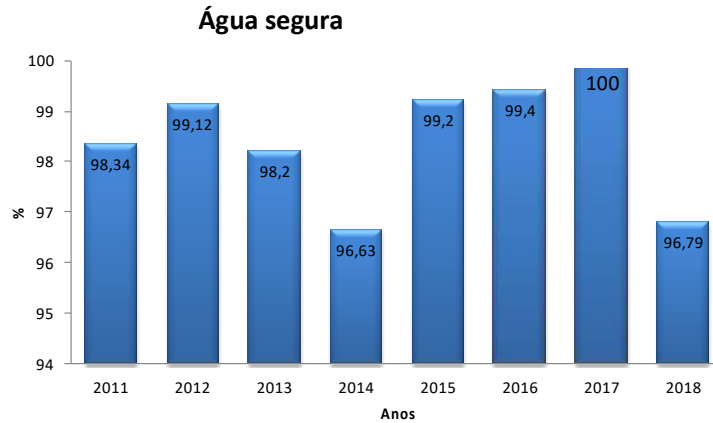
#### **AA04 – Água segura (%)**

Verifica-se, uma elevada qualidade da água fornecida pela entidade gestora, com a avaliação predominantemente boa e mediana. Contudo, é de realçar um decréscimo acentuado a partir de 2012 até 2014. Não obstante, em 2015 até 2017 teve uma subida significativa atingido os 100 % em 2017.

Embora a avaliação continue boa, no ano de 2018 houve uma descida da percentagem da qualidade de água fornecida pela entidade gestora.

Relativamente à fiabilidade dos dados é boa em todos os anos em análise.

<b>Valores de referência para sistemas em</b>	<b>alta e baixa</b>
Qualidade do serviço boa	[98,50; 100]
Qualidade do serviço mediana	[94,50; 98,50[
Qualidade do serviço insatisfatória	[00,00; 94,50[



Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Água segura %	98,34	99,12	98,2	96,63	99,2	99,4	100	96,79
Avaliação	Mediana	Boa	Mediana	Mediana	Boa	Boa	Boa	Boa
Fiabilidade dos dados	***	***	***	***	***	***	***	***

**Figura 77**

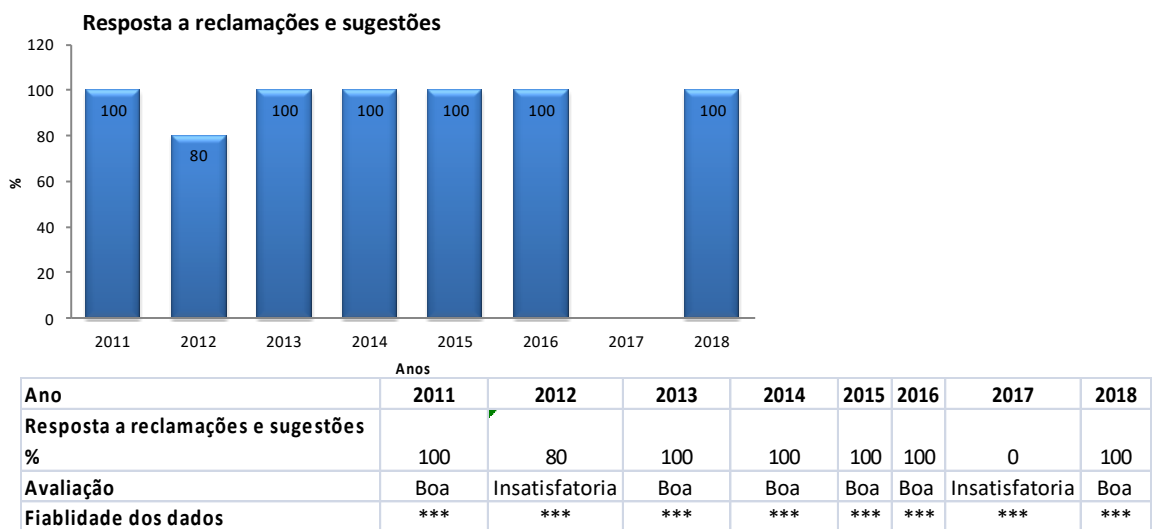
A evolução processada no serviço e abastecimento e saneamento reflete o carácter obrigatório de garantir que se cumprem os parâmetros de qualidade fixados.

#### **AA05 - Resposta a Reclamações e Sugestões**

Conclui-se que no Município de Monforte, a resposta das entidades a reclamações e sugestões é maioritariamente boa com 100% de resposta a reclamações e sugestões, exceto em 2012 e 2017 que a avaliação é insatisfatória. A fiabilidade dos dados é boa em todo o período de análise.

Valores de referência para sistemas em	alta	baixa
Qualidade do serviço boa	100	100
Qualidade do serviço mediana	[95; 100[	[85; 100[
Qualidade do serviço insatisfatória	[0; 95[	[0; 85[



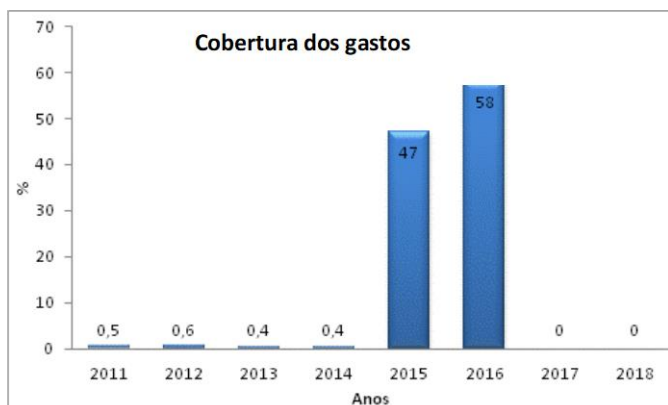


**Figura 78**

### AA06 – Cobertura dos Gastos

Verifica-se que, a cobertura dos gastos totais é insatisfatória, contudo a partir de 2015, o valor da média do indicador para o serviço em alta apresentou uma evolução bastante favorável face aos anos anteriores. É de referir que em 2017 e 2018 não é aplicável esta informação uma vez que a entidade que opera em modelo de gestão direta não inclui esta obrigatoriedade no apuramento de resultados.

Valores de referência para sistemas em	alta e baixa
Qualidade do serviço boa	[100; 110]
Qualidade do serviço mediana	[90; 100[ ou ]110; 120]
Qualidade do serviço insatisfatória	[0,0 ;90[ ou ]120; +∞ [



Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Cobertura dos gastos totais %</b>	0,5	0,6	0,4	0,4	47	58	NA	NA
<b>Avaliação</b>	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	NA	NA
<b>Fiabilidade dos dados</b>	**	**	***	**	***	**		

Figura 79

### AA07 - Adesão ao Serviço

Conclui-se que, no Município de Monforte, a adesão ao serviço obteve uma descida acentuada no período de 2011 com uma avaliação boa para 2012 com uma avaliação insatisfatória. Contudo, no ano seguinte, em 2013 houve uma subida acentuada com uma avaliação boa. Não obstante, no restante período de análise, verifica-se ligeira queda dos valores. Quanto à fiabilidade dos dados, verifica-se que a mesma é baixa em todos os anos de análise.

Valores de referência para sistemas em	baixa
Qualidade do serviço boa	[95,0; 100]
Qualidade do serviço mediana	[90,0; 95,0[
Qualidade do serviço insatisfatória	[0,0; 90,0[



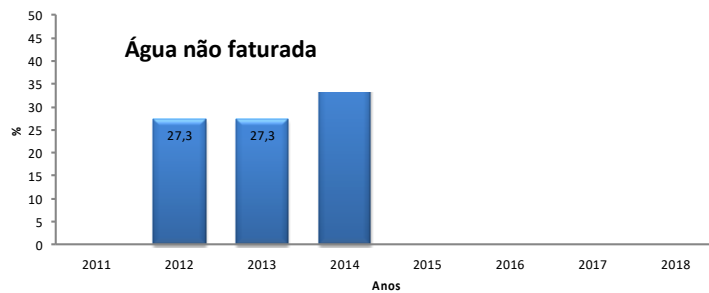
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Adesão ao serviço %</b>	95,5	88,7	96,5	95,7	93,7	93	92,3	91,1
<b>Avaliação</b>	Boa	Insatisfatória	Boa	Boa	Mediana	Mediana	Mediana	Mediana
<b>Fiabilidade dos dados</b>	*	*	*	*	*	*	*	*

Figura 80

### AA08 - Água Não Faturada

Conclui-se que, a percentagem de água não faturada apresenta uma evolução desfavorável, com um aumento significativo de 2012 e 2013 com uma avaliação mediana para 2014 com uma avaliação insatisfatória. Nos anos em que não há registo de dados deve-se ao facto de não ter sido evidenciada capacidade para o reporte dos dados de acordo com as especificações definidas. Nos anos com dados para avaliação a fiabilidade dos dados é baixa.

Valores de referência para sistemas em	alta	baixa
Qualidade do serviço boa	[0,0; 5,0]	[0,0; 20,0]
Qualidade do serviço mediana	]5,0; 7,5]	]20,0; 30,0]
Qualidade do serviço insatisfatória	]7,5; 100]	]30,0; 100]



Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Água não faturada								
%	NR	27,3	27,3	41,3	NR	NR	NR	NR
Avaliação	NR	Mediana	Mediana	Insatisfatória	NR	NR	NR	NR
Fiabilidade dos dados		*	*	*				

Figura 81

### AA09 - Adequação da Capacidade de tratamento

De acordo com as fichas da ERSAR, este indicador não é aplicável ao Município de Monforte, uma vez que a entidade gestora não opera estações de tratamento.

### AA10 (AA09-2.ª geração) – Reabilitação de Condutas

Conclui-se que, não existe reabilitação de condutas no período em análise, com uma avaliação insatisfatória e fiabilidade dos dados baixa.

Valores de referência para sistemas em	alta e baixa
Qualidade do serviço boa	[1,0; 4,0]
Qualidade do serviço mediana	[0,8; 1,0[ ou ]4,0; 20,0[
Qualidade do serviço insatisfatória	[0,0; 0,8[

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Reabilitação de condutas (%/ano)	NR	0	0	0	0	0	0	0
Avaliação	NR	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória
Fiabilidade dos dados		*	*	*		*	*	*

Figura 82

## AA11 (AA10-2.ª geração) – Ocorrência de Avarias em Conduas

Conclui-se que no ano 2013 a ocorrência de avarias em conduas era insatisfatória. No ano seguinte, com dados em análise, 2016, houve uma melhoria significativa, com uma avaliação mediana. Contudo, nos anos seguintes, houve um aumento significativo do número de ocorrência de avarias em conduas por 100km de condua com uma avaliação insatisfatória. Nos anos em que não houve registo de informação, deve-se ao facto de não ter sido evidenciado capacidade para reporte dos dados de acordo com as especificações definidas.

Valores de referência para sistemas em	alta	baixa
Qualidade do serviço boa	[0; 15]	[0; 30]
Qualidade do serviço mediana	]15; 30]	]30; 60]
Qualidade do serviço insatisfatória	]30; +∞ [	]60; +∞ [

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ocorrência de avarias em conduas (100 km.ano)	NR	NR	152	NR	NR	43	111	175
Avaliação	NR	NR	Insatisfatória	NR	NR	Mediana	Insatisfatória	Insatisfatória
Fiabilidade dos dados			*		*	*	*	*

Figura 83

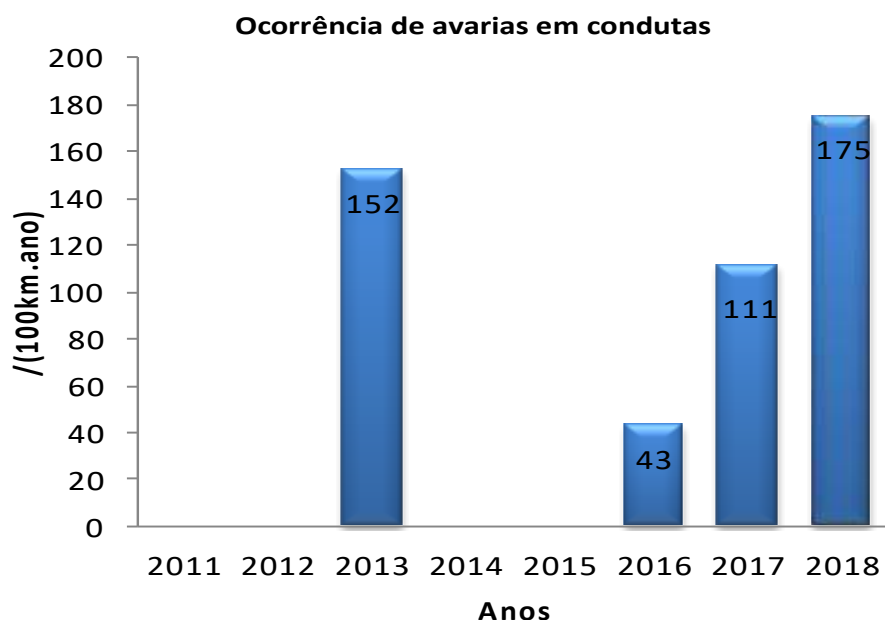
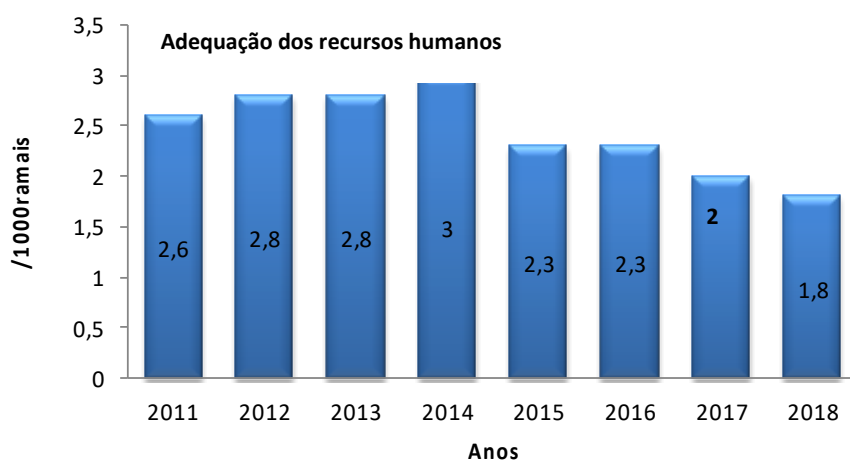


Figura 84

## AA12 (AA11-2.ª geração) – Adequação dos Recursos Humanos

Conclui-se que, a adequação dos recursos humanos no serviço é boa, no entanto no ano 2018 foi mediana. A adequação dos recursos humanos por 1000 ramais teve um ligeiro aumento até 2014, mas a partir do ano seguinte, houve uma diminuição significativa, atingindo o valor mais baixo em 2018

Valores de referência para áreas de intervenção predominantemente rurais  
 Qualidade do serviço boa [2,0; 4,0]  
 Qualidade do serviço mediana [1,5; 2,0[ ou ]4,0; 6,0]  
 Qualidade do serviço insatisfatória [0; 1,5[ ou ]6,0; +∞]



Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Adequação dos recursos humanos (/1000 ramais)	2,6	2,8	2,8	3	2,3	2,3	2	1,8
Avaliação	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Mediana
Fiabilidade dos dados	**	***	***	*	**	**	**	**

Figura 85

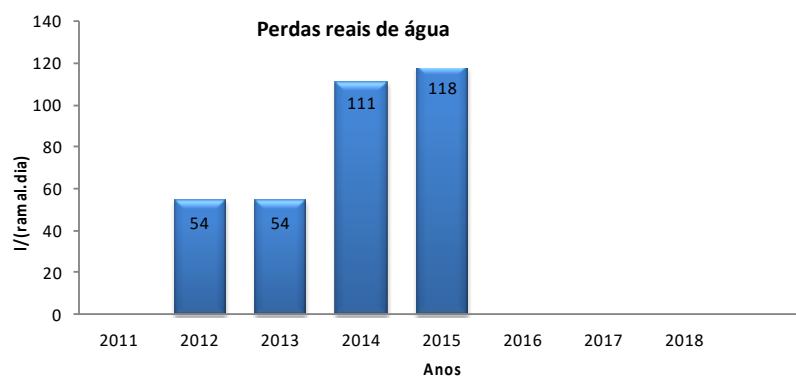
## AA13 (AA12-2.ª geração) – Perdas Reais de Água

A perdas reais de água tem vindo aumentar, isto é, entre 2012 e 2013 a avaliação é boa, contudo a partir de 2014 a 2015 obteve um aumento significativo passando apenas a avaliação a mediana. Quanto à fiabilidade dos dados é baixa.

De acordo com as fichas da ERSAR, os anos em que não existe dados deve-se ao facto de não ter sido evidenciada capacidade para o reporte dos dados de acordo com as especificações definidas.

Valores de referência para sistemas em	baixa
Qualidade do serviço boa	]0; 100]
Qualidade do serviço mediana	]100; 150]
Qualidade do serviço insatisfatória	]150; +∞ [

Este indicador aplica-se a entidades em baixa se a densidade de ramais for igual ou superior a 20/km de rede.



Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Perdas reais de água l/(ramal.dia)</b>	NR	54	54	111	118	NR	NR	NR
<b>Avaliação</b>	NR	Boa	Boa	Mediana	Mediana	NR	NR	NR
<b>Fiabilidade dos dados</b>		*	*	*	*			

Figura 86

#### AA14 – Cumprimento do Licenciamento das Captações

O cumprimento do licenciamento das captações no serviço é insatisfatório, com a fiabilidade dos dados baixa, indiciando potencial de melhoria através da apresentação dos pedidos de licenciamento.

Qualidade do serviço boa	100
Qualidade do serviço mediana	[90; 100[
Qualidade do serviço insatisfatória	[0; 90[

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Cumprimento do licenciamento das captações %	NR	0	0	0	NR
Avaliação	NR	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	NR
Fiabilidade dos dados		*	*	*	

Figura 87

### AA15 (AA13-2.ª geração) Elevatórias – Eficiência Energética de Instalações

Relativamente a este indicador não existe dados referente ao Município de Monforte, dado que não foi evidenciada capacidade para o reporte dos dados de acordo com as especificações definidas.

[kWh/(m <sup>3</sup> .100m)]	
Qualidade do serviço boa	[0,27; 0,40]
Qualidade do serviço mediana	]0,40; 0,54]
Qualidade do serviço insatisfatória	]0,54; 5[

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Eficiência energética de instalações elevatórias kWh/(m <sup>3</sup> .100m)	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR
Avaliação	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR
Fiabilidade dos dados								

Figura 88

### AA16 (AA14-2.ª Geração) – Destino de Lamas do tratamento Encaminhamento adequado de lamas do tratamento (2.ª Geração)

Verifica-se que não existe dados referente ao Município de Monforte, uma vez que, de acordo com as fichas da ERSAR a entidade gestora não opera instalações de tratamento com produção de lamas.

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Destino de lamas do tratamento / Encaminhamento adequado de lamas do tratamento %	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Avaliação	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Fiabilidade dos dados								

Figura 89



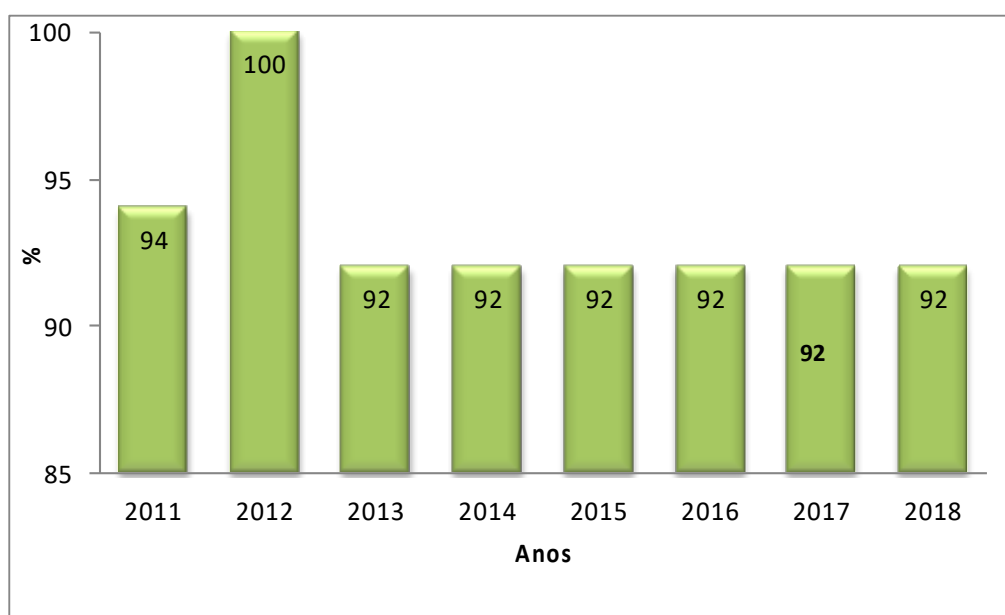
## 6. Avaliação da Qualidade do Saneamento de Águas Residuais

### AR01 – Acessibilidade física do serviço/ Acessibilidade física do serviço através de redes fixas (2.ª geração)

A nível do Município de Monforte, a acessibilidade física do serviço é, no geral, boa, destacando o ano de 2012 com 100%. No entanto, verifica-se um decréscimo na acessibilidade do serviço a partir de 2013 que se manteve até 2018.

<u>Valores de referência para áreas de intervenção predominantemente rurais</u>	
Qualidade do serviço boa	[70; 100]
Qualidade do serviço mediana	[60; 70[
Qualidade do serviço insatisfatória	[0; 60[

**Acessibilidade física do serviço / acessibilidade do serviço através de redes fixas**

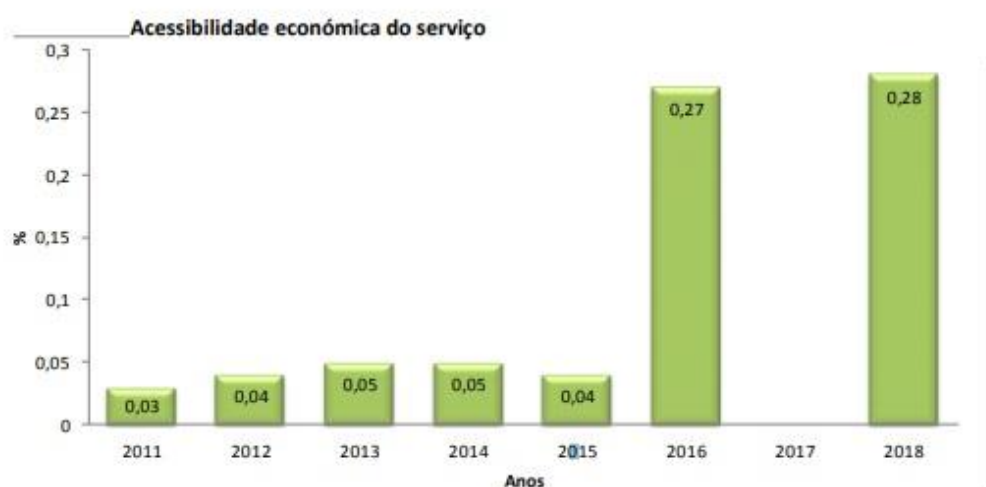


**Figura 90**

## AR02 - Acessibilidade Económica do Serviço

Conclui-se que, que a acessibilidade económica do serviço se manteve estável de 2011 até 2015, contudo a partir de 2016 os valores tiveram um aumento significativo. Relativamente à fiabilidade dos dados é boa em todo o período em análise exceto em 2007 que não houve dados para análise.

Qualidade do serviço boa	[0; 0,50]
Qualidade do serviço mediana	]0,50; 1,00]
Qualidade do serviço insatisfatória	]1,00; +∞[



Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Acessibilidade económica do serviço</b>								
%	0,03	0,04	0,05	0,05	0,04	0,27	NA	0,28
<b>Avaliação</b>	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	NA	Boa
<b>Fiabilidade dos dados</b>	***	***	***	***	***	***		***

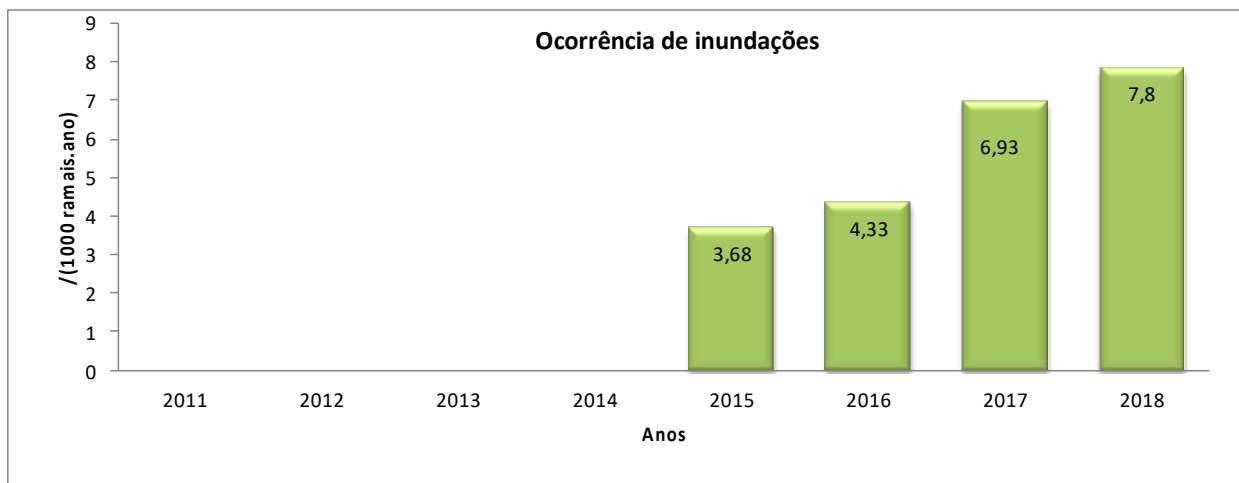
Figura 91

## AR03 – Ocorrência de Inundações

Conclui-se que, a ocorrência de inundações é insatisfatória no serviço e nos anos com dados para análise com um aumento desde 2015 a 2018. Relativamente à fiabilidade dos dados é baixa. Nos anos que não há dados para análise deve-se ao facto de não ter sido evidenciada capacidade para o reporte dos dados de acordo com as especificações definidas.

**Quadro 88. AR03 baixa – Valores de referência [n.º/(1000 ramais.ano)]**

Qualidade do serviço boa	[0,00; 0,25[
Qualidade do serviço mediana	[0,25; 1,00[
Qualidade do serviço insatisfatória	[1,00; +∞[



Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ocorrência de inundações /(1000 ramais.ano)	NR	NR	NR	NR	3,68	4,33	6,93	7,8
Avaliação	NR	NR	NR	NR	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória
Fiabilidade dos dados					*	*	*	*

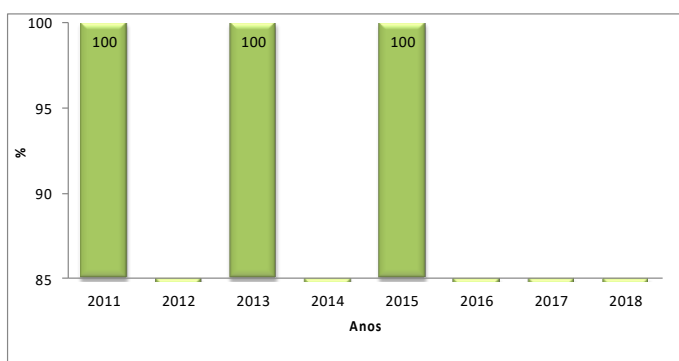
**Figura 92**

#### **AR04 – Resposta a Reclamações e Sugestões**

Conclui-se que, a resposta das entidades a reclamações e sugestões é boa e com a fiabilidade dos dados elevados, nos anos em que a entidade gestora recebeu reclamações e sugestões escritas.

Qualidade do serviço boa	100
Qualidade do serviço mediana	[85; 100[
Qualidade do serviço insatisfatória	[0; 85[

### Resposta a reclamações e sugestões

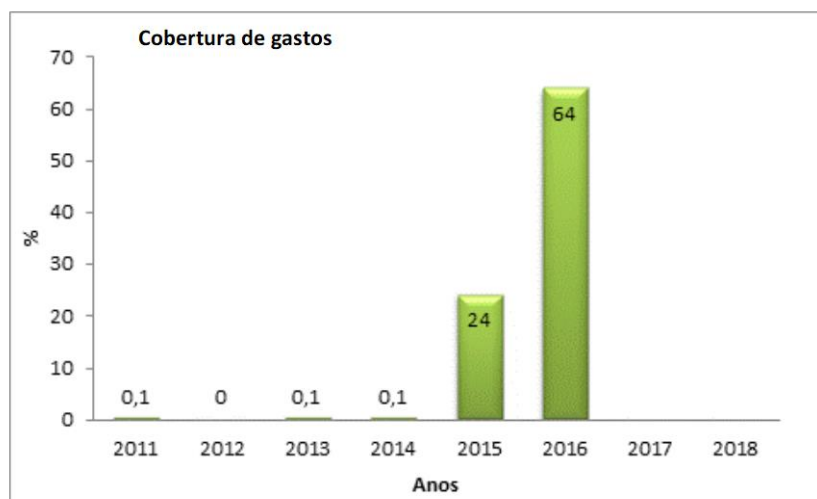


Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Resposta a reclamações e sugestões %	100	NA	100	NA	100	NA	NA	NA
Avaliação	Boa	NA	Boa	NA	Boa	NA	NA	NA
Fiabilidade dos dados	***		***		***			

Figura 93

### AR05 - Cobertura dos Gastos Totais

Qualidade do serviço boa	[100; 110]
Qualidade do serviço mediana	[90; 100[ ou ]110; 120]
Qualidade do serviço insatisfatória	[0; 90[ ou ]120; +∞[

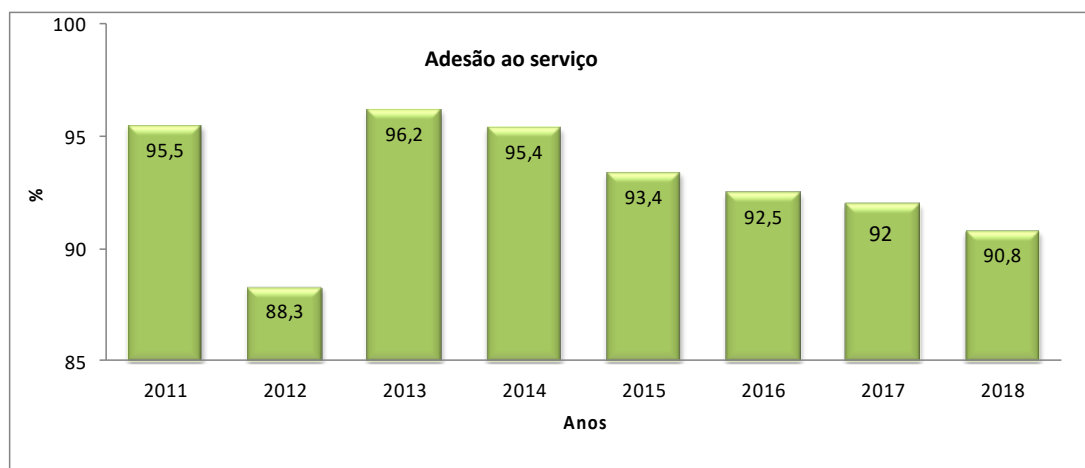


Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Cobertura dos gastos	0,1	0,1	0,1	0,1	24	64	NA	NA
Avaliação	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	NA	NA
Fiabilidade dos dados	**	**	***	***	***	**		

Figura 94

## AR06 – Adesão ao serviço

Qualidade do serviço boa	[95,0; 100,0]
Qualidade do serviço mediana	[90,0; 95,0[
Qualidade do serviço insatisfatória	[0,0; 90,0[



Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Adesão ao serviço								
%	95,5	88,3	96,2	95,4	93,4	92,5	92	90,8
Avaliação	Boa	Insatisfatória	Boa	Boa	Mediana	Mediana	Mediana	Mediana
Fiabilidade dos dados	*	*	*	*	*	***	*	*

Figura 95

Conclui-se que, o valor da média do indicador para o serviço apresenta alguma variação, com uma descida acentuada de 2011 com uma avaliação boa para 2012 com uma avaliação insatisfatória. Em contrapartida, no ano de 2013, houve uma progressão positiva da percentagem de ligações dos utilizadores à infraestrutura física da entidade gestora. Posteriormente, no período entre 2014 a 2018, a avaliação é predominantemente mediana com uma descida gradual da percentagem de adesão ao serviço. Relativamente à fiabilidade dos dados é insatisfatória, com exceção do ano de 2016 que é boa.

## AR07 – Adequação da capacidade de tratamento

Qualidade do serviço boa	[80; 100]
Qualidade do serviço mediana	[60; 80[
Qualidade do serviço insatisfatória	[0; 60[

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Adequação da capacidade de tratamento %	NA	NA	NA	NA	NA
Avaliação		NA	-	NA	NA
Fiabilidade dos dados					

Figura 96

Relativamente a este indicador não existe dados referente ao Município de Monforte, uma vez que a entidade gestora não opera estações de tratamento.

### AR08 (AR07-2.ª geração) - Reabilitação de coletores

Quadro 106. AR08 baixa e alta – Valores de referência (%)

Qualidade do serviço boa	[1,0; 4,0]
Qualidade do serviço mediana	]0,8; 1,0[ ou ]4,0; 100[
Qualidade do serviço insatisfatória	[0,0; 0,8[

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Reabilitação de coletores %/ano	0	0	0	0	0	0	0	0
Avaliação	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória
Fiabilidade dos dados	*	*	*	*	*	***	**	**

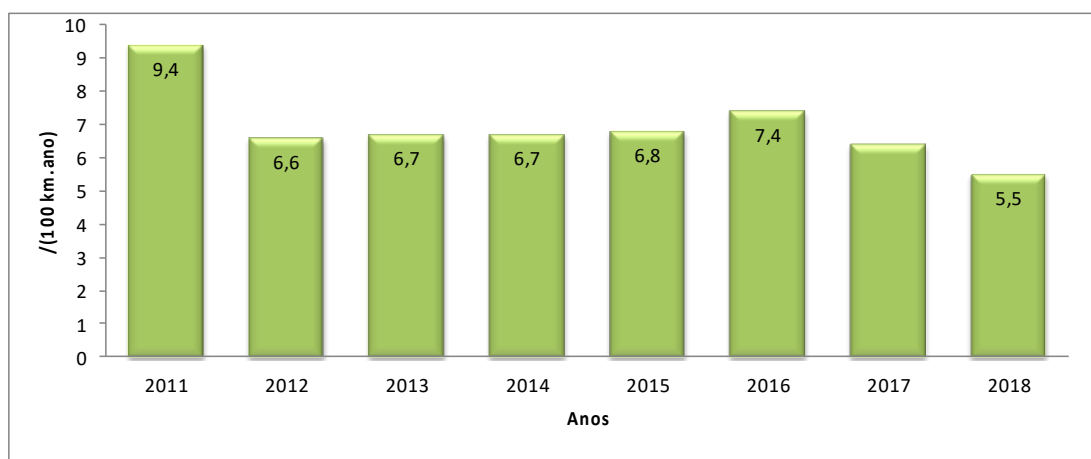
Figura 97

Conclui-se que reabilitação de coletores apresenta nível insatisfatório em todo o período de análise. Relativamente à fiabilidade dos dados, verifica-se uma evolução favorável a partir de 2016.

### AR09 (AR08-2.ª geração) - Ocorrência de colapsos estruturais em coletores

Conclui-se que, a ocorrência de colapsos estruturais em coletores no serviço é boa, não existindo ocorrências de colapsos estruturais por 100 km de colector. Relativamente à fiabilidade dos dados, nos dois primeiros anos é boa e má nos últimos anos de informação. Nos anos sem dados significa que não foi evidenciada capacidade para o reporte dos dados de acordo com as especificações.

Qualidade do serviço boa	0,0
Qualidade do serviço mediana	]0,0; 2,0]
Qualidade do serviço insatisfatória	]2,0; +∞[



Adequação dos recursos humanos

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Adequação dos recursos humanos / (100 km².ano)	9,4	6,6	6,7	6,7	6,8	7,4	6,4	5,5
Avaliação	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa
Fiabilidade dos dados	*	**	**	**	**	**	**	*

Figura 98

### AR11 (AR10-2.ª geração) elevatórias. Eficiência energética de instalações

Relativamente a este indicador, não existem dados uma vez que não foi evidenciada capacidade para o reporte dos dados de acordo com as especificações definidas.

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Eficiência energética de instalações elevatórias Kwh/(m³.100m)	NR	NR	NR	NR	NR	NA	NA	NA
Avaliação	NR	NR	NR	NR	NR	NA	NA	NA
Fiabilidade dos dados								

Figura 99

### AR12 (AR11-2.ª geração) Destino adequado de águas residuais recolhidas / Acessibilidade física ao tratamento (2.ª geração)

Conclui-se que, o destino adequado de águas residuais recolhidas é boa, com 100% da ligação efetiva das redes de drenagem a sistemas de tratamento de águas residuais.

Qualidade do serviço boa	100
Qualidade do serviço mediana	[95; 100[
Qualidade do serviço insatisfatória	[0; 95[

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Destino adequado de águas residuais recolhidas / Acessibilidade física ao tratamento %	100	100	100	100	100	100	100	100
Avaliação	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa
Fiabilidade dos dados	*	*	*	*	*	***	*	*

Figura 100

### AR13 (AR12-2.ª geração) Controlo de descargas de emergência

Conclui-se que, que o controlo de descargas de emergência é insatisfatório. De acordo com as fichas da ERSAR, nos anos em análise em que não existe informação deve-se ao facto de a entidade gestora não opera ETAR com capacidade igual ou superior a 10 000 e.p. nem instalações elevatórias com capacidade instalada igual ou superior a 20 l/s.

Qualidade do serviço boa	]90; 100]
Qualidade do serviço mediana	]80; 90]
Qualidade do serviço insatisfatória	[0; 80]

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Adequação dos recursos humanos %	NR	0	0	0	0	NA	NA	NA
Avaliação	NR	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Insatisfatória	Na	NA	NA
Fiabilidade dos dados		**		**	*			

Figura 101

### AR14/ AR15 (AR13-2.ª geração) Controlo de descargas emergência

Não se aplicam uma vez que, de acordo com as fichas da ERSAR, a entidade gestora não opera instalações de tratamento.

### AR16 (AR14 - 2.ª geração) Cumprimento da licença de descarga

Relativamente a este indicador e de acordo com as fichas da ERSAR, a entidade gestora não opera instalações de tratamento.

Conclui-se: As figuras 102, 103 e 104 sintetizam o cumprimento dos objetivos na qualidade fornecimento de água, mas também as fragilidades existentes nos sistemas de tratamento, embora



sejam de equacionar os níveis de eficiência e eficácia nos serviços prestados pela entidade gestora em parceria com o Município.

I.2.1	Água distribuída por habitante	Águas residuais drenadas por habitante	Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água	Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais	Proporção das massas de água com bom estado químico	Proporção de massas de água com bom estado/ potencial ecológico
	m <sup>3</sup> /hab.		%			
	2016 Po			2013-2015		
Monforte	44,4	55,7	92,0	92,0	x	54,5

Figura 102. Indicadores de Ambiente para o Município, 2013-2015 e 2016-2017. Fonte: ERA Alentejo 2017.

I.2.2	Análises regulamentares obrigatórias	Análises realizadas obrigatórias	Análises em falta	Análises realizadas com valor paramétrico		Água segura
	N.º			Total	Em incumprimento do valor paramétrico	%
	Monforte	645	645	0	495	0

Figura 103. Qualidade das Águas para Consumo Humano para o Município, 2017. Fonte: AER Alentejo 2017.

I.2.3	Água captada			Perdas nos sistemas de abastecimento de água	Total	Águas residuais drenadas			Águas residuais tratadas em estações de tratamento de águas residuais	Estações de tratamento de águas residuais	
	Total	Origem do caudal				Total	Origem				
		Águas subterrâneas	Águas de superfície				Doméstico	Não doméstico			Ignorado/não especificado
Monforte	8 245	6 488	0	136 840	x	171 693	142 709	28 984	0	224 886	5

Figura 104. Água Abastecida pelas Entidades Gestoras de Sistemas Públicos Urbanos, Drenagem e Tratamento de Águas Residuais para o Município, 2016 Fonte: AER Alentejo, 2017.

## 7. Recolha e Tratamento de Resíduos

Ao nível do sistema de recolha e tratamento de resíduos este é garantido pela entidade gestora da VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., efetuando o Município apenas a recolha dos resíduos sólidos urbanos.

A gestão dos ecopontos é efetuada pela entidade, bem como o tratamento de todos os resíduos. De salientar que a análise dos dados de recolha, nomeadamente seletiva são prestados pela entidade gestora à ERSAR.

As figuras seguintes identificam o volume e custos do Município pela gestão dos resíduos, sendo de referir que a receita é 28,1% da despesa, o que permite identificar que 82% são cobertos pela despesa pública. Quanto ao destino identifica-se um hiato no aproveitamento energético dos mesmos, sendo a maioria depositada em aterro e representando recolha seletiva 18,5% do total, pelo que no âmbito da revisão do PDMM deverá ter-se em atenção estes dados, pelo que deverão ser definidas ações na Estratégia Municipal para ir ao encontro dos objetivos de orientações de política da EU para uma economia circular.

▶ continuação continued

1.2.9	Receitas				Despesas			
	Total	Gestão de resíduos	Proteção da biodiversidade e da paisagem	Outros	Total	Gestão de resíduos	Proteção da biodiversidade e da paisagem	Outros
Monforte	52	52	0	0	329	185	144	0

Unidade: milhares de euros

**Figura 105** Receitas e Despesas do Município segundo os Domínios de Gestão e Proteção do Ambiente, 2017. Fonte: AER Alentejo, 2017.

▶ continuação continued

1.2.8	Resíduos urbanos recolhidos			Resíduos urbanos geridos				
	Total	Tipo de recolha		Total	Tipo de destino			
		Indiferenciada	Seletiva		Aterro	Valorização energética	Valorização orgânica	Valorização multimaterial
Monforte	2 289	1 866	423	2 027	1 298	0	528	201

Unidade: t

**Figura 106.** Resíduos Urbanos por Tipo de Recolha e Tipo de Destino para o Município, 2016. Fonte: AER Alentejo, 2017.

### 3.2.2 Outras Variáveis

O setor das agroindústrias e agroalimentar são dos setores mais importantes na NUTSIII do Alto Alentejo. Na unidade territorial de Monforte este setor ligado à agricultura constitui o principal motor da economia local, atingindo relevância nacional e tendo setores exportadores (vinhos, azeite e sementes). Se no setor agroalimentar e agroindústrias todas as unidades foram sujeitas a parecer das entidades da tutela, a sua monitorização e avaliação está sujeita a critérios já referidos através da qualidade das águas residuais, sendo necessário nalguns gases proceder de acordo com as tipologias de indústria.

A construção recente de um lagar em Monforte para tratamento do bagaço da azeitona colocou algumas dúvidas perante a emanação de fumos e algum odor, no entanto o mesmo obteve os pareceres necessários para o seu funcionamento e está obrigado a proceder a análises periódicas do vapor de água emitido.

Um setor que merece alguma análise mais profunda e respetiva avaliação é o setor agrícola com a alteração de culturas e refere-se, nomeadamente ao olival intensivo e superintensivo, amendoal, cujos investimentos e áreas aumentaram consideravelmente nos últimos anos<sup>16</sup>, sendo necessário comparar a carta de ocupação do solo existente com a nova cartografia e atualizar a tipologia de culturas e áreas ocupadas na revisão do PDM.

O uso e ocupação do solo são determinantes na qualidade ambiental<sup>17</sup>, face a uma situação de alterações climáticas onde se alteram períodos de seca com chuvas concentradas em curtos intervalos de tempo (e o efeito erosivo), pelo que a gestão de aquíferos e de mobilização dos solos determina a sustentabilidade futura da peneplanície Alentejana.

De salientar que o município no PDMM definiu a sua estrutura ecológica municipal e com estruturas verdes urbanas e que tem procedido à sua aplicação pelo que a revisão do PDM deve contemplar a gestão destas áreas, muito em particular a ZPE, em articulação com os espaços em RAN e REN e outros valores que garantem a biodiversidade. No entanto verifica-se através dos dados constantes da fig.105 que o Município investe na Proteção da Biodiversidade e da paisagem e não obtém qualquer receita.

#### **4. Avaliação da Execução do Planeamento Municipal**

Neste capítulo pretende-se avaliar a execução do planeamento Municipal e em particular dos seus instrumentos de gestão, tendo como ponto de partida não o PDMM em vigor, mas desde o primeiro PDM, atendendo às circunstâncias em que ocorreu a 1ª revisão, sem que tenha sido apresentado um relatório sobre o estado do ordenamento do território.

Se em termos de ordenamento do território não existem diferenças significativas entre o PDMM de 1ª geração e o atual, o mesmo não se pode aplicar aos instrumentos de planeamento municipal que se foram adaptando perante uma realidade que exigia mudança na forma de abordagem dos constrangimentos à sustentabilidade local e ao desenvolvimento socioeconómico.

Os próprios IGT foram-se adaptando ao longo de cerca de 20 anos, em que esteve em vigor o 1º PDMM, apesar da sua revisão se ter iniciado em 2003, a sua não conclusão, até 2015, teve como consequência sucessivas alterações, que corresponderam a necessidades de conformidade com

---

<sup>16</sup> observação in loco e comparação de ortofomapas.

<sup>17</sup> No capítulo de avaliação do PDMM o uso e ocupação do solo serão analisados e avaliados.

instrumentos de nível superior e de correção de restrições de utilidade pública pela sua deficiente cartografia.

Durante o intervalo de tempo em que decorreu a revisão do PDMM foram processadas as respetivas alterações que foram já incorporadas no PDMM de 2015, pelo que importava perceber se teriam existido alterações de uso e ocupação de solo relativamente ao PDMM de 1ª geração. Ou seja, qualquer alteração de solo rústico para urbano, pelo que se verificou que durante a implementação dos PU as seguintes deliberações:

### **PU de Monforte: (Relativo à questão da RAN) - (2002/2003)**

Duas preocupações fundamentais da CMM, que justificam a necessidade de elaboração destes planos:

- A primeira prendia-se com a necessidade de corrigir desadequações gradualmente detetadas entre as plantas de ordenamento urbano do PDM e a realidade, motivadas sobretudo pela imprecisão da cartografia base à escala 1: 5000 então disponível. A segunda tinha origem no estrangulamento da possibilidade de proceder a ligeiras expansões das áreas urbanas, quer destinadas a habitação, quer a atividades económicas, quer ainda a equipamentos públicos, dado que as áreas previstas para o efeito ou já tinham sido ocupadas ou não se mostravam adequadas para o efeito.

Deste modo, o PU procurou ir ao encontro às preocupações do município, tanto pela transposição e adequação das disposições do PDM a uma cartografia mais rigorosa e atualizada como pela quantificação das necessidades de expansão e proposta de afetação de solo para o efeito.

Foi princípio básico desta proposta, expresso entre os objetivos do plano em documento próprio, que deveria ser preservada a identidade urbanística e os valores ambientais e paisagísticos existentes, mantendo a unidade e contenção do tecido construído. Assim, as áreas de expansão previstas não só se reduziram a mínimos considerados indispensáveis como ocuparam espaços na continuidade imediata da área já urbanizada, tão próxima das suas áreas centrais quanto possível. Tentou-se sempre evitar a afetação de áreas sujeitas a servidões e restrições de utilidade pública, nomeadamente solos incluídos na RAN, buscando localizações alternativas possíveis ou afetando essas áreas a Zonas Verdes Públicas.

No entanto, no PU de Monforte, bem como no de Santo Aleixo, considerou-se não existirem alternativas satisfatórias à ocupação de pequenas áreas afetadas à RAN.

O PU de Monforte apresentava-se particularmente difícil neste domínio. Com efeito, entre as áreas contíguas ao aglomerado urbano, apenas alguns hectares a sul da praça de touros não estavam afetos à RAN. Esta área foi assim incluída entre as áreas de expansão de equipamentos. Ainda assim, as restantes expansões necessárias obrigaram à ocupação de três parcelas suplementares, devidamente identificadas nas plantas anexas:

1. Uma parcela de cerca de 2,0 ha, a norte da zona industrial, acomodando uma área de expansão industrial e uma pequena zona habitacional;
2. Uma parcela de cerca de 2,0 ha, entre a Estrada para Elvas e a praça de touros, permitindo instalar uma área de expansão habitacional;
3. Uma parcela de cerca de 2,0 ha, a norte do estádio municipal, possibilitando a expansão da área de equipamentos desportivos, nomeadamente, mediante a construção de uma pista de atletismo;

Estas são, em virtude do conjunto de condicionalismos atrás descritos, as áreas sujeitas ao regime RAN abrangidas pelo perímetro urbano proposto pelo PU de Monforte.

O PDMM de 2015 revoga o PU de Monforte, mas estas áreas continuam classificadas como urbanas:

- a primeira é a área de expansão da zona industrial, estando qualificada como espaço de indústria, comércio e serviços, integrado na UOPG de área de expansão industrial Sul (M-C). A pequena Zona habitacional refere-se ao loteamento da Calçadinha (Fig. 119)
- a segunda parcela corresponde ao solo qualificado como espaço de urbanização programada, na UOPG de expansão Norte de Monforte (M-D), cuja área é superior na sua totalidade, mas tal prendia-se com as ligações previstas à estrada de Elvas e desta à EM 18. (Fig. 119)
- o terceiro está qualificado como espaço urbano de equipamentos e incluído na área de equipamentos identificada (fig. 117) e cuja pista de atletismo não foi construída, mas que hoje integra a envolvente e toda a área de equipamentos desportivos.

Esta questão será avaliada através das cartas de ordenamento por freguesia, tendo com ponto de partida o atual PDM em vigor (2015) e os instrumentos de planeamento implementados pelo Município, as ARU, por freguesia, segundo a classificação e qualificação do solo proposta nos IGT em vigor. De salientar que a nova lei de bases, o RJIT e **Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de**

agosto, estabelecem a reclassificação e qualificação do solo, pelo que o mesmo deverá obedecer á legislação em vigor na revisão do PDMM.

Da mesma forma os perímetros urbanos deverão neste contexto ser reavaliados e devidamente justificados, face á estratégia municipal definida aquando da revisão do PDMM, considerando que deixou de existir a qualificação de solo como “urbanizável”.

Relativamente á avaliação do das restrições de utilidade pública, em particular a REN, sofreu alteração legislativa, pelo que se alteraram alguns dos critérios, bem como a cartografia tem um desvio significativo, que será ultrapassado com a utilização de nova base cartográfica que está a ser elaborada pela CIMAA.

Quanto aos PROF estão em revisão pelo que devem ser considerados na revisão do PDMM na respetiva carta de ordenamento.

Consultado o anuário estatístico de 2017, conforme Fig. 107 esta é a situação de uso e ocupação do solo á data de 2015 que deverá ser atualizada durante a revisão do PDMM. Salienta-se que a artificialização do solo per capita é superior á da NUTS III, mas tal deve-se á baixa densidade populacional da unidade territorial.

Classes de uso e Ocupação do solo									
Km <sup>2</sup>									
	Territórios artificializados	Área agrícola	Área de pastagens	Sistemas agroflorestais	Área florestal	Área de matos	Espaços descobertos ou com vegetação esparsa	Zonas húmidas	Corpos de água
Alto Alentejo	70,19	1.435,1 1	1.046,64	1.263,63	1.853,76	304,36	16,62	0	93,67
Monforte	3,11	99,06	146,89	141,81	24,72	1,19	ni	0	3,43

Figura 107. Classes de Uso e Ocupação do Solo para a NUTS III do Alto Alentejo e Concelho de Monforte. Fonte: AER Alentejo, 2017

<b>Territórios artificializados</b>			
	<b>Evolução da eficiência dos territórios artificializados por habitante %</b>	<b>Territórios artificializados per capita m<sup>2</sup> /hab</b>	<b>Produtividade dos territórios artificializados milhões de euros/Km<sup>2</sup></b>
Alto Alentejo	-20,5	602,3	22,851
Monforte	-16,8	997,8	x

Figura 108. Territórios Artificializados para a NUTS III do Alto Alentejo e Concelho de Monforte. Fonte: ERA Alentejo, 2017. Publicado em 2018.

#### 4.1. Solo Urbano

A avaliação foi efetuada com o cálculo das áreas afetas aos respetivos espaços urbanos e sua qualificação, de acordo com o PDMM em vigor e atual ocupação. A metodologia utilizada foi o cálculo das áreas afetas às diferentes qualificações de solo, tendo por base as cartas de ordenamento e as áreas consideradas no PDMM em vigor comparando com a evolução de ocupação de solo, não só durante estes últimos 4 anos, mas nos últimos 24 anos, nomeadamente os loteamentos incluídos em espaços urbanos e urbanizáveis. A avaliação foi efetuada por freguesia. A não existência de cartografia homologada limitou uma abordagem mais aprofundada dos espaços urbanos e a urbanizáveis, bem como de espaços de equipamentos e verdes, programados que se justifica ser mais detalhada aquando da revisão do PDMM.

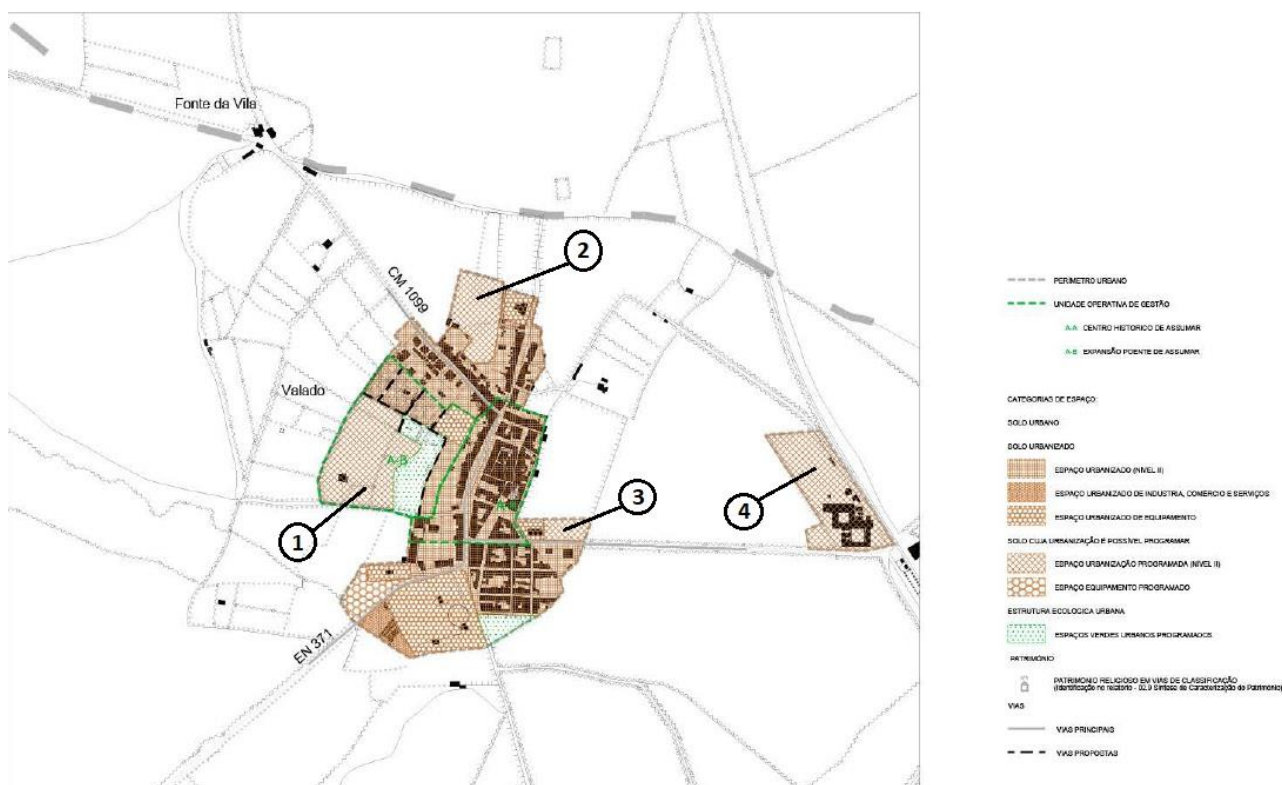


Figura 109. Carta de Ordenamento do Aglomerado Urbano de Assumar: Espaços Urbanização Programada (Nível II). Fonte: PDMM.

Aglomerado Urbano	Código	Área (m <sup>2</sup> )
Assumar	1	30151,89
	2	14494,31
	3	4034,18
	4	29895,10
	<b>TOTAL</b>	<b>78575,48</b>

Figura 110. Áreas dos Espaços de Urbanização Programada do Aglomerado Urbano de Assumar. Fonte: Carta de Ordenamento de Assumar.

O PDMM de 2015 propõe para o Aglomerado Urbano de Assumar 3 zonas de expansão no total de 4,9 há (49 000 m<sup>2</sup>), mantendo-se a área identificada com o código 4 na Carta de Ordenamento (Fig. 109 e 110) (Centro de Recuperação de Menores de Assumar). Verifica-se que as respetivas áreas de expansão não foram ocupadas com novas operações de loteamento, exceção para a área identificada em 4, que continua a ser uma área de suporte ao funcionamento do Centro de Recuperação de Menores de Assumar.

**Espaço Urbanizado (Nível I):** Corresponde ao espaço urbano consolidado. Este espaço contempla a UOPG do Centro Histórico de Assumar e os novos loteamentos já construídos (Fig.119). Salienta-se a



existência atualmente do instrumento de planeamento que contempla a reabilitação do edificado consolidado com mais de 30 anos: ARU do Aglomerado Urbano de Assumar.

**Espaço Urbanizado de Equipamento:** Área de 31068,30 m<sup>2</sup>. Corresponde à área consolidada onde se localiza a praça de touros, o polidesportivo, o antigo campo de futebol e o cemitério municipal. Considerou-se este espaço urbano com necessidade de reabilitação, estando contemplado no Plano Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da respetiva Área de Reabilitação Urbana.

**Espaço Urbanizado de Indústria, Comércio e Serviços:** Área de 0,5 ha. Corresponde a área que continua a ser utilizado para depósitos de resíduos. Não tendo até ao momento qualquer utilização, estando prevista a sua regeneração no âmbito da envolvente à praça de touros, conforme definido no PERU da respetiva ARU do Aglomerado Urbano de Assumar. Logo deverá ser equacionada a sua qualificação na estrutura urbana no processo de revisão do PDMM.

**Espaço de Equipamento Programado:** Área de 7169,63 m<sup>2</sup>. O PDM de Monforte de 2015 reconhece não existir carência de equipamentos na vila de Assumar, ainda assim reconhece a necessidade de instalação de equipamentos complementares aos existentes, nomeadamente no domínio da saúde, infância ou terceira idade, mas de pequena dimensão, pelo que se questiona a necessidade da existência de um espaço de equipamento programado quando não está prevista até ao momento qualquer construção de equipamento complementar em Assumar. A qualificação deste espaço deve ser revista.

**Infraestruturas:** Não existem estrangulamentos ao nível das infraestruturas nomeadamente de abastecimento e saneamento e energia elétrica. No entanto ao nível viário e da mobilidade identificou-se a necessidade de beneficiação do CM 1099 de ligação ao IP2.

**Espaços Verdes Urbanos Programados:** Saliencia-se a existência de uma faixa de espaço verde público ao longo de uma linha de água a sul do aglomerado (já identificada na carta de ordenamento como espaço verde urbano programado). Este espaço foi regenerado no âmbito do PAICD para a freguesia de Assumar e encontra-se identificado no PERU da respetiva ARU. De referir ainda que existe espaço verde no interior do aglomerado que deverá manter-se, devido às suas características rurais e as suas

possibilidades de ser aproveitado tanto para a atividade agrícola (pequenas hortas), como para atividade lúdica e de lazer.

As **UOPG's** definidas deverão ser equacionadas face à nova qualificação de solo urbano e a necessidade ou não de manter espaços de urbanização programada considerando que a prioridade do município é a reabilitação urbana (Fig. 119)

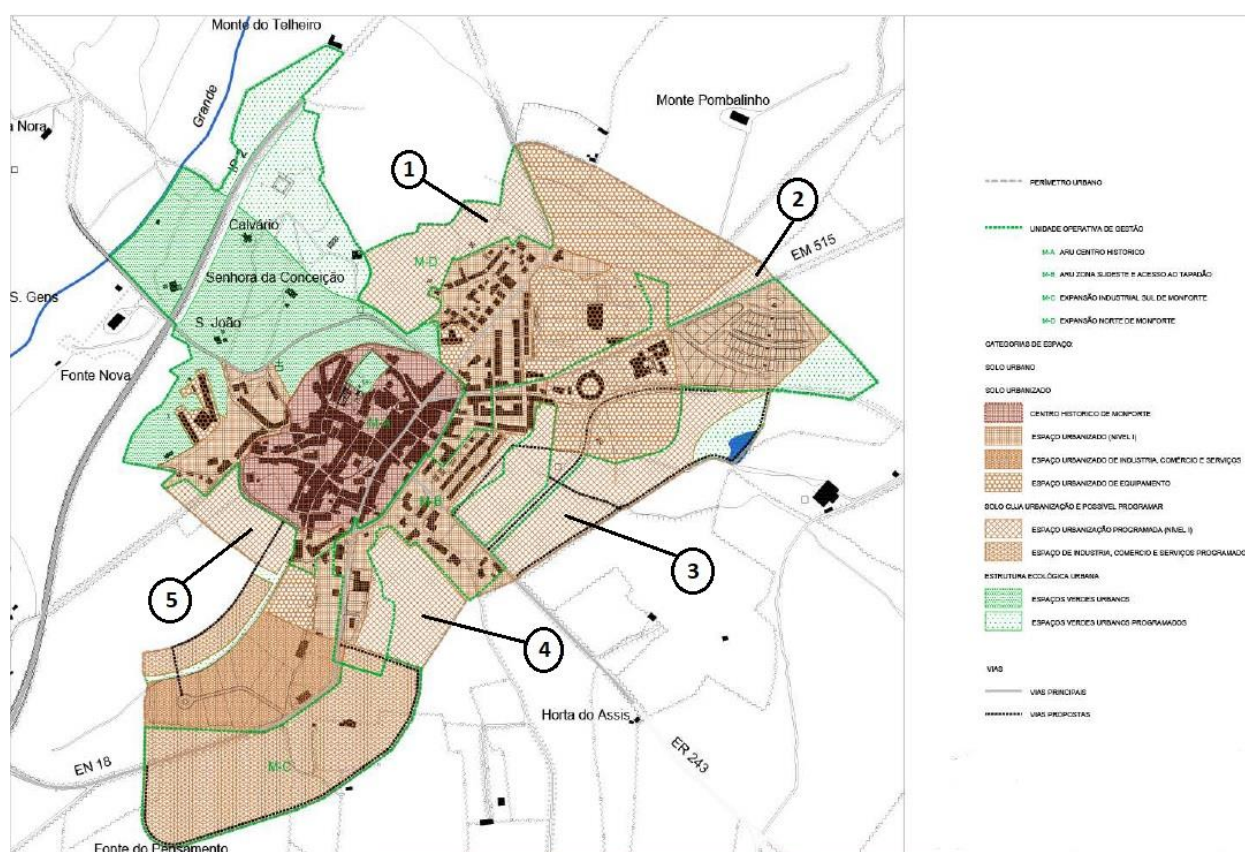


Figura 111. Carta de Ordenamento do Centro Urbano de Monforte: Espaços de Urbanização Programada (Nível I). Fonte: PDMM.

Centro Urbano	Código	Área (m <sup>2</sup> )
Monforte	1	50989,20
	2	6788,54
	3	101903,44
	4	38864,76
	5	24099,20
	<b>TOTAL</b>	<b>222645,14</b>

Figura 112. Áreas dos Espaços de Urbanização Programada do Centro Urbano de Monforte. Fonte: Carta de Ordenamento de Monforte.

Segundo a Carta de Ordenamento do PDMM de 2015, são propostas 5 áreas de expansão (Fig. 111 e 112), cujas áreas foram corrigidas à escala, pelo que se deve equacionar na revisão do PDM a qualificação destes espaços urbanos atendendo a que o município desenvolveu instrumentos de planeamento como a ARU da Entrada Sudeste e Acesso ao Tapadão e a ARU do Centro Histórico. Tendo como objetivo a requalificação do edificado e do espaço público.

**Espaços Urbanizados (Nível I):** Corresponde a espaços consolidados e quase na sua totalidade preenchidos. Pelo que se encontram englobados na sua maioria nas suas ARU definidas para a Zona Sudoeste e Acesso ao Tapadão. Na figura 118 identificam-se ainda os espaços urbanos disponíveis para habitação, que estão incluídos neste solo urbanizado de nível I. O solo urbanizado e identificado como Centro Histórico está devidamente programado através da ARU do Centro Histórico que com a aprovação da ORU definiu um Plano Estratégico de Reabilitação Urbana. Assim, estes PERU devem ser considerados como instrumento de planeamento para estas duas áreas, e a incluir na revisão do PDMM.

**Espaço Urbanizado de Indústria, Comércio e Serviços:** O espaço urbanizado de Indústria, Comércio e Serviços corresponde à área consolidada da atual zona industrial de Monforte (4,9 ha) e que está atualmente ocupado na sua totalidade. Está previsto um Espaço de Indústria, Comércio e Serviços Programado, com 11,7 ha e outra faixa com 1,5 ha, atualmente o município está a proceder à ampliação desta zona industrial, tendo iniciado o processo de concurso público e a respetiva candidatura sido aprovada no âmbito do PORA 2020. Tal justifica-se face à procura existente no concelho de Monforte para a instalação de novas empresas. Pelo que se deve questionar a necessidade de mais área afeta à expansão da zona industrial na revisão do PDMM, bem como a área total para a atual ampliação, pois verifica-se que esta irá ocupar uma área de aproximadamente de 7,5 ha.

**Espaço Urbanizado de Equipamento:** O PDMM reconhece não existir carência de equipamentos na vila de Monforte, mantendo a necessidade de uma área de expansão de equipamentos desportivos (no anterior Plano de Urbanização) com a eventual construção de uma pista de atletismo. A figura 117, identifica as áreas ocupadas com equipamentos, pelo que se conclui que a área existente deverá ser avaliada atendendo a que existem equipamentos previstos no espaço urbano,

nomeadamente no Centro Histórico, Rossio de Monforte e ainda na área norte envolvente à sala polivalente.

**Espaços Verdes Urbanos:** O PDMM identifica que a envolvente rural não justifica a criação de novas áreas verdes de grande dimensão. No entanto, está previsto segundo a Carta de Ordenamento, espaços verdes urbanos programados na área envolvente ao Loteamento do Tapadão. Salienta-se que o mesmo neste momento já se encontra em parte concretizado, com a reabilitação desta envolvente e construção de ciclovia. No entanto deverá a revisão do PDMM concretizar ainda os espaços verdes urbanizados do Rossio de Monforte que integram a ARU do Centro Histórico, incluindo os espaços verdes programados definidos na Carta de Ordenamento.

**Infraestruturas:** O PDMM não identifica estrangulamentos ao nível das infraestruturas, no que diz respeito à circulação viária, estacionamento, ao saneamento básico e ao abastecimento de água, energia elétrica e telecomunicações. No entanto o município, identificou através das ARU, a necessidade de se proceder à reabilitação do espaço público, definindo novas zonas de estacionamento e acessos pedonais, cujas obras foram já efetuadas no âmbito dos planos de mobilidade urbana sustentável, estando ainda projetada outras ações que permitam melhorar a conectividade urbana (PERU das respetivas ARU). Assim deverá a revisão do PDMM considerar estas intervenções de reabilitação urbana e de requalificação do espaço público, bem como as unidades de intervenção definidas nas ARU e ORU do Centro Histórico e da Entrada Sudeste e Acesso ao Tapadão.

As **UOPG's** contemplam as áreas de expansão já referidas anteriormente e cujas áreas estão representadas na Figura 119. Estas unidades só concretizaram a expansão sul e parte do Acesso Sul a Monforte, estando incluída na ARU da Entrada Sudeste e Acesso ao Tapadão. Pelo que a revisão do PDMM deverá questionar a continuidade destas UOPG's.

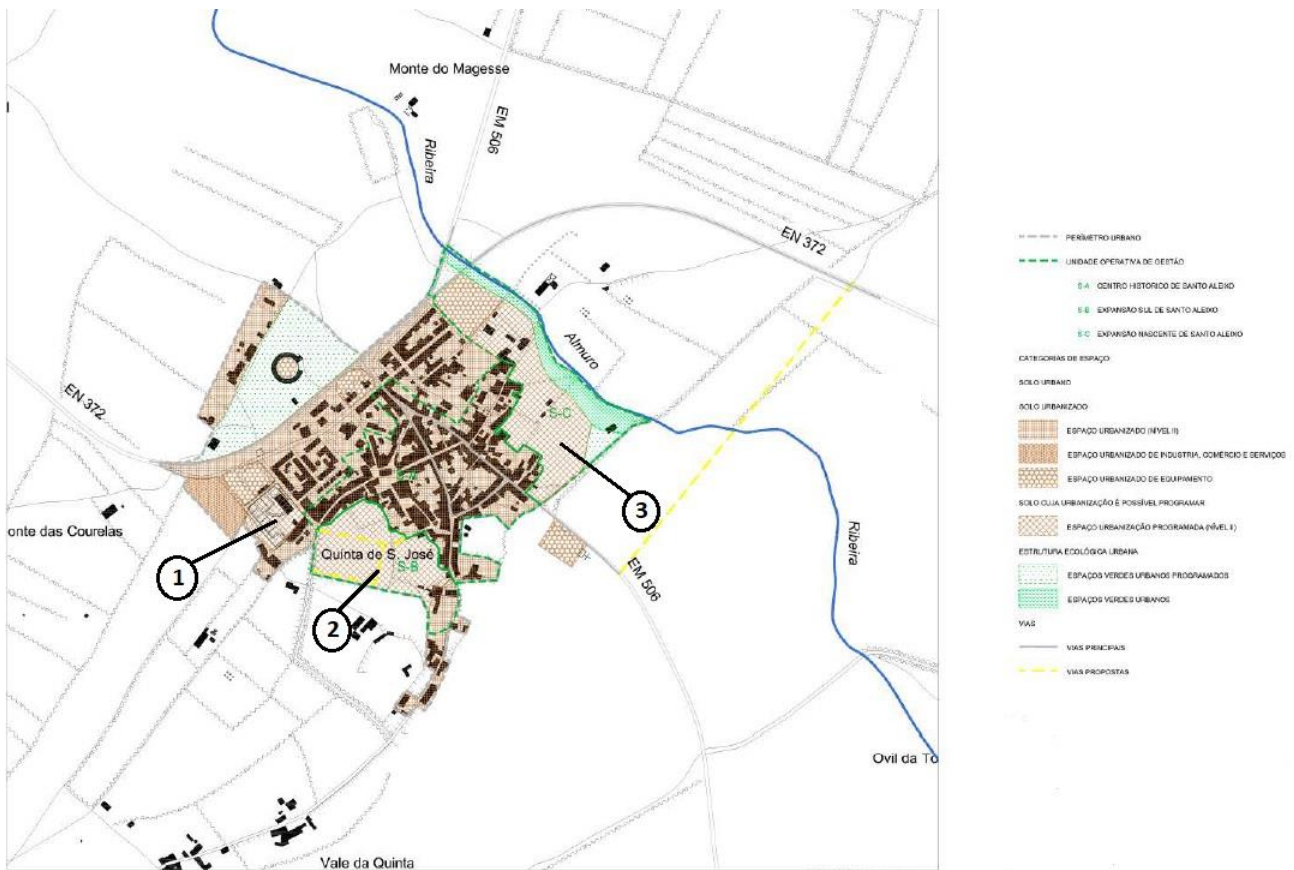


Figura 113. Carta de Ordenamento Aglomerado Urbano de Santo Aleixo: Espaços Urbanização Programada (Nível II).

Aglomerado Urbano	Código	Área (m <sup>2</sup> )
Santo Aleixo	1	8594,30
	2	32712,36
	3	38828,31
	<b>TOTAL</b>	<b>80134,97</b>

Figura 114. Áreas dos Espaços de Urbanização Programada do Aglomerado Urbano de Santo Aleixo. Fonte: PDMM

**Espaço Urbanizado (Nível II):** Corresponde à área consolidada do tecido urbano, encontrando-se a sua maioria totalmente ocupada, destacando-se o Centro Histórico de Santo Aleixo, cuja reabilitação está prevista, bem como da sua envolvente na ARU do Aglomerado Urbano de Santo Aleixo. A Figura 118, identifica os loteamentos e as áreas/lotes ainda vagos.

**Espaço de Urbanização Programada (Nível II):** que corresponde à área identificada na figura (113 e 114), com o código 3 encontra-se em parte ocupado com a construção do Lar de Idosos de Santo Aleixo. Pelo que se questiona a necessidade da totalidade desta área de expansão, atendendo a que

foi definida uma ARU para o respetivo aglomerado urbano. A expansão sul da Quinta de São José, identificada com o código 2, deverá ser considerada como uma área a consolidar, atendendo ao povoamento existente neste espaço urbanizado, em que o espaço rural deverá ser mantido de acordo com as características e identidade do local. O espaço identificado com o código 1 é uma área inframunicipal que confina com uma área urbana consolidada, e que está a ser objeto de operação de regeneração com qualificação de espaço verde, passeio pedonal e ciclovia, pelo que na revisão do PDMM, este solo urbanizado deverá possuir outra qualificação, de acordo com a nova função a atribuir.

**Espaço Urbanizado de Equipamento:** De acordo com a figura 117, identificam-se as áreas de equipamentos, encontrando-se os mesmos consolidados, à exceção do antigo campo de futebol e sua envolvente, que poderá ser regenerado para outras funções, atendendo a que não possui qualquer utilização na atualidade.

**Espaço Urbanizado de Indústria, Comércio e Serviços:** Este espaço encontra-se na zona a regenerar, junto ao polidesportivo, pelo que deverá ter outra qualificação ao nível do solo urbano. De referir que o PDMM salienta que as funções ao nível do comércio e serviços, bem como da indústria artesanal existente não possuem qualquer incompatibilidade com a função habitacional. Pelo que poderão se localizar nas zonas habitacionais.

**Espaços Verdes Urbanos:** Os espaços verdes urbanos existentes devem ser mantidos consolidados atendendo a que se situam junto à Ribeira do Almuro e estão integrados em REN e Estrutura Ecológica Urbana.

**Espaços Verdes Urbanos Programados:** Os espaços verdes urbanos programados referem-se à envolvente à Praça de Touros, que se pretende qualificar seja ao nível dos acessos, bem como o reforço das áreas de lazer.

**Infraestruturas:** O PDMM identifica que não existem estrangulamentos ao nível das infraestruturas. No entanto ao nível do saneamento básico, o município identifica a necessidade de remodelação da rede de esgotos pluviais e domésticos em baixa, bem como a melhoria da circulação viária e áreas de

estacionamento, promovendo a mobilidade urbana, tal como consta no PERU da respetiva ARU do Aglomerado Urbano de Santo Aleixo.

As **UOPG's**, em relação a estas, deverá ser questionada a sua manutenção atendendo a que a ARU e a ORU estabelecem as ações e as operações urbanísticas a realizar de acordo com o PERU. As UOPG's identificadas na Figura 119, com as respetivas áreas, permite aferir na revisão do PDMM a necessidade e continuidade da expansão nascente de Santo Aleixo, enquanto o Centro de Histórico e a Expansão Sul de Santo Aleixo estão incluídas na respetiva ARU. Assim, a revisão do PDMM deve considerar as alterações de funções propostas para o solo urbano.



Figura 115. Carta de Ordenamento Aglomerado Urbano de Vaiamonte: Espaços Urbanização Programada (Nível II).

Fonte: PDMM

Aglomerado Urbano	Código	Área (m <sup>2</sup> )
Vaiamonte	1	18556,42
	2	70555,76
	3	77392,48
	<b>TOTAL</b>	<b>166504,66</b>

Figura 116. Áreas dos Espaços de Urbanização Programada do Aglomerado Urbano de Vaiamonte. Fonte: PDMM

**Espaço Urbanizado (Nível II):** Corresponde a espaços consolidados do tecido urbano incluindo o Centro Histórico de Vaiamonte. Esta área encontra-se quase na totalidade integrada na ARU do Aglomerado Urbano de Vaiamonte.

**Espaço de Urbanização Programada (Nível II):** Corresponde a duas áreas que se articulam com o tecido urbano, no entanto será de considerar a necessidade da sua continuidade, atendendo à existência dos loteamentos, conforme a Figura 118 com lotes ainda possíveis de ser ocupados, e a aposta na reabilitação do edificado através do instrumento de planeamento da ARU do Aglomerado Urbano de Vaiamonte. Salienta-se que a área identificada com o código 3 (Fig.115 e 116) está referida no PDMM como uma zona de “Quintinhas” com índices urbanísticos específicos para “sustentar a necessidade de regularização de edificações existentes, sem aumentar o índice construtivo”. Pelo que considerando o novo RJGT, bem como a nova qualificação e classificação do solo, se deverá considerar na revisão do PDMM, estas variáveis e alterar o seu uso e função.

**Espaço Urbanizado de Indústria, Comércio e Serviços:** O PDMM identifica esta área face à necessidade de instalação de armazéns ou pequenas indústrias. Considerando os investimentos no setor agrícola nesta freguesia, bem como o valor económico que o mesmo representa para o desenvolvimento local deverá manter-se esta área, evitando as construções dispersas em solo rural.

**Espaço Urbanizado de Equipamento:** As áreas identificadas na figura 117 não se justifica a criação de mais áreas afetas a esta função, pretendo o município qualificar os equipamentos existentes e as suas áreas envolventes, de acordo com o PERU da respetiva ARU do Aglomerado Urbano de Vaiamonte.

**Espaços Verdes:** Estes espaços embora não estejam identificados na Carta de Ordenamento, salienta-se a importância da Estrutura Ecológica Municipal definida pelo que se deverá ser objeto de conservação e preservação natural e paisagística.

**Infraestruturas:** O PDMM não identifica estrangulamentos ao nível das infraestruturas. No entanto o município identificou a necessidade de reabilitação do espaço público, estabelecendo no PERU da



ARU, áreas de estacionamento e circulação e mobilidade urbana, nomeadamente a ligação por passeio pedonal entre o Monte das Freiras e o Aglomerado Urbano de Vaiamonte.

As **UOPG's**, de acordo com a Figura 119 identifica-se somente uma unidade operativa de planeamento e gestão, que está incluída na ARU do respetivo Aglomerado Urbano de Vaiamonte, constituindo um instrumento de planeamento para esta unidade, pelo que será de considerar na revisão do PDMM.

**Lugar dos Prazeres:** Dada a sua relativa dimensão territorial e o número de residentes deverá equacionar-se todas as propostas de classificação e qualificação do solo na revisão do PDMM. Devido à sua especificidade e interesse histórico e cultural deverá ser elaborado um plano específico para a sua revitalização.

**Figura 117. Áreas dos Espaços de Equipamentos Existentes por Aglomerado Urbano. Fonte: PDMM**

Aglomerado Urbano	Área do Espaço Urbanizado de Equipamento (m <sup>2</sup> )	Ocupação da Área do Espaço Urbanizado de Equipamento Atual	Área do Espaço de Equipamento Programado (m <sup>2</sup> )	Ocupação da Área do Espaço de Equipamento Programado Atual
Monforte	197716,03	Sala Polivalente; Campos de Ténis; Piscina Municipal Descoberta; Piscina Municipal Coberta; Pavilhão Gimnodesportivo; Estádio Municipal; Escola Básica; Escola Primária; Praça de Touros; Quartel dos Bombeiros Voluntários; Lar da Misericórdia; Motel; Cemitério Municipal;	0,00	-
Santo Aleixo	23969,07	Antigo Campo de Futebol; Praça de Touros; Escola Primária, Jardim de Infância; Campo Polidesportivo; Cemitério Municipal;	0,00	-
Assumar	31068,30	Cemitério Municipal; Praça de Touros; Campo Polidesportivo; Antigo Campo de Futebol;	7169,63	S/ Ocupação de Equipamentos;
Vaiamonte	30749,97	Lar de Idosos; Igreja de Sto. António; Cemitério Municipal; Praça de Touros; Campo Polidesportivo;	0,00	-
Prazeres	656,05	Cemitério Municipal;	0,00	-
<b>Total</b>	<b>284159,42</b>	-	<b>7169,63</b>	-

**Figura 118. Operações de Loteamento no Concelho de Monforte desde 1995. Fonte: PDMM e elaboração própria**

Aglomerado urbano	Loteamento	Classe de Espaço do PDM	Área Total do Loteamento (m <sup>2</sup> )	Área Total dos Lotes (m <sup>2</sup> )	Área Total de Ocupação	Nº de lotes	Nº de Lotes Construídos	Nº de Lotes Vagos
Monforte	Loteamento do Tapadão	Espaço Urbanizado (Nível I) e Espaço Verde Programado	61750,00	21775,62	12477,65	62	54 <sup>18</sup>	8
Monforte	Loteamento da Entrada Sudeste	Espaço Urbanizado (Nível I)	19180,53	-	2396,00 <sup>19</sup>	21 <sup>20</sup>	20 <sup>21</sup>	0
Monforte	Loteamento da Calçadinha	Espaço Urbanizado (Nível I), Espaço Urbanização Programada (Nível I)	16643,31	-	2352,17	11	5	6 <sup>22</sup>
Santo Aleixo	Loteamento das Casas Altas	Espaço Urbanizado (Nível II)	5981,39	2243,19	948,09	9	5	4
Assumar	Loteamento dos Loureiros	Espaço Urbanizado (Nível II)	13415,00	7544,00	3453,50	21	18 <sup>23</sup>	3
Assumar	Conjunto Habitacional de Assumar	Espaço Urbanizado (Nível II)	9184,54	5097,35	1824,08 <sup>24</sup>	27 <sup>25</sup>	22 <sup>26</sup>	0
Vaiamonte	Loteamento da Asseca <sup>27</sup>	Espaço Urbanizado (Nível II)	46193,00 <sup>28</sup>	22091,08 <sup>29</sup>	5292,95	30	25	5

<sup>18</sup> Na atualidade (2019) existe 1 lote com construção iniciada, mas não concluída, e 3 lotes com projeto de construção aprovada.

<sup>19</sup> Área Total de ocupação dos lotes com função habitacional desde 1995 (não inclui a área de ocupação dos lotes com função de serviços públicos, nomeadamente da divisão de finanças, centro de saúde e antiga escola EPRAL/atual Centro de Atividades de Tempos Livres e Instalações de Apoio e Dinamização Sociocultural).

<sup>20</sup> Número de lotes construídos conforme a análise da planta do respetivo loteamento.

<sup>21</sup> Número de lotes ocupados (20), pois houve um lote que estava destinado à construção do quartel dos bombeiros, que, entretanto, foi construído num outro local. Neste lote encontra-se atualmente o largo/prça da Entrada Sudeste.

<sup>22</sup> Número de lotes previstos para construção segundo uma planta com uma proposta de lotes para o Loteamento da Calçadinha, datada de 2015.

<sup>23</sup> Do número total de lotes (21) que constavam do respetivo loteamento, 2 lotes foram devolvidos ao Município, e estão atualmente 3 lotes por preencher.

<sup>24</sup> Área Total de ocupação dos lotes com função habitacional desde 1995.

<sup>25</sup> Número de lotes construídos conforme a análise do respetivo loteamento, que se iniciou em 1983.

<sup>26</sup> Número de lotes, conforme análise de planta do loteamento com data de 1997.

<sup>27</sup> O Loteamento da Asseca com data de 1978, contemplava a construção de 81 lotes (61 lotes para venda para habitação e 20 lotes para habitação social).

<sup>28</sup> Corresponde à área total do Loteamento da Asseca (1978).

<sup>29</sup> Esta área (1996) corresponde apenas a uma parte do Loteamento/Bairro da Asseca datado de 1978. As construções do edificado concretizaram-se por fases.

Freguesia	UOPG	Área (m <sup>2</sup> )
Assumar	Centro Histórico de Assumar (A-A)	46822,53
	Expansão Poente de Assumar (A-B)	61956,39
	Centro de Recuperação de Menores (A-C)	29895,1
Monforte	ARU do Centro Histórico (M-A)	383769,7
	ARU da Zona Sudeste e Acesso ao Tapadão (M-B)	217496,88
	Expansão Industrial Sul de Monforte (M-C)	114216,07
	Expansão Norte de Monforte (M-D)	50989,2
Santo Aleixo	Centro Histórico de Santo Aleixo (S-A)	92928,37
	Expansão Sul de Santo Aleixo (S-B)	37443,3
	Expansão Nascente de Santo Aleixo (S-C)	69463,3
Vaiamonte	Centro Histórico de Vaiamonte (V-A)	65597,48

Figura 119. Área UOPG por freguesia. Fonte: PDMM e elaboração própria

## 4.2. Solo Rural

*“O território do concelho de Monforte, é ocupado com as culturas tradicionais da região alentejana em que se insere, não ocorrendo factos de diferenciação ou especificidade dignos de referência.*

*O montado de azinho ou sobro com maior ou menor densidade, é o uso dominante, nomeadamente na parte norte e centro do concelho, sendo o azinho dominante.*

*O montado isolado de sobro tem menor expressão, ocorrendo em blocos de pequenos núcleos de forma dispersa no concelho.*

*A cultura arvense de sequeiro sem coberto arbóreo ocorre em três núcleos mais distintos: a Nordeste do concelho, na zona de Vaiamonte e na zona de Santo Aleixo.*

*As culturas arvenses ou pastagens associadas à rotação, com povoamento disperso de azinho/sobro aparecem em manchas distribuídas por todo o concelho.*

*O Olival ocupa as áreas envolventes próximas dos núcleos urbanos de Monforte, Vaiamonte e Santo Aleixo, com menos expressão em Assumar, associado a pequena propriedade e culturas hortícolas de subsistência.*

*As margens do Vale da Ribeira de Almuro, Samarra e Outeiro são ocupadas por montado de azinho associado à ocorrência de afloramentos rochosos, e na sua maior parte sem cultura arvense de sequeiro. As zonas de cabeceira são normalmente ocupadas por matos com povoamento de azinho. A área de montado de azinho tem importância e significado em termos concelhios pela sua extensão. Pontualmente e sem expressão a nível concelhio ocorrem pequenas áreas de Eucalipto e resinosas, junto a Santo Aleixo e Monforte e no caminho para Arronches já próximo do limite do concelho.” (in PDMM)*

A metodologia utilizada corresponde a uma comparação entre a qualificação do solo rural, agora designado rústico entre o PDMM em vigor, atendendo a que os dados utilizados na revisão, apesar de ser aprovado em 2015, são do recenseamento agrícola de 2009, quando deveriam já ter sido atualizados pelo de 2009, que estão referidos no anuário estatístico de 2010. A pertinência desta qualificação do solo rústico prende-se com a importância do setor agrícola tem no Concelho de Monforte, bem como a sua sustentabilidade futura, seja ao nível dos recursos naturais como da biodiversidade. Assim, não se deixou de efetuar esta avaliação com os dados de 2009, pelo que se reconhece que a revisão do PDMM deverá, com base na nova cartografia e o acompanhamento do levantamento do atual recenseamento agrícola a decorrer, proceder a uma atualização da qualificação do solo rústico com base na legislação em vigor.

### **Anuário Estatístico Região Alentejo 2010, com dados referentes a 2009 (Ano em que foi realizado o Recenseamento Agrícola).**

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Explorações agrícolas com superfície mobilizada das culturas temporárias (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de mobilização do solo; Decenal				
	Período de referência dos dados				
	2009				
	Tipo de mobilização do solo				
	Total	Convencional	Mobilização reduzida	Mobilização na zona ou na linha	Sementeira directa
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Monforte	72	11	59	-	3

Explorações agrícolas com superfície mobilizada das culturas temporárias (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de mobilização do solo; Decenal - INE, Recenseamento agrícola - 2009

**Figura 120. Nº de Explorações Agrícolas com Superfície Mobilizada das Culturas Temporárias para o Município, 2009. Fonte: INE, Recenseamento Agrícola, 2009.**

III.5.1	Superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração	SAU por unidade trabalho ano (UTA)	Blocos por exploração	Unidade trabalho ano por exploração	Valor da produção padrão total por exploração	Valor da produção padrão total por hectare de superfície agrícola utilizada	Valor da produção padrão total por unidade trabalho ano	Explorações com rendimento do produtor agrícola singular exclusivamente da exploração	Superfície agrícola utilizada em conta própria
	ha		N.º	UTA		€		%	
Monforte	152,8	100,0	1,80	1,5	56 218,1	368,0	36 783,4	13,6	46

Figura 114. Indicadores da Agricultura e Floresta para o Município, 2009. Fonte: AER Alentejo 2010.

III.5.1	Explorações		Tractores por 100 hectares da superfície agrícola utilizada	Bovinos por exploração	Vacas leiteiras por exploração	Suínos por exploração	Ovinos por exploração	Caprinos por exploração	Cabeças normais por SAU
	Com sistema de rega	Com tractor							
	%		N.º						
Monforte	10,76	46,8	0,5	234,4	25,0	95,6	181,7	64,8	0,45

Figura 122. Indicadores da Agricultura e Floresta para o Município, 2009. Fonte: AER Alentejo 2010.

III.5.1	Produtores agrícolas singulares com actividade a tempo completo na exploração	Produtores agrícolas singulares mulheres	Produtores agrícolas singulares com formação profissional agrícola	Produtores agrícolas singulares com formação secundária ou superior	Idade média do produtor agrícola singular	População agrícola familiar por 100 habitantes	Idade média da mão-de-obra agrícola familiar
	%				Anos	N.º	Anos
Monforte	32,66	17,59	15,08	17,59	62	13,2	59

Figura 115. Indicadores da Agricultura e Floresta para o Município, 2009. Fonte: AER Alentejo, 2010.

III.5.2	Explorações								SAU					
	Área	Total	Sem SAU	Inferior a 1ha	1 ha a < 5 ha	5 ha a < 20 ha	20 ha a < 50 ha	Superior ou igual 50 ha	Total	Inferior a 1ha	1 ha a < 5 ha	5 ha a < 20 ha	20 ha a < 50 ha	Superior ou igual 50 ha
Monforte	39 738	252	1	14	65	40	23	109	38 500	9	120	406	664	37 301

Figura 116. Explorações e Superfície Agrícola Utilizada (SAU) para o Município, segundo as Classes de SAL, 2009. Fonte: AER Alentejo, 2010.

III.5.3	Superfície agrícola utilizada		Terra arável		Horta familiar		Culturas permanentes		Pastagens permanentes	
	Explorações	Área	Explorações	Área	Explorações	Área	Explorações	Área	Explorações	Área
	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha
Monforte	251	38 500	92	5 641	5	4	140	1 968	156	30 887

Figura 125. Explorações para o Município, segundo a Utilização da SAL, 2009. Fonte: AER Alentejo, 2010.

III.5.5	Total		Natureza Jurídica				Forma de exploração da superfície agrícola utilizada					
			das quais				Total		das quais			
	Produtor singular		Sociedade		Conta própria				Arrendamento			
	N.º	ha	N.º	ha			N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha
Monforte	252	39 738	199	16 842	51	22 489	251	38 500	180	17 862	76	20 220

**Figura 126. Explorações Agrícolas para o Município, segundo a Natureza Jurídica e a Forma de Exploração, 2009. Fonte: AER Alentejo, 2010.**

Monforte	Ano						
	1999			2009			
	Superfície Total			Superfície Total			
	Nº de Explorações	de Área (HA)	HA/Exploração	Nº de Explorações	de Área (HA)	HA/Exploração	
252	38 818	154,04	252	38 500	152,8		

**Figura 127. Explorações Agrícolas e Hectares no Concelho em 1999 e 2009. Fonte: AER Alentejo.**

Partindo da análise da figura 127, referente à superfície total associada ao número e dimensão de explorações agrícolas existentes no concelho de Monforte podemos observar que num período de 10 anos, nomeadamente entre 1999 e 2009 que o número de explorações agrícolas se manteve igual (252), não existindo alterações no que respeita a este indicador. No entanto a área de solo ocupada (ha) passou de 38 818 ha em 1999 para 38 500 ha em 2009, verificando-se assim uma diminuição de 318 ha da superfície ocupada com explorações agrícolas. A mesma tendência também se observou na média da dimensão em hectares/por exploração agrícola, pois em 1999 registava-se uma média de 154,04 ha e posteriormente esta diminuiu para uma média de 152,8 ha, o que significou uma redução de 1,24 ha na média de ha/por exploração agrícola. Estes resultados podem estar associados a fatores como eventualmente à aplicação da Rede Natura 2000 em que a área aplicada no concelho de Monforte é de 3035 ha correspondente a uma ZPE (Zona de Proteção Especial) o que condicionou a utilização de explorações agrícolas intensivas nesta área pelo que poderá ser o fato da diminuição da SAU. Da análise efetuada ao solo rural e integrado em RAN desde 1995 até 2015 verificou-se que somente 6 ha foram incluídos em solo urbano em 2003. No entanto sendo impossível neste momento proceder-se a uma avaliação desta SAU face à existência de cartografia atualizada deverá a revisão do PDMM identificar na Carta de Ocupação e Uso do Solo as áreas afetas à SAU. Neste sentido,

objetivo é identificar se existiu alguma condicionante ao desenvolvimento da atividade agrícola por um lado, e por outro, a alterações à qualificação do solo rústico. A pertinência desta análise e avaliação justifica-se face à observação *in loco*, bem como os pedidos de enquadramento solicitados ao Município para novos investimentos no setor agrícola, nomeadamente a plantação de olival intensivo e superintenso e amendoal. Um constrangimento ao cálculo e avaliação das áreas referidas anteriormente, prende-se com o fato de estar a decorrer neste momento o Recenseamento Agrícola 2019, mas o mesmo só terminar em maio de 2020. Assim os dados não estarão disponíveis até à fase de conclusão da revisão do PDMM, pelo que se sugere que os mesmos sejam recolhidos junto da tutela (DRAP Alentejo) e com o levantamento elaborado pela equipa responsável pela revisão do próprio PDM, durante a fase de caracterização e diagnóstico.

Monforte	Ano					
	1999			2009		
	Classes da SAU	Nº de Explorações	SAU	Classes da SAU	Nº de Explorações	SAU
	Inferior a 1 ha	28	18	Inferior a 1 ha	14	9
	1 ha a < 5 ha	62	138	1 ha a < 5 ha	65	120
	5 ha a < 20 ha	39	379	5 ha a < 20 ha	40	406
	20 ha a < 50 ha	22	685	20 ha a < 50 ha	23	664
	Superior ou igual a 50 ha	99	36 520	Superior ou igual a 50 ha	109	37 301
	Sem SAU	2	-	Sem SAU	1	-

Figura 128. Nº de Explorações e Superfície Agrícola Utilizada, por Classe de SAU, no Concelho em 1999 e 2009. Fonte: AER Alentejo.

Analisando a figura 128, referente à Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por número de explorações agrícolas no concelho de Monforte podemos verificar um aumento do domínio de grandes propriedades ou explorações agrícolas, com área igual ou superior a 50 ha entre 1999 e 2009, passando estas de 99 para 109 explorações agrícolas. A mesma tendência observou-se também nas

pequenas explorações agrícolas, passando estas a aumentar a sua dimensão territorial num período de 10 anos, no entanto em algumas destas a sua SAU diminuiu neste mesmo período temporal. Por fim, no que respeita às explorações agrícolas com dimensão inferior a 1 ha, estas reduziram tanto no seu número total como na sua SAU, levando assim à diminuição da existência de minifúndios. Estes resultados observados podem estar associados a alterações no número de parcelas de terreno que permitiu assim o reparcelamento e conseqüente agregação de explorações agrícolas. Em relação ao número de explorações agrícolas sem SAU, estas diminuíram de 2 explorações para apenas 1 exploração no período temporal entre 1999 e 2009.

Monforte	Ano						
	1999			2009			
	Por Conta Própria (%)	Arrendamento (%)	Outras Formas (%)	Por Conta Própria (%)	Arrendamento (%)	Outras Formas (%)	
	66	29	5	71,8	30,3	-	

Figura 117. Formas de Exploração de SAU no Concelho em 1999 e 2009. Fonte: AER Alentejo.

Analisando a figura 129 que revela as formas de exploração da SAU no concelho de Monforte pode-se referir que aumentou as explorações por conta própria entre 1999 e 2009, passando esta de 66% para 71,8 % respetivamente. Em relação à exploração da SAU através de arrendamento, esta praticamente se manteve, registando apenas um ligeiro aumento de pouco mais de 1%. No que respeita a outras formas de exploração da SAU em 1999, estas representavam somente 5%, e para o ano de 2009 não existem dados disponíveis, pelo que não se pode tirar conclusões sobre a evolução deste indicador para este período de 10 anos. Numa análise mais geral, pode-se mencionar que a exploração da SAU tem sido na maior parte efetuada por conta própria.

Ano	Monforte				
	Culturas Temporárias	Prados, Forragens e Pastagens	Sistema de Rega	Trator	Idade Média do Trabalhador/Produtor Agrícola
1999	100,1	101,6	22	42,1	53,6
2009	-	-	10,76	46,8	62

Figura 130. Outros Indicadores da Agricultura para o Concelho em 1999 e 2009. Fonte: AER Alentejo.



Analisando a figura 130, pode-se referir que em 1999, no concelho de Monforte as explorações agrícolas com culturas temporárias representavam 100,1%, os prados, forragens e pastagens 101,6%, e para o ano de 2009 não existem dados disponíveis sobre este indicador, pelo que não se pode analisar assim a sua evolução. No que respeita à percentagem de explorações agrícolas que utilizam sistema de rega, pode-se referir que esta diminuiu no período temporal de 10 anos entre 1999 e 2009, passando dos iniciais 22% para 10,76%. A pertinência da avaliação deste indicador coloca-se perante uma situação de crescente ocorrência de períodos de seca que contribuem para uma menor disponibilidade de água para as culturas agrícolas, e por outro, ao fato de estarmos num território em que ainda predomina as culturas agrícolas de sequeiro. Pelo que a diminuição da utilização do sistema de rega neste período de 10 anos poderá indiciar uma menor utilização da SAU por desistência ou estar associada às condicionantes de exploração agrícola em ZPE. Da mesma forma este indicador face à situação de fenómenos de seca, deveria constituir uma potencialização dos recursos hídricos e dos sistemas de rega. No entanto, decorridos mais de 10 anos, estes dados deverão ser atualizados na revisão do PDMM, tendo em conta a sua importância para a sustentabilidade e desenvolvimento local. Por outro lado, reconhece-se que o aumento da procura no setor agrícola por produções intensivas e superintensivas de olival e de aumento da produção vinícola com recurso a rega, poderão ter contribuído para a alteração deste indicador. Salienta-se a necessidade perante um recurso escasso, pelo que se impõe em termos de ordenamento e planeamento do território, a sustentabilidade dos aquíferos. No que respeita a explorações agrícolas equipadas com trator, a percentagem aumentou de 42,1% em 1999 para 46,8% em 2009, o que traduz num aumento de 4,7%. Este resultado poderá estar relacionado com uma maior aposta na utilização de maquinaria agrícola, cada vez mais especializada. Por fim, relativamente à média da idade dos trabalhadores/produtores agrícolas, pode-se constatar que esta aumentou de 53,6 anos registado em 1999 para 62 anos em 2009, o que revela que esta classe de trabalhadores está cada vez mais envelhecida, não existindo assim uma tendência considerável para a renovação de população empregada neste setor de atividade económica.

Ano	Monforte				
	Total por Efetivo Animal				
	Bovinos	Vacas Leiteiras	Suínos	Ovinos	Caprinos
1999	14021	476	1171	26139	358

Figura 118. Efetivo Animal para o Concelho em 1999. Fonte: AER Alentejo.

Na análise da figura 131, referente ao total por efetivo animal no concelho de Monforte, pode-se constatar que em 1999, em primeiro lugar estão os ovinos com um efetivo de 26139 animais, de seguida os bovinos com um total de 14021 animais, posteriormente os suínos revelando um efetivo de 1171 animais, as vacas leiteiras com 476 animais, e por fim os caprinos com um efetivo de 358 animais. Assim, no concelho de Monforte o efetivo de animais maioritário para o ano de 1999 é representado pelos ovinos. Importa referir que para o ano de 2009 não existem dados sobre o total do efetivo animal, para se proceder assim a uma análise comparativa para o período temporal entre 1999 e 2009, no entanto estes dados/indicadores para o ano de 2009, estão divulgados através do número médio de distribuição de espécie de animal por exploração agrícola, conforme iremos analisar na figura seguinte.

Ano	Monforte					
	Bovinos por Exploração	Vacas Leiteiras por Exploração	Suínos por Exploração	Ovinos por Exploração	Caprinos por Exploração	Cabeças Normais por SAU
	Nº					
2009	234,4	25,0	95,6	181,7	64,8	0,45

Figura 132. Indicadores da Agricultura e Floresta para o Concelho em 2009. Fonte: AER Alentejo.

Analisando a figura 132, referente às espécies de animais distribuídas por exploração agrícola no concelho de Monforte para o ano de 2009, pode-se observar que a maioria é representada pelos bovinos com uma média de 234,4 animais, de seguida estão os ovinos com uma média de 181,7 animais por exploração agrícola, posteriormente estão os suínos com uma média de 95,6 animais, depois os caprinos revelando uma média de 64,8 animais, e por fim as vacas leiteiras com uma média de 25,0 animais. As cabeças normais por SAU representam uma média de 0,45 por exploração agrícola. Embora estes resultados demonstrem que existiu uma inversão na posição por espécie de

animal entre 1999 e 2009, passando assim os bovinos a assumir um maior número de efetivos, no entanto tal não significa que o número de ovinos não possa ser ainda superior ao número de bovinos, pois estes indicadores foram divulgados de forma diferente.

Ano	Monforte									
	Terra Arável		Horta Familiar		Culturas Permanentes		Pastagens Permanentes		Culturas Temporárias	
	Explorações	Área	Explorações	Área	Explorações	Área	Explorações	Área	Explorações	Área
	Nº	Ha	Nº	Ha	Nº	Ha	Nº	Ha	Nº	Ha
2009	92	5641	5	4	140	1968	156	30 887	72	-

Figura 133. Explorações para o Município, segundo a Utilização da SAL, 2009. Fonte: AER Alentejo.

Analisando a figura 133 referente ao número de explorações agrícolas e respetiva área de ocupação de solo por diferentes tipos de culturas agrícolas no concelho de Monforte para o ano de 2009, pode-se referir que em primeiro lugar surgem as pastagens permanentes com um total de 156 explorações agrícolas que abrangem uma área de 30 887 ha. Em segundo lugar surgem as explorações agrícolas ocupadas com culturas permanentes com um total de 140 explorações e que por sua vez ocupam uma área de 1968 ha. Em terceiro lugar estão as explorações agrícolas com terra arável representando um total de 92 explorações e que compreendem uma área de 5641 ha. Posteriormente estão as culturas temporárias revelando um total de 72 explorações, no entanto não existe informação sobre a sua área territorial. E por fim, com uma expressão pouco significativa, estão as hortas familiares que totalizam somente 5 explorações e que apenas abrangem uma área de 4 ha. Assim, no concelho de Monforte a tipologia de cultura agrícola que mais predomina são as pastagens permanentes. E este resultado poderá estar relacionado com o aumento do número de efetivos de animais nas explorações agrícolas, que por sua vez implica uma maior disponibilidade deste tipo de cultivo agrícola para a respetiva alimentação dos animais.

### 4.3. Estrutura Ecológica

O PDMM identifica as componentes da estrutura ecológica que se elencam de seguida.

#### 1. BIOFÍSICA

1.a - Relevo e orografia: *“As áreas ecológicas mais determinantes, no território são os cabeços e zonas de festo ou cumeada, vertentes e zonas de encosta, zonas de vale, constituídos pelos leitos de cheia e várzeas, (zonas adjacentes às linhas de água).”*

1.b - O solo arável: salienta-se no PDMM a afirmação *“A proteção dos solos com elevada capacidade de uso torna-se premente, tendo atualmente como suporte legal a Reserva Agrícola Nacional, apesar desta apresentar algumas deficiências ao excluir solos com potencialidades para culturas tradicionalmente mediterrânicas não tidas em conta na definição dos critérios para a sua delimitação. A RAN em vigor foi definida pelo SROA actual CNROA, não sendo esta a sede de discussão dos critérios que estiveram na base da sua cartografia.”*

1.c - A água: *“No âmbito da Estrutura Ecológica irá considerar-se as linhas de água, albufeiras e planos de água nas relações com outros componentes da estrutura, enquanto zonas de vale, galerias ripícolas, vegetação - revestimento do solo presente na bacia hidrográfica, sistemas húmidos, áreas impermeáveis e áreas sensíveis, etc.*

1.d – Vegetação: No espaço rural, para além da dominância há a composição e a heterogeneidade. A importância é repartida pelo papel que cada sistema desempenha no todo, deste a malha formada pelas sebes de compartimentação da divisão da propriedade, pelas áreas de mata e de matos que constituem um indicador das características ecológicas e da humanização tradicional da paisagem (Mata- Pastagem- Agricultura).

2. Componentes culturais: da humanização da paisagem o PDMM refere; *“No âmbito da componente cultural deverão ser analisadas as características sócio económicas. O planeamento é feito e tem por destinatário último o Homem e a sua sustentabilidade no território. O conhecimento da estrutura sócio económica das populações é por isso essencial para um planeamento consequente.”*

## ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

a - Sistemas Secos, Cabeços e vertentes: Cabeços e zonas de festo ou cumeada;

b - Sistema húmido: *Zonas de vale, constituídos pelos leitos de cheia e várzeas, (zonas adjacentes às linhas de água); Recursos hídricos de superfície, incluindo albufeiras particulares, reservatórios e outros mecanismos de armazenamento de água;*

c - Estrutura Verde Rural: *Vegetação natural ainda existente, incluindo a galeria rípicola e sebes de compartimentação ou “lindões”, naturais ou plantadas, maciços arbóreos e arbustivos importantes pela heterogeneidade conferida à paisagem; Mosaico cultural ou agro-sistemas tradicionais, preconizando a heterogeneidade na paisagem em contraponto com a massificação das explorações ou das intervenções;*

d - Estrutura patrimonial rural (humanização da paisagem e/ou história da sua construção): Património classificado e em Vias de Classificação; património Rural- Montes, assentos de lavoura, edificações de apoio agrícola, moinhos e outros; Património Natural - Zona de Protecção Especial de Monforte, Veiros e Vila Fernando; Património Imaterial - Festas e Romarias na sua relação espacial e de percursos; Paisagens culturais- Vale da Ribeira Grande, Vale da Ribeira de Almuro, Núcleo da Rabuje, Área do Menir, Fonte da Vila – Assumar, Cabeço de Vaiamonte, Pedras da Careira; Património paisagístico - Os espaços de valor paisagístico considerados neste âmbito são constituídos essencialmente por Quintas, Assentos de lavoura e Montes.

e - Estrutura Verde Urbana: - *incluindo zonas de proteção a linhas de água, património cultural e espaços de recreio. Os Espaços Verdes Urbanos são áreas em que se pretende proteger e valorizar recursos naturais, potencialidades biofísicas e valores paisagísticos, desempenham do funções de recreio e lazer de forma diretamente associada à restante malha construída, mas também um papel importante no controle do microclima, contribuindo para a amenização, (termorregulação, controle da humidade), na purificação do ar, (aumento do teor de oxigénio, filtragem de gases e poeiras tóxicas provenientes da poluição dos automóveis), mitigam o efeito de estufa através da absorção de dióxido de carbono, desempenham ainda funções culturais e didácticas.*

f - Estrutura Patrimonial Urbana: Património comporta os imóveis classificados ou não (carta do património), assim como as áreas com vocação para a salvaguarda de valores patrimoniais; Elementos com valor patrimonial- Património classificado e em Vias de Classificação; Património Urbano - Mercarias antigas (Sr.ª Meira; ...), Casa onde nasceu António Sardinha, Casa dos Quartéis (rua Visconde da Luz) , Cruzeiro (junto ao cemitério), Fontes: (Fonte Praça da República)

g - Paisagens Culturais - Área Rossio de Monforte;

*Inclui ainda imóveis e espaços, que não estando classificados, tem condições para virem a ser pelo menos Imóveis de Interesse Público, ou, Municipal, pelas características arquitetónicas, históricas, ou paisagísticas, naturais ou urbanas. Relativamente a estes espaços será definida uma zona de proteção que, no mínimo, abrange uma área envolvente cujo perímetro é definido por uma linha de 50m contados a partir dos seus limites, enquanto não for instruído um processo de classificação ou se proceda à sua classificação e consequente fixação de uma zona especial de proteção.*

*“A vegetação, componente da paisagem e da estrutura ecológica, será representada pelos sistemas que considerados como fundamentais para o contínuo natural apresentam maior fragilidade ao nível da preservação, (não estão salvaguardadas por nenhuma figura legal), ou que sendo estruturas agrícolas ou silvícolas denotam um importante papel no equilíbrio ecológico e do mosaico cultural.”*

### **Áreas com regime jurídico específico**

1. Reserva Ecológica Nacional (REN). *Os recursos hídricos de superfície, linhas de água e, ou recursos subterrâneos enquanto áreas de máxima infiltração, são sistemas da Reserva Ecológica Nacional, cartografados e regulamentados.*
2. Reserva Agrícola Nacional (RAN). *Integra solos com elevada capacidade de uso com maiores potencialidades para a produção agrícola.*
3. Povoamentos de Sobreiro e/ou Azinho. *O sobreiro e azinheira são protegidos por lei e, os povoamentos presentes no território municipal estão cartografados na Carta de Condicionantes, dando origem a categorias de espaço na Carta de Ordenamento, estando por isso suficientemente regulamentados os usos compatíveis.*

Definida a estrutura ecológica com base nas componentes identificadas anteriormente e representadas nas cartas de ordenamento e de condicionantes propõe o PDMM, medidas de gestão conforme figura 134.

COMPONENTES	SUB-COMPONENTES	COMPONENTES	OCUPAÇÃO POTENCIAL/MEDIDAS DE GESTÃO
BIOFISICA	SISTEMAS SECOS	Cabeços e zonas de festo ou cumeada	Agricultura de sequeiro, prado, mata ribeirinha edificabilidade condicionada à protecção contra a erosão e à infiltração das águas pluviais
	SISTEMAS HUMIDOS	Zonas de vale, constituídos pelos leitos de cheia e várzeas, (zonas adjacentes às linhas de água)	galeria ripícola, prado natural, agricultura de regadio, mata ribeirinha non aedificandi. Planos Pormenor em Espaço Rural
		Recursos hídricos de superfície, incluindo albufeiras particulares, reservatórios e outros mecanismos de armazenamento de água	idem
	ESTRUTURA ECOLÓGICA RURAL	Vegetação natural ainda existente	Conservação. Non aedificandi. Planos de gestão
		Mosaico cultural ou agro sistemas tradicionais	Agricultura (Arvenses de sequeiro, Olival, pomares de frutos secos, olival, vinha), dependendo do solo, prado, mata, matos Planos Pormenor em Espaço Rural
		Património Natural - Zona de Protecção Especial de Monforte	Incentivos à conservação. Non aedificandi. Planos de Gestão
CULTURAL	ESTRUTURA PATRIMONIAL RURAL	Património rural – Montes, assentos de lavoura e edificações de apoio agrícola, incluindo Cruzeiro (junto ao cemitério), Fontes: (Fonte da Vila; Fonte de Aramenha; Fonte do Chão), Património construído associado à Ribeira Grande: (Forno de cal; Ponte Velha – Ponte Ribeira do Cubo – Ponte da Leca – Ponte do Almuro; Moinho das Lajes – Moinho do Inferno – Azenha Velha (azinha junto à ponte do cubo); calçadinha).	Incentivos à conservação. Eventual classificação <sup>2</sup>
		Património Imaterial Festas e Romarias na sua relação espacial e de percursos	Incentivos à conservação. Eventual classificação
		Paisagens Culturais - Vale da Ribeira Grande, Vale da Ribeira de Almuro, Núcleo da Rabuje, Área do Menir, Fonte da Vila – Assumar, Cabeço de Vaiafonte, Pedras da Careira	Incentivos à conservação. Eventual classificação
		Património Paisagístico - Os espaços de valor paisagístico considerados neste âmbito são constituídos essencialmente por assentos de lavoura, Montes e Quintas	Incentivos à conservação. Eventual classificação
		Elementos com Valor Patrimonial - Património classificado e em vias de classificação.	Incentivos à conservação. Eventual classificação
	ESTRUTURA VERDE URBANA	Espaços verdes urbanos	Planos de Pormenor, Projectos de Execução
		Parque perimetral – associado a linhas de água em perímetro urbano	Planos de Pormenor, Projectos de Execução
		Agricultura urbana – hortas e pomares. Foros de Monforte	Incentivos à conservação. Planos de Pormenor, Projectos de Execução
	ESTRUTURA PATRIMONIAL URBANA	Paisagens culturais – Rossio de Monforte	Incentivos à conservação. Eventual classificação
		Elementos com Valor Patrimonial – Património classificado e em vias de classificação.	Incentivos à conservação. Eventual classificação

Figura 119. Medidas de gestão. Fonte PDMM

Da avaliação efetuada com os serviços municipais e dos instrumentos de gestão e planeamento o Município tem valorizado as amenidades do seu território onde se conjugam os diferentes domínios e componentes da estrutura ecológica: Biofísicos e culturais e suas subcomponentes; sendo considerados como estratégicos em termos do desenvolvimento concelhio. Assim, foram consideradas nas ARU todos os valores patrimoniais referidos, bem como a estrutura verde urbana, a manutenção de hortas e outros espaços verdes a conservar no quintais e áreas periurbanas. O Rossio de Monforte é considerado como a área a regenerar incluindo a ligação com corredor verde até ao centro histórico e o património classificado com projetos de restauro e conservação. O município em parceria com a CIMAA implementou uma rede de circuitos pedestres (GR 42 MFT - Grande Rota dos Montes de Monforte e PR1 MFT - Percurso entre Ribeiras) no âmbito do PROVER *E-motion* e do projeto *Feel Nature* que engloba todos os concelhos do Alto Alentejo.

Encontra-se atualmente em elaboração um PIER e não existiu qualquer desafetação da REN ou construção em RAN durante este período de 4 anos. Foram inventariados todos os pedidos de parecer municipais estando os mesmos em conformidade com as cartas de ordenamento e de condicionantes. Salienta-se, no entanto que no respeito ao uso e ocupação do solo rural o Município o emite parecer com enquadramento na carta de condicionantes, sendo o parecer final da responsabilidade da tutela (Agricultura e ambiente)

#### Conclusão:

- na revisão do PDMM devem vir referenciadas as unidades de paisagem e subunidades, onde através da sua avaliação e perceção é possível estabelecer o seu planeamento e ordenamento de forma integrada, e respetivas medidas de proteção, conservação e gestão;
- a ZPE com 3 035 ha e representando 7,2% do território deve ter um plano de gestão adequado aos valores naturais e há sua valoração enquanto recurso natural e serviços dos ecossistemas.
- o edificado urbano e identificado nas Aru com valor patrimonial deverá ser declarado de interesse municipal.
- A paisagem cultural do Rossio deve classificada e sujeita a medidas de proteção, conservação e gestão, tal como está previsto na unidade de intervenção da ORU da ARU do CH de Monforte.



## 4.4 Avaliação dos Objetivos do Plano

O PDMM estabelece os seguintes objetivos estratégicos:

- PROMOVER O APROVEITAMENTO INTEGRADO DOS RECURSOS DO MUNDO RURAL
- DESENVOLVER E QUALIFICAR DO TECIDO EMPRESARIAL LOCAL
- MELHORAR AS ACESSIBILIDADES E INCREMENTAR A MOBILIDADE DAS POPULAÇÕES
- QUALIFICAR URBANÍSTICA E FUNCIONALMENTE A SEDE DE CONCELHO E OS AGLOMERADOS RURAIS

Foram definidos 10 programas ou eixos que se organizam em quatro domínios conforme figuras

P1 – Dinamização Económica

P2 – Programa de Qualificação do Parque Industrial

P3 – Programa de Valorização do Espaço Rural

P4 – Programa de Qualificação Profissional

P5 – Programa de Qualificação e Melhoria das Acessibilidades

P6 – Programa de Reforço da Mobilidade

P7 – Programa de Revitalização e Ordenamento Urbano

P8 – Programa de Qualificação do Parque Habitacional

P9 – Programa de Reforço dos serviços de Apoio à População

P10 – Programa de Marketing Territorial

LISTA DE PROGRAMAS POR DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Domínios	Programas
Agro-Pecuária e desenvolvimento rural	✓ P3 - Programa de Valorização do Espaço Rural
Desenvolvimento empresarial	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ P1 - Programa de Dinamização Económica</li> <li>✓ P2 - Programa de Qualificação do Parque Industrial</li> <li>✓ P4 - Programa de Qualificação Profissional</li> <li>✓ P10 - Programa de Marketing Territorial</li> </ul>
Desenvolvimento Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ P5 - Programa de Reforço dos Serviços de apoio à população</li> <li>✓ P6 - Programa de Reforço da Mobilidade</li> <li>✓ P7 - Programa de Qualificação do Parque Habitacional</li> </ul>
Ordenamento urbano	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ P8 - Programa de Qualificação e Melhoria das Acessibilidades</li> <li>✓ P7 - Programa de Revitalização e Ordenamento Urbano</li> </ul>

Figura 135. Programa de execução do PDMM. Fonte: PDMM

Os objetivos foram sintetizados nas ações elencadas na figura 136.

Não existindo um plano de ação definido e com programação de execução procedeu-se a uma avaliação de acordo com as ações projetos desenvolvidos pelo Município durante 2015 a 2019, incluindo os que estão em projeto e execução para 2020. Os mesmos foram referidos no capítulo 3 pelo que se procedeu à seguinte avaliação:

<b>1</b>	<b>Agro-Pecuária e Desenvolvimento Rural</b>	<b>Nível de Execução</b>
1	Criação de uma estrutura local de animação e apoio ao turismo	Não
2	Desenvolvimento do turismo no espaço rural	Sim
3	Criação de uma rede de percursos temáticos	Sim
4	Promoção de eventos no âmbito da educação ambiental	Sim
5	Realização de semanas gastronómicas temáticas	Sim
6	Revitalização da Estrutura de Acolhimento e Interpretação da Estação Arqueológica da Herdade de Torre de Palma	Não
7	Regeneração do Rossio de Monforte	Sim
8	Centro Educativo e de Investigação do Mundo Rural	Não*
9	Promoção do Associativismo Cinegético	Sim
10	Reforço da capacidade produtiva agro-pecuária do concelho	Sim
11	Promoção da certificação dos produtos endógenos	Sim
12	Reforço da capacidade de promoção e distribuição dos produtos endógenos: Criação de Plataforma de Comercialização	Não
<b>2</b>	<b>Desenvolvimento Empresarial</b>	
13	Criação de um Conselho Municipal para a formação profissional	Não
14	Apoio e preparação de profissionais e empresários para a atividade turística	Sim
15	Conceção do Guia do Investidor Turístico	Não
16	Implementação do programa de qualificação do parque industrial: Viveiros de Empresas	Sim**
17	Conceção de um programa de qualificação do setor da restauração	Não
18	Elaboração de um Plano de Marketing do concelho	Não
19	Realização de edições, publicações e atividades de promoção	Sim
<b>3</b>	<b>Desenvolvimento Social</b>	
20	Apoio ao alargamento da rede de serviços de proximidade	Sim
21	Reivindicação da reorganização dos serviços de saúde	Sim
22	Implementação de serviços de transporte de âmbito social	Sim***
23	Utilização dos equipamentos escolares para atividades abertas à sociedade	Sim
24	Criação de Núcleos de internet	Não
25	Criação do Cartão Municipal do Idoso	Sim
26	Criação do Cartão Municipal Jovem	Não
27	Criação do centro de serviços de apoio ao cidadão	Não****
28	Implementação de projetos de urbanização a custos controlados	Não*****
29	Universidade Sénior	Sim
<b>4</b>	<b>Ordenamento Urbano</b>	
30	Revitalização do parque habitacional do concelho	Sim
31	Plano de Reabilitação do Centro Histórico e Regeneração do Rossio de Monforte	Sim
32	Recuperação e adaptação funcional dos edifícios	Sim
33	Qualificação dos espaços públicos de lazer	Sim
34	Preservação das malhas urbanas das freguesias	Sim
35	Conservação e requalificação da rede de estradas municipais	Sim

Figura 136. Ações do Programa de Execução. Fonte: PDMM

\*No Parus de Monforte foi substituído por Centro de Interpretação dos Produtos Endógenos.

\*\*Foi substituído por a ampliação da Zona Industrial, nova designação Área de Acolhimento Empresarial (AAE) com reabilitação de edifício para Gabinete de Apoio Técnico aos empresários e espaço multiusos.

\*\*\* Considerou-se o apoio que o município dá ao transporte de crianças e idosos

\*\*\*\*O apoio aos cidadãos foi substituído pela descentralização de serviços nas freguesias rurais e no centro urbano, em que se salienta as unidades móveis de apoio aos idosos (carrinhas SOS)

\*\*\*\*\*Embora não esteja implementado está previsto nas ARU o apoio á reabilitação do edificado e sua colocação no mercado de arrendamento a custos controlados.

**Conclusão:** verifica-se que entre 2015 e 2020 a dinâmica dos projetos e ações foi mais ambiciosa do que a prevista no Plano. Tal deve-se à Estratégia Municipal apoiada nomeadamente na Estratégia de Desenvolvimento Urbano (EDU), que inclui o PARUS de Monforte, o PAICD e o Projeto “Preparar Monforte” que inclui as intervenções de mobilidade urbana sustentável, incluídas no PAMUSAA. Os planos foram devidamente enquadrados em termos do PDMM e definiram como instrumentos de planeamento preferencial as ARU, com as respetivas ORU e PERU.

A ampliação da zona industrial justificou-se face à procura, motivada pelo desenvolvimento do setor agrícola e agroindustrial, bem como de interfaces de apoio logístico, face à centralidade de Monforte no IP2 e sua ligação a Espanha-Badajoz.

Da avaliação efetuada não existe um programa de execução a não ser para as UOPG com valores muito inferiores aos concretizados e que já foram referidos no capítulo 3.

Assim recomenda-se que no processo de revisão do PDM seja considerado uma estratégia de desenvolvimento sustentável, de acordo com os instrumentos de gestão de nível superior (PNPOT e PROT), bem como a Estratégia 2030 e respetivas agendas territoriais da EU. Tal permitirá ao Município definir num horizonte temporal de 10 anos, as ações a realizar de acordo com os atuais instrumentos em vigor, a sua calendarização e financiamento, sendo determinante os quadros comunitários de apoio para o financiamento e concretização das operações.

## 5. Constrangimentos: Contributos para um Diagnóstico prospetivo

O diagnóstico apresentado no PDMM em vigor revela fragilidades na sua análise e identificação das fragilidades do território, atendendo a que não identifica as alterações ocorridas entre 2001 e 2011, após os últimos censos do INE.

A elaboração deste relatório teve como principal objetivo a atualização de dados que permitissem aferir a alteração de pressupostos que tiveram na origem dos objetivos e da estratégia definidos para a primeira revisão do PDMM e a sua consequente aprovação em 2015.

Logo o contexto em que foi efetuada a primeira revisão do PDMM e os constrangimentos a que esteve sujeito, condicionaram a apresentação de um plano estratégico e plano de ação enquadrador do planeamento e ordenamento do território. Mas tal, não foi impedimento, para que o Município definisse uma estratégia municipal e procedesse a diversas atualizações do seu programa, de uma forma mais pró-ativa e adequada aos instrumentos de política comunitária. Outros instrumentos de gestão territorial que entraram em vigor de acordo com o SGT contribuíram para sucessivas adaptações regulamentares ao PDMM desde 1995, pelo que se questiona, a operacionalidade de uma geração de PMOT que não considerou a relevância das políticas públicas de planeamento e ordenamento do território, e se limitou a ser um instrumento de natureza física.

Assim, decidiu-se neste relatório apresentar os constrangimentos que podem condicionar diagnóstico prospetivo que permita que na revisão do PDMM os objetivos correspondam a uma estratégia que transforme os constrangimentos em oportunidades. As políticas territoriais para a coesão em territórios de baixa densidade são confrontadas com constrangimentos que se identificam de forma sucinta e que devem ser consideradas num diagnóstico prospetivo que permita a definição de um plano de ação e programa de execução adequado à realidade.

### ➤ **Demografia e Caracterização Socioeconómica**

**Pontos Fracos:** Baixa densidade populacional, perda de população, não renovação da população entre 15 e 24 anos (sai do Concelho), inversão da pirâmide etária, baixo nível de escolaridade,

população mais qualificada abandona o Concelho, abandono e insucesso escolar, elevado índice de dependência total, baixas pensões de reforma, baixo rendimento per capita, baixa percentagem de população ativa, desemprego de longa duração, fraca iniciativa empresarial interna, fraca diversidade do tecido económico e social, concentração de equipamentos no Centro Urbano de Monforte, baixa assistência médica por habitante

**Pontos Fortes:** o índice de regressão da população é o mais baixo da NUTS III- Alto Alentejo, aumento da população entre os 0-14, índice de rejuvenescimento da população é o mais alto da NUTS III, índice de potencialização acima da média da NUTSIII, aumento do número de nados vivos, aumento da taxa de escolarização, saldos migratórios em crescimento, recursos endógenos diversificados e certificados (biofísicos e de transformação), património material e imaterial preservado, aumento do investimento económico no setor agrícola, agroindustrial e turismo, boa rede de equipamentos para a coesão social, procura de investimento que justifica a ampliação da área de acolhimento empresarial (antiga zona industria)

#### ➤ **Estrutura Urbana, ocupação do solo rústico e ambiente**

##### **Pontos Fortes:**

- Crescente ocupação das áreas residenciais mais recentes (loteamentos) em todas as freguesias do concelho, que tem contribuído para a fixação de população;
- Construção de áreas habitacionais de cariz social para integração de comunidades desfavorecidas;
- Boa articulação das áreas residenciais mais recentes com o centro urbano das freguesias, evitando o surgimento de vazios urbanos e a expansão urbana difusa;
- Pavimentação de diversos arruamentos em todas as freguesias, contribuindo para a melhoria da acessibilidade e mobilidade;
- Construção de novos equipamentos públicos e de utilização coletiva, e requalificação dos equipamentos existentes, contribuindo para a melhoria da sua funcionalidade;
- Requalificação de edifícios públicos degradados ou desocupados, atribuindo-lhes novos usos/funções;
- Beneficiação, conservação e alargamento ao nível da rede viária do concelho, contribuindo para a melhoria da acessibilidade e mobilidade rodoviária;

- Reabilitação do edificado geral, melhorando as suas condições de habitabilidade;
- Dotação de rede de abastecimento de água e saneamento nas áreas residenciais mais recentes para satisfação das necessidades existentes;
- Remodelação/Substituição da rede pública de abastecimento de água e sistema de drenagem em Monforte, resolvendo problemas frequentes;
- Aumento da qualidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento;
- Construção e remodelação dos sistemas de tratamento de resíduos urbanos;
- Requalificação de acessos rodoviários e pedonais e áreas de estacionamento, tendo em conta o seu reordenamento;
- Recuperação e Conservação do Património Histórico e Religioso;
- Valorização urbanística e paisagística das áreas envolventes a equipamentos públicos, tendo em conta a sua articulação e integração na malha urbana existente;
- Valorização paisagística de espaços públicos integrando-os na malha urbana existente;
- Requalificação e Regeneração de espaços públicos degradados atribuindo-lhes novas funcionalidades;
- Valorização e dinamização de espaços naturais com importante valor ambiental e paisagístico;
- Ocupação do solo rústico de acordo com os IGT em vigor, nomeadamente não existem alterações das restrições de utilidade pública;
- Inexistência de desafetação de solo rústico em urbano;

#### **Pontos Fracos:**

- Existência de áreas habitacionais de génese ilegal;
- Existência de edificado em mau estado de conservação urbanística;
- Edificado público e privado com má eficiência energética;
- Existência de uma rede viária em mau estado de conservação, dificultando a mobilidade;
- Falta de planeamento urbano até 2015 contribuiu para o surgimento de espaços descaracterizados e disfuncionais;
- Rede de abastecimento e saneamento em baixa a necessitar de requalificação;
- Qualificação do solo urbano desadequada da estratégia de desenvolvimento (EDU);
- Ocupação do solo rústico com culturas intensivas e superintensivas;
- Ausência de definição de áreas periurbanas adequadas á sua função em solo rústico que limitam os aglomerados urbanos;

- Necessidade de aplicação de um plano de gestão da ZPE e de valoração dos serviços dos ecossistemas;
- Gestão integrada dos aquíferos e de definição de reservas estratégicas de água face a situações extremas de seca.

#### ➤ **AMEAÇAS E OPORTUNIDADES**

##### **Ameaças:**

- Ausência de atratividade do centro urbano nuclear (Portalegre),
- Ausência de investimento público e privado,
- Diminuição do índice de polarização do emprego,
- Perda de serviços públicos de proximidade,
- Alteração do modelo de mobilidade urbana/ transportes coletivos,
- Conflitos sociais de natureza étnica/exclusão,
- Alterações ambientais,
- Alteração de orientação de política.

##### **Oportunidades:**

- Proximidade aos Centros Urbanos regionais e Estruturantes de NUTS III diferentes,
- Aumento de procura no turismo,
- Parcerias para a reabilitação do Património Histórico/Cultural,
- Estratégias sub-regionais na área da Economia Social,
- Aumento do investimento no Setor Agricultura/Agroalimentar,
- Programas para a inclusão e qualificação do potencial humano,
- Investimento na Economia Social,
- Financiamento comunitário,
- Vontade política.

O processo de planeamento tem sempre fatores de risco externos e internos, que serão mais ou menos controláveis consoante os desafios envolvam maior ou menor coerência, cooperação, informação, participação, coordenação e integração. Assim deverão ser acautelados no processo de



planeamento e de ordenamento para que exista uma efetiva gestão territorial e se atinjam os objetivos e ações.

#### **Riscos Internos:**

- A inexistência de flexibilidade no processo de planeamento e de ordenamento e do peso da burocracia nos procedimentos legais de aprovação das ações associadas aos instrumentos financeiros disponíveis podem comprometer as iniciativas privadas e públicas;
- Ausência de cooperação entre parceiros e agentes com interesses diferentes sobre o uso e ocupação do solo
- Ausência de coerência das políticas públicas entre setores económicos e sociais;
- Ausência de coordenação das ações entre diferentes parceiros: público/público, privado/público, privado/privado;
- Ausência de informação e consequente falta de participação;
- Conflitos sociais de origem étnica;
- Ausência de equidade e coesão nas ações previstas de planeamento e ordenamento.

#### **Riscos Externos:**

- Alteração da procura por contextos externos de recessão;
- Alteração dos instrumentos de financiamento;
- Investimentos externos que comprometam a sustentabilidade das ações: ambiental, e efeito de carga sobre os recursos do território;
- Ausência de coordenação intersectorial entre as políticas territoriais. (ex.: agricultura, ambiente e florestas)
- Alteração de orientações de política.

Como conclusão apresentam-se os gráficos seguintes que demonstram o investimento global e a sua evolução por domínio desde 1995 e que permite servir de base de reflexão sobre o investimento

municipal e as tipologias de domínios o que revela uma alteração das políticas territoriais e da forma de gestão do território. O investimento inicial em infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, rede viária, foi sendo substituída por equipamentos para a coesão social e na requalificação e reabilitação urbana, o que corresponde a um aumento das competências dos Municípios. No entanto o ordenamento território não pode estar só dependente das orientações de política municipal, pelo que a revisão do PDMM deve ter uma abordagem transversal das políticas públicas com impacto territorial e exige uma coordenação vertical intersectorial e intermunicipal (horizontal) entre as NUTSIII ou seja deve ter um modelo de governação e de governança que reforce a conectividade territorial.

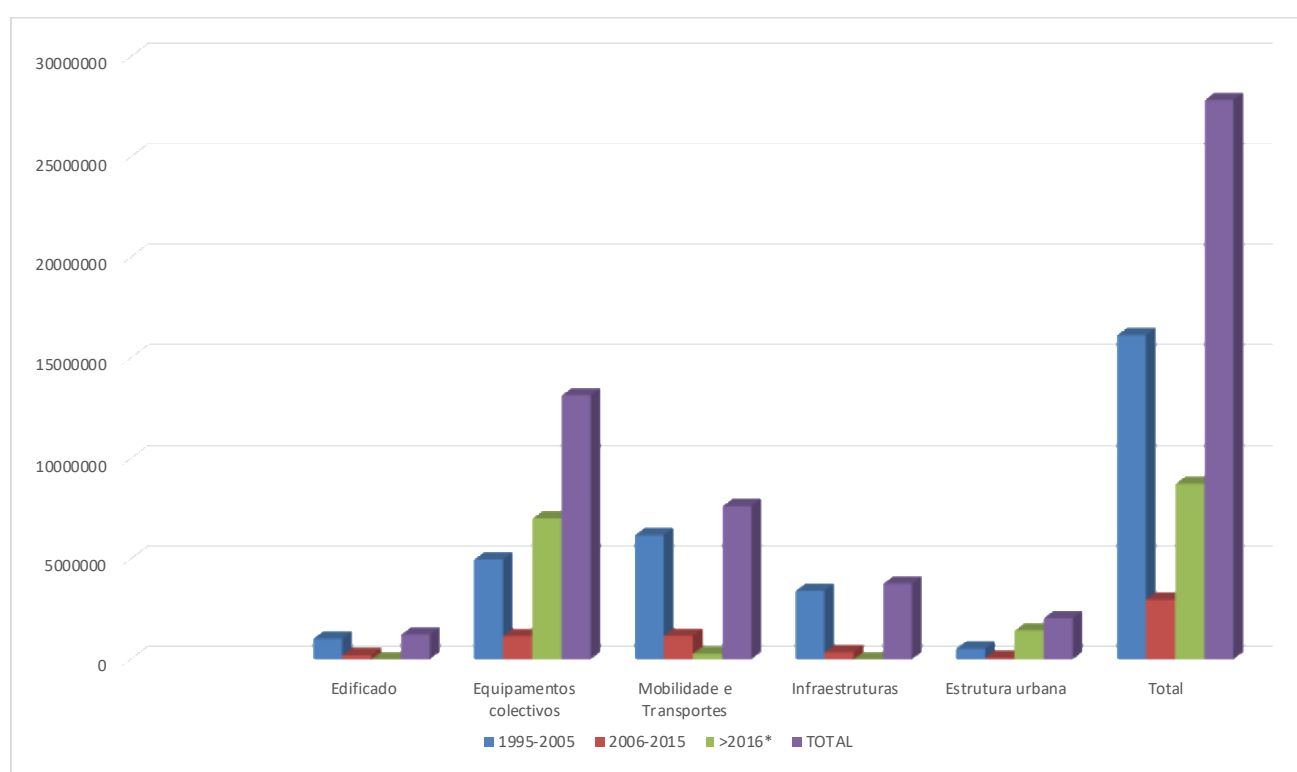


Figura 137. Investimentos por período e domínio Fonte: Serviços Municipais e elaboração própria, 2019

## 6. Termos de Referência

### 6.1 Objetivos

Na introdução foram definidas as dimensões das novas políticas territoriais que têm objetivos de sustentabilidade e integração sobre os novos planos estratégicos que serão o suporte dos novos PDM. Um planeamento em que a articulação das políticas territoriais, em que os recursos são finitos,

pelo que as pressões socioeconómicas com maior ou menor pressão de diferentes atores, sobre territórios deverá ser ponderada com rigor e tendo como objetivo o compromisso entre os diferentes parceiros públicos e privados. Assim, as novas políticas territoriais deverão ter um espaço delimitado como referencial, onde se identificam os diferentes atores e setores que se comprometem numa estratégia estabelecendo de forma integrada, coordenada e colaborativa um programa de ação cujo objetivo é a diversidade funcional, valorizando as dimensões sociais, económicas e ambientais. O processo de planeamento deve ser abrangente, estratégico, integrado, flexível onde participem diferentes parceiros que estabelecem como objetivo a sustentabilidade, ou melhor, a resiliência que lhe permita enfrentar fatores de risco resultantes do efeito globalização e da imprevisibilidade da mudança.

Considerando a diversidade territorial como pressuposto e as dimensões económicas, sociais e ambientais como as variáveis, a estratégia deverá **ter como objetivo a qualificação ambiental, social e económica do Concelho de Monforte que contribua para uma melhor qualidade de vida dos seus residentes e, simultaneamente, o transforme num polo de atratividade e competitividade através da sua identidade.**

**Tendo como pressupostos a atratividade, a competitividade e a identidade territorial propõe-se como objetivos.**

#### **1. Atratividade Territorial:**

**OBJECTIVO 1.1 - A atratividade interna deve contemplar as amenidades do seu território, a qualidade dos seus equipamentos, a qualidade do seu espaço urbano e rústico, serviços públicos de qualidade e proximidade, diversidade da atividade económica como condição para a fixação das populações.**

- **OBJECTIVO 1.2 - A atratividade externa - atrair mais residentes pela qualidade de serviços existentes e dinamismo da atividade económica e mais visitantes potenciando a atividade turística, agrícola e agrosilvo-pastoril existente e criando as condições para novos empreendimentos, pelo que se deve valorizar não só a qualidade do espaço urbano, como paisagístico incluindo o ordenamento do espaço rústico, diversificando a oferta de espaços revitalizados.**

#### **2. A Competitividade:**

**OBJECTIVO 2.1.** Exige a capacidade de diversificar a atividade económica através de produtos endógenos de qualidade que lhe são conferidos pelas características físicas e naturais, salientando os setores de agricultura e agroalimentar, que inseridos numa estratégia regional e nacional de promoção e comercialização são pré-condições para a sua resiliência.

**OBJECTIVO 2.2.** Exige a qualificação ambiental e paisagística e soluções urbanas inovadoras que reforcem a ligação urbano-rural tendo na identidade o seu fator competitivo

**OBJECTIVO 2.3.** Exige um potencial humano com o reforço da qualificação dos seus recursos humanos conferindo-lhe aptidões e capacidades para corresponder a novos desafios na área económica e social, aumentando os níveis de formação, inclusão e emprego.

### **3. A Identidade:**

**OBJECTIVO 3.1.** Exige a valorização dos valores patrimoniais materiais, imateriais e paisagísticos, como fator de atratividade e competitividade territorial.

**OBJECTIVO 3.2.** Exige a qualidade dos produtos endógenos que lhe permite competir de forma diferenciada, de que são exemplo, a quantidade de produtos certificados e de origem protegida.

**OBJECTIVO 3.3.** Exige a vivência dos espaços urbanos, do Centro Urbano de Monforte aos aglomerados urbanos das freguesias, que resultam da forma como as populações intervêm e se relacionam contribuindo para lhe dar vida e carácter.

Em função dos objetivos estratégicos deverá o ordenamento do território corresponder às ações e compromissos assumidos pelos diferentes atores internos e externos sobre o uso e ocupação do solo, mas em que a sustentabilidade dos recursos seja garantida e minimizando os impactos ambientais, num território que pretende manter a sua competitividade e atratividade com base na sua identidade.

**De acordo com os pressupostos identificados deverá o PDMM ter como objetivos:**

a) Redefinir o modelo estratégico através da elaboração de um relatório prospetivo que permita a opção por diferentes cenários que permita a definição de um plano estratégico adequado aos instrumentos de gestão de nível superiora (PNPOT e PROT) e orientações de política territorial de acordo com o horizonte 2030, do qual resulta um plano de ação devidamente calendarizado no

espaço e no tempo que permita atingir o desenvolvimento do concelho de acordo com os pressupostos identificados e que garantam a diversidade territorial.

b) Proceder à compatibilização com estudos e outros planos de âmbito estratégico, nomeadamente, a EDU e outros instrumentos de planeamento elaborados (ARU)

c) O PDM deverá ser um instrumento orientador da gestão municipal flexível, que estabelece as prioridades de acordo com as necessidades de adequação aos instrumentos de nível superior, mas também fomentador de novas dinâmicas territoriais de participação, colaboração e coordenação, nomeadamente de nível intermunicipal, regional, inter-regional e transfronteiriça.

d) Proceder à atualização do Plano de investimentos Municipais e do Estado no território concelhio de acordo com a estratégia municipal e a diferenciação positiva em territórios de baixa densidade

e) Ajustar os perímetros urbanos em função das necessidades identificadas em termos de alojamentos /habitação verificado nos últimos anos, considerando o investimento municipal em ARU e respetivos PERU, bem como adequar e regenerar áreas qualificadas em espaços urbanos como urbanizáveis, de equipamentos, industriais, a novas funções, tendo em atenção a nova classificação e qualificação do solo.

f) Atender á nova classificação se solo rural em solo rústico e proceder à sua qualificação, atendendo aos investimentos no setor agrícola, ao sistema agrosilvo pastoril, às áreas de risco de incêndio e de proteção dos serviços dos ecossistemas, nomeadamente aquíferos, ribeiras e linhas de água, considerando o aumento das necessidades de rega e as condições edafoclimáticas adversas.

g) Definir um modelo territorial para gestão do espaço urbano/rural conectando o Centro Urbano de Monforte e os aglomerados urbanos das freguesias que diversifique a oferta de produtos diferenciados no sentido de promover e desenvolver a sustentabilidade local, nomeadamente com a qualificação do solo rústico em áreas periurbanas, e/ou de interesse para o turismo e sua articulação com a atividade agrícola existente, bem como as edificações destinadas à atividade agrícola.

h) Avaliar os impactos de modelos de agricultura intensiva e superintensiva e propor medidas adequadas ao uso e ocupação do solo rústico que minimizem os riscos ambientais.

i) *Dotar o território das infraestruturas necessárias ao incremento da atividade económica, nomeadamente reforço da rede viária e áreas de implantação logística.*

j) Definir unidades de paisagem, que permitam a sua monotorização e gestão.

k) Atualizar a classificação do património cultural, material, imaterial e natural.

l) Promover a biodiversidade, assegurando a conservação dos ecossistemas, habitats e espécies, nomeadamente da ZPE.

m) Atualizar a cartografia de acordo com a legislação em vigor e proceder à redefinição das áreas em REN e confirmar as áreas afetas à RAN e espaços canal.

n) Proceder à atualização do PDMM de acordo com o RJIT em vigor e definir os instrumentos de monitorização e avaliação que permitam a sua adequação às necessidades de coesão territorial e sua resiliência face a contextos de mudança.

## **6.2. Metodologia**

A metodologia utilizada pressupõe a constituição de um grupo de trabalho composto por uma equipa multidisciplinar que assegura uma abordagem transversal para concretizar o processo de planeamento do território estratégico e ao serviço das populações e da sua qualidade de vida, considerando os constrangimentos dos territórios de baixa densidade.

Este processo envolve todos os serviços e unidades orgânicas do Município com particular destaque para a Unidade Orgânica Flexível de Urbanismo Obras Municipais e Serviços Urbanos, sendo afetos todos os técnicos com responsabilidades nas áreas identificadas. Para colmatar as carências de técnicos em áreas específicas a identificar deverá o Município proceder à sua contratação externa, para além da coordenação técnica, a elaboração do presente relatório e do Plano Estratégico a cargo da empresa Tranzato, Lda.

Face ao referido apresenta-se o seguinte Grupo de Trabalho:

### **Direção:**

– Presidente da Câmara Municipal e Vereadores

### **Coordenação:**

Gabriela Tsukamoto – Mestre em Planeamento e Ordenamento do Território-Tranzato

### **Colaboração:**

Técnicos da empresa Tranzato: 1 arquitecto paisagista, 1 mestre em planeamento e ordenamento do território, 1 sociólogo.

Técnicos do Município:

- Unidade Orgânica Flexível de Urbanismo, Obras e Serviços Urbanos: Eng.ª Lina Barroqueiro, Arq.ª Alexandra Paiva e Eng.º João Trindade

- Serviço de Ação Social: Dr.ª Ana Paula Maçôas;

- Serviço de Ação Educativa. Dr.ª Vera Pegacha

O conteúdo material e documental da revisão do PDMM será o seguinte:

*a) Regulamento e respetivos anexos que o integram;*

*b) Planta de Ordenamento com o modelo de espacial do território, sendo constituído pelas seguintes cartas:*

*i) Classificação e qualificação do solo;*

*ii) Estrutura ecológica municipal;*

*iii) Distribuição de habitats e espécies;*

*iv) Riscos;*

*v) Zonamento acústico;*

*vi) Património municipal;*

*vii) Espaços canais e outras infraestruturas;*

*viii) Unidades operativas de planeamento e gestão caso se justifiquem*

*ix) Rede Natura 2000- ZPE*

*c) Planta de Condicionantes que identificam as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública que identificam as limitações os uso e ocupação do solo de acordo com a legislação em vigor, sendo construída pelas seguintes cartas.*

*i) Servidões administrativas e restrições de utilidade pública;*

*ii) Reserva ecológica nacional, por tipo de áreas;*

*iii) Reserva agrícola nacional.*

Propõe-se que acompanhe o PDMM

*a) um relatório prospetivo que com base na presente avaliação e reflexão crítica sobre o estado do ordenamento do território que permita fundamentar a estratégia territorial e as opções de ordenamento definindo um modelo de organização espacial, em que sejam ponderados os impactos dos domínios ambientais, económicos, sociais e culturais;*

*b) Planta de compromissos urbanísticos;*

*e) Planta de enquadramento;*

*f) Planta da situação atual;*

*g) Planta de infraestruturas;*

*h) Relatório de caracterização dos valores naturais;*

l) Programa de execução;

m) Relatório de ponderação da discussão pública

### 6.3. Cronograma de Execução

A proposta de faseamento está de acordo com os termos de referência, considerando que podem existir alterações de acordo com o processo de revisão e fatores externos que poderão alterar a calendarização prevista, considerando que o intervalo de tempo é curto mas existem neste momento instrumentos de planeamento e levantamentos já efetuados que permitem que se cumpra o prazo estabelecido.

Descrição dos trabalhos	Novembro 2019	Dezembro 2019	Janeiro 2020	Fevereiro 2020	Março 2020	Abril 2020	Mai 2020	Junho 2020	Julho 2020
Relatório de reflexão crítica e termos de referência									
Decisão de revisão e tramitação inicial, incluindo participação pública (30 dias)									
Elaboração da revisão do plano									
Discussão pública									
Proposta final a enviar à CM e AM e publicação em DR									